

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO**

CRISTIANE ALVES DA SILVA

***Folha de S.Paulo e precarização das leis trabalhistas:
como o jornal adere e difunde a ideologia neoliberal***

**São Paulo
2009**

Resumo

A forma como a flexibilização das leis trabalhistas - uma das bases da ideologia neoliberal - é difundida por um dos principais jornais brasileiros, a *Folha de S.Paulo*, é o assunto dessa pesquisa. O estudo se volta para o período do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2004) para investigar como naquele momento - em que diferentes grupos de poder disputavam a influência e os rumos do novo governo - a *Folha de S.Paulo* se colocou como difusora da idéia de que uma reforma trabalhista seria a saída para o crescimento e o desenvolvimento do país.

A pesquisa aponta os grupos de poder que se posicionavam contra e a favor de uma reforma trabalhista e os projetos de reforma que estavam em jogo. Entre esses grupos estava a *Folha*, parte de um grande conglomerado de comunicação, o Grupo Folha, que, como tal, também possui interesses patronais e empresariais. Assim, um outro momento do estudo é o estabelecimento de relações entre o discurso adotado pela *Folha* para promover um projeto de flexibilização das relações trabalhistas e as práticas do Grupo Folha em relação ao movimento sindical de jornalistas e os jornalistas que lhe prestam serviços.

O conceito de ideologia é uma das bases da presente investigação, que também se utilizou da Análise de Discurso como instrumento que permitiu relacionar o conteúdo dos textos com a disputa de poder, com a conjuntura político-econômica, identificar possíveis vinculações ideológicas e ver o material a ser analisado como algo muito maior e complexo que puramente palavras impressas numa página.

Palavras-chave: reforma trabalhista – neoliberalismo – ideologia – *Folha de S.Paulo* – Análise do Discurso – precarização – CLT – leis trabalhistas – governo Lula

Abstract

The way the precariousness of labor laws - one of the foundations of liberal ideology - is broadcast by a major Brazilian newspaper, *Folha de S. Paulo*, is the subject of this research. The study refers to the first period of President Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2004) to investigate how that moment, when different powerful groups disputed the influence and the routes of the new government, *Folha de S. Paulo* has positioned itself as diffusing the idea that a labor reform was included for the growth and development of the country.

The research points out the power groups that are positioned against and in favor of a labor reform and the reform projects that were at stake. Among these groups was *Folha*, part of a large media conglomerate, *Folha Group*, which, as such, also has employers and business interests. So, another part of the study is to establish relations between the discourse adopted by *Folha* to promote the precariousness of labor relations and practices of the *Folha* in relation to trade unions of journalists and the journalists who will serve.

The concept of ideology is the basis of this research, which is also used to Discourse Analysis as a tool allowing to relate the contents of text with a power struggle with the political and economic situation, identify possible links ideological and see the material being considered as something much larger and complex than merely words printed on a page.

Key-words: labor reform – neoliberalism – ideology – *Folha de S.Paulo* – Discourse Analysis – precariousness – CLT – Brazil labor laws – Lula government

Lista de ilustrações

- Figura 1 – Taxa de rotatividade na economia por setor de atividade p. 32
- Figura 2 – Distribuição dos empregados por tempo de permanência no emprego
segundo porte da empresa p. 32
- Figura 3 – Participação dos componentes no valor adicionado do PIB
– 1990-2003 p. 37
- Figura 4 – Nova estrutura do mercado de trabalho p. 115

Lista de tabelas

Tabela 1 - Custos do trabalho no Brasil	p. 30
Tabela 2 - Rendimentos monetários recebidos pelo empregado	p. 36
Tabela 3 – Encargos sociais como proporção dos Rendimentos Monetários do Trabalhador	p. 36
Tabela 4 – Encargos sociais como proporção dos Rendimentos Monetários do Trabalhador	p. 39
Tabela 5 – Custo horário da mão-de-obra dos trabalhadores ligados a produção	p. 37
Tabela 6 – Distribuição dos admitidos e desligados segundo gênero e grau de instrução	p. 38
Tabela 7 – Fontes “adequadas”	p. 142

Sumário

Introdução	p. 7
Capítulo I - Ideologia, neoliberalismo, imprensa e direitos dos trabalhadores	p. 11
1.1 – Ideologia e discurso	p. 11
1.2 – Ideologia neoliberal	p. 15
1.3 – Imprensa e neoliberalismo	p. 24
1.4 – Direitos trabalhistas na ideologia neoliberal	p. 26
1.4.1 – Breve histórico da CLT	p. 26
1.4.2 – Várias visões sobre o quê fazer com a CLT	p. 27
Capítulo II – O Discurso neoliberal da <i>Folha de S.Paulo</i>	p. 40
2.1 - <i>Folha</i> : uma cobertura nada pluralista	p. 40
2.2 - Sindicatos na mira	p. 67
2.3 - A reforma trabalhista defendida pela <i>Folha</i>	p. 92
2.4 - Solução para os problemas do Brasil: o fim da CLT	p. 105
2.5- Precarização: um meio para o crescimento econômico?	p. 118
2.6 – Fontes “adequadas”	p. 129
Capítulo III - As práticas neoliberais do Grupo Folha	p. 145
3.1 - O interesse do Grupo Folha na precarização da relação capital-trabalho	p. 145
Considerações Finais	p. 156
Bibliografia	p. 159

Introdução

O início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi visto com grande expectativa pelos movimentos sociais brasileiros, em especial, do movimento sindical, que via no presidente oriundo da classe trabalhadora a chance de ver avançar projetos progressistas, relacionados com o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, com a melhoria das condições de vida da maioria da população e - embora não se falasse diretamente nisso - acreditavam nas chances de o país adotar um outro modelo, com fundamentos avessos à política neoliberal.

A elite econômica nacional e internacional também tinha suas expectativas em relação ao governo. Tanto é que parte dela aceitou participou da coalizão que finalmente permitiu a chegada de Lula à Presidência. Uma das expectativas era que o governo desse continuidade às reformas neoliberais iniciadas pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, e implantasse outras, entre as quais, a reforma trabalhista. A expectativa da elite econômica era que Lula aprofundasse a introdução das políticas neoliberais.

Como era de se esperar, a reforma trabalhista pretendida pela elite econômica nacional visava aprofundar os estragos provocados pela adoção do modelo neoliberal, precarizando ainda mais as relações de trabalho ao praticamente esvaziar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Assim, mais da metade do primeiro mandato de Lula foi marcado por diversas tensões entre os diferentes grupos de poder que queriam se ver contemplados pelo governo, em relação a diversos assuntos, inclusive a regulamentação das relações trabalhistas.

A imprensa brasileira se voltou para a cobertura desse momento, foi um meio de a população ter acesso às informações sobre as idéias, as disputas e as tensões que envolviam o novo governo. Restava então saber de que modo a imprensa noticiou este momento e de que modo ela se posicionava frente às questões que eram colocadas por diferentes setores da sociedade e as quais muitas vezes a própria imprensa ajuda a colocar.

Como seria muito amplo (embora fosse muito interessante) abordar todos os aspectos da cobertura realizada pela imprensa em relação a todos os assuntos que eram apontados como prioritários, optou-se por analisar as propostas

existentes que visavam alterar a CLT. Será que a imprensa promoveu o debate, a divulgação dos diversos argumentos sobre o assunto, de modo a esclarecer a população os rumos que estavam sendo pensados para as leis trabalhistas? Essa foi uma das perguntas básicas que motivaram o presente estudo.

É necessário ainda enfatizar que a escolha do presente objeto deu-se também pela afinidade da autora com o movimento sindical e com as questões relacionadas com as lutas dos trabalhadores.

Além disso, é escasso o leque de fontes bibliográficas e mesmo de pesquisas acadêmicas que se voltam para o estudo da relação entre neoliberalismo, imprensa e direitos trabalhistas. Sendo muito férteis os estudos que se dedicam a investigar a relação entre a imprensa e a introdução do neoliberalismo no Brasil e ao modo como a imprensa persegue os movimentos sociais e o movimento sindical.

Para tanto, tomou-se como base o jornal de maior circulação e um dos mais influentes do país: a *Folha de S.Paulo*. Trata-se de um jornal que se tornou conhecido por ter desempenhado um papel progressista na campanha das “Diretas Já!” e que, por isso, ganhou a simpatia de boa parte dos leitores menos conservadores, da classe média e dos trabalhadores. É também um dos jornais que mais repercutem junto às estruturas de poder do país, incluindo o Executivo, Legislativo e Judiciário; entidades empresariais, entre outros. Como tal jornal se comportaria diante de um assunto tão polêmico como alterações na legislação trabalhista? Como foi a cobertura do jornal sobre o assunto? Ela tomou partido de algum dos lados interessados? De que modo o jornal contribuiu com a (des)informação sobre o assunto? De que modo o discurso formulado e veiculado pelo jornal se relacionava com as propostas e com a ideologia neoliberal? A *Folha* contribuiu ou não com a instalação de mais uma das práticas dessa política: a precarização das leis trabalhistas? Foram perguntas que inicialmente nortearam a pesquisa.

Foram coletadas, via site *Folha On Line*, todas as notícias relacionadas com a reforma trabalhista publicadas no período 2002-2006. Depois foram identificadas as notícias que diretamente tratavam da discussão sobre o que o governo deveria ou não fazer na reforma trabalhista, sobre o conteúdo que deveria ter tal projeto, assim como as avaliações sobre a postura do governo e de outros grupos sociais em relação ao assunto. Em seguida, veio a análise do farto material.

A análise das notícias, dos artigos, das entrevistas e dos editoriais teve como parâmetro a Análise do Discurso (A.D.), a qual foi escolhida por

justamente permitir ir além da pura visão dos textos em si, por permitir relacioná-los com a disputa de poder, com a conjuntura político-econômica, identificar possíveis vinculações ideológicas e ver o material a ser analisado como algo muito maior e complexo que puramente palavras impressas numa página¹. A A.D. foi um importante instrumento para que fosse possível desvelar o não-dito, o conteúdo por trás dos editoriais, dos artigos, das entrevistas e das notícias veiculadas pela *Folha* no período escolhido.

Recorreu-se também a um embasamento teórico, tanto em relação à imprensa brasileira, quanto em relação ao neoliberalismo e fundamentalmente em relação ao conceito de ideologia. Aliás, este é um conceito que permeia e norteia todo este trabalho. Ideologias estão imbricadas no modo de pensar e de agir de todos, quer da pesquisadora, quer da *Folha de S.Paulo*. É por isso que, especificamente, nesta pesquisa optou-se por investigar como a ideologia neoliberal está presente no discurso formulado, construído, e difundido pela *Folha de S.Paulo*, tendo a reforma trabalhista como norte dessa investigação, enquanto ponto básico do modelo neoliberal.

Foi essa escolha metodológica que permitiu identificar os diferentes atores sociais envolvidos na discussão da reforma: governo, centrais sindicais e empresários e perceber que havia diferentes formas de tratamento, diferentes abordagens, diferentes espaços para cada um deles, diferentes discursos para cada um deles. Adiantamos que o governo foi muito questionado sobre o conteúdo da reforma e pressionado para que ela fosse realizada. Os empresários tiveram todo espaço necessário para realizar tais questionamentos e pressionar o governo pela imediata realização de uma reforma voltada a precarização das leis trabalhistas. Contudo, o movimento sindical - em particular as centrais sindicais - não teve condição semelhante para expor sua opinião sobre o que poderia ser uma reforma trabalhista. Por que? Essa é uma das discussões trazidas nas páginas a seguir.

No primeiro capítulo, procuramos conceituar o termo ideologia e relacioná-lo com a construção dos discursos. A seguir, é apresentado um apanhado da história do neoliberalismo tanto no exterior quanto no Brasil, da relação entre neoliberalismo e imprensa, das diferentes idéias sobre a necessidade ou não de uma reforma trabalhista e do tipo de mudanças que deveriam ou não ser feitas na CLT.

¹ Afastamo-nos, assim, de uma Análise do Discurso (A.D) presa ao texto em si, com uma filiação mais lingüística ou semiótica.

Com essa fundamentação, passamos à análise das notícias escolhidas para compor a amostra a ser analisada. É o cerne desta pesquisa, já que nas notícias, artigos, entrevistas percebeu-se farta manifestação da ideologia neoliberal, com a promoção de seu ideário precarizante sobre a relação capital-trabalho e com sua perseguição ao movimento sindical. Verifica-se, assim, que o discurso presente nos exemplares analisados difunde a ideologia neoliberal, a flexibilização das relações trabalhistas, o que, na verdade, remete a precarização da relação capital-trabalho.

O terceiro capítulo busca estabelecer relações entre a cobertura feita pela jornal em relação à reforma trabalhista e a história e os interesses do Grupo *Folha*, conglomerado empresarial detentor da *Folha de S.Paulo*. De que modo a defesa da ideologia neoliberal se relaciona com a prática adotada pelo Grupo em relação aos jornalistas-trabalhadores de sua principal empresa: o jornal *Folha de S.Paulo*?

Além de material bibliográfico, para elaboração dessa parte do trabalho, recorreu-se a entrevistas com lideranças sindicais que relataram o modo como a *Folha* trata seus jornalistas e se relaciona com o movimento sindical. O momento de elaboração dessa parte do trabalho foi atravessado pelo fim da obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para exercício da profissão. Obrigatoriedade esta que era contestada pela direção do Grupo *Folha* há mais de 20 anos e que por si já demonstrava a forma como tal direção via e tratava o Jornalismo e os jornalistas.

Capítulo I

Ideologia, neoliberalismo, imprensa e direitos dos trabalhadores

1.1 – Ideologia e discurso

O discurso é uma das formas mais marcantes de sedimentação, transmissão e busca de legitimação de uma ideologia. É o meio pelo qual uma ideologia pode se materializar e se constituir em contato com as contradições, realidades sociais e com as relações de poder que se deseja manter ou derrubar, de acordo com Eagleton (1997, p. 194):

A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas.

O discurso ideológico é orientado à ação, é prático; logo está muito longe de ser uma abstração, pelo contrário, está ancorado na luta de classes na qual se constitui e a qual procura dominar.

Os interesses desse discurso não devem ser articulados como proposições teóricas abstratas (das quais nada surgirá a não ser outras proposições teóricas abstratas da mesma espécie), e sim como indicadores às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de “tipos ideais” artificialmente construídos). (MÉSZÁROS, 2004, p. 66).

Tomar o conceito de ideologia por esse viés significa atribuir-lhe um olhar muito mais relacionado com a realidade social que outras visões que tomam a ideologia como questão de se ter consciência ou não sobre o mundo. É ver que a ideologia tem muito mais a ver com o modo de se vivenciar, de representar e de impor relações sociais. É ver também que ideologias são constitutivas de nossa sociedade, dividida em classes, como retoma Lowy (1994, p. 11):

A definição da ideologia (em oposição à utopia) como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx).

Esse olhar permite passar de uma visão idealista para uma visão materialista e social sobre o que é ideologia (EAGLETON, 1997, p. 171): “É simultaneamente enfatizar sua materialidade (já que os signos são entidades materiais) e preservar o sentido de que ela diz respeito essencialmente a significados”.

Essa concepção permite ver a ideologia não como uma formação estática, fechada em si, um conjunto pronto de postulados que remetem a uma classe social específica. Permite ir além, ver a ideologia como a resultante de um processo social, em que significados são construídos, formulados, dentro do processo de luta de classes, tendo, portanto, relação íntima com os processos de constituição e de contestação do poder. É um conceito dinâmico, dotado de complexidade, dialético.

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de **discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.** (MÉSZAROS, 2004, p. 65; grifo nosso).

De acordo com Eagleton (1997, p. 178), ideologia “Refere-se mais precisamente ao processo pelo qual os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em certas formas de poder político (...)”. Esses são mecanismos que procuram dar legitimidade à ideologia.

Dentre tais mecanismos destaca-se a universalização: os interesses de uma classe social são propagados e defendidos como se fossem o interesse de todos, cabendo a todos defendê-los para que sejam cada vez mais aceitos e respeitados, tidos como intransponíveis.

(...) cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos. (MARX, 2007, p. 20)

Eagleton (1997, p. 178) acrescenta: “Não se trata apenas de essa classe convencer as outras de que seus interesses estão realmente de acordo com os dela, mas, antes de tudo, de formular esses interesses de modo a tornar isso plausível”.

Mészáros não usa o termo universalização e sim trata de posições “totalizadoras” definidas pelas ideologias mais importantes nas sociedades internamente divididas. Tais posições são defendidas como alternativas estratégicas umas as outras.

Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente. (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Junto a esse processo em que uma classe difunde idéias e propósitos seus como o único caminho a ser seguido pelos demais, há o processo de naturalização, igualmente usado para legitimar o conjunto de valores, de crenças, de propósitos de uma classe. É o “sempre foi assim” do senso comum, que faz qualquer crítica, qualquer sinalização de um caminho alternativo, parecerem surreais e que tende a paralisar qualquer tentativa de contestação a tais idéias, propósitos e ao poder com os quais estão relacionados: “Como a universalização, a naturalização é parte da investida *desistoricizante* da ideologia, sua negação tácita de que as idéias e crenças sejam específicas de uma determinada época, lugar e grupo social”. (EAGLETON, 1997, p. 62).

É preciso então verificar a forma como esses processos ocorrem e como uma ideologia se apresenta no discurso e como o discurso contribui para a construção e revigoramento de uma ideologia. Para isso, a Análise do Discurso (A.D.) é uma das ferramentas de análise mais adequadas, já que ela tem como fundamento a interação entre língua, história, ideologia e sujeito:

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, **a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido**. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/ mundo/ pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela

interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: **eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.** (ORLANDI, 2005, p. 48; grifo nosso).

Assim, a A.D. permite analisar um discurso como a manifestação de uma posição ideológica, de um momento histórico, permite, assim, escapar de uma visão isolada do discurso, como dotado de sentido em si, como se ele pudesse ser isolado do contexto político-econômico e do momento histórico em que vivem as pessoas e as organizações que o produzem e o difundem. Permite estabelecer relações com a exterioridade do discurso, permite ir além, numa análise muito mais rica que aquela presa ao discurso em si, visto como isolado, sem relação com o mundo e com as forças sociais que compõem esse mundo.

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos. Sabemos que a relação entre a linguagem e a exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. (BENETTI, 2007, p. 108).

O discurso de uma empresa perante seus funcionários, clientes e toda a sociedade, por exemplo, traz em si muito mais do que palavras, do que a intenção imediata de falar de um produto ou de uma idéia, traz o modo como a empresa entende o contexto em que está inserida e a forma como quer estar inserida neste contexto, a posição de mando, de controle, a intenção de direcionar o consumo e as atitudes das pessoas com quem fala e/ ou que consomem seus produtos, procura validar idéias e ações que permitam que o mundo seja visto e encarado de forma a favorecer tal posição, procura favorecer pessoas, políticas e economias; traz consigo, enfim, uma carga ideológica intrínseca, sintonizada com a história, com o equilíbrio de poderes que se quer manter ou alterar.

No presente estudo, a investigação se volta para a forma como um veículo de comunicação, o jornal *Folha de S.Paulo*, constrói e ajuda a reproduzir e difundir um discurso que busca validar a necessidade de se flexibilizar a legislação trabalhista. Um projeto sintonizado com a ideologia neoliberal e que, na prática, significa precarizar a legislação trabalhista, como será detalhado mais a frente. Quais são as bases desse discurso, de que forma ele é arquitetado, quem são as fontes consultadas e qual é a posição de classe de tais pessoas? Como tal ideologia transparece nos diversos tipos de textos publicados (fotos, artigos, entrevistas, editoriais, reportagens) que compõem as edições analisadas? Qual é a sintonia da cobertura da *Folha* sobre a reforma trabalhista com a ideologia neoliberal? De que modo essa ideologia se materializa nas páginas do jornal? Por que o jornal se coloca em tal posição? São algumas perguntas básicas que serão respondidas ao longo das páginas a seguir.

Antes, é preciso uma breve retomada das bases do neoliberalismo, incansavelmente destrinchadas por diversos autores, que aqui será feita de forma sintética para fazer a relação com o objeto deste estudo.

1.2- Ideologia neoliberal

Este trabalho foi produzido no momento em que as bases do neoliberalismo eram abaladas por um terremoto que tendia a obrigar os grandes ideólogos e agentes de tal modelo repensarem suas estratégias e ideais. A desregulamentação financeira, a liberdade dada ao mercado, a perseguição a qualquer forma de intervenção do Estado sobre a economia resultaram numa das maiores crises da economia capitalista.

Ironicamente, foi no Estado que os capitalistas foram buscar socorro financeiro para continuar produzindo e lucrando. Obtiveram dinheiro público para custear sua irresponsabilidade e tiveram todo o apoio de governos que estão mais pró-capital do que pró-desenvolvimento ou pró-construção de uma alternativa ao modelo neoliberal.

Mas tal momento também serviu como pretexto para que a elite econômica nacional procurasse, mais uma vez, retirar direitos dos trabalhadores. Ou

seja, a desestabilização do modelo neoliberal foi também aproveitada como uma chance de se atacar direitos, com redução de jornada de trabalho com redução de salários, suspensão do contrato de trabalho², entre outros recursos que visam, na verdade, abrir caminho para a realização do antigo sonho dos neoliberais brasileiros: extinguir, senão precarizar a lei trabalhista, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Naquele momento, sob a alegação de que era um sacrifício necessário para a manutenção do nível de emprego.

Até porque o ataque aos trabalhadores é uma das marcas do modelo neoliberal, quer aos seus direitos quer a suas estruturas de organização, os sindicatos. A análise dos exemplares escolhidos para compor o objeto de análise deste estudo deixará isso bem evidente, como será visto mais adiante.

Isso porque a política neoliberal representa

(...) uma reação contra a herança da política de desenvolvimento iniciada pelo Estado populista: reação contra o Estado protecionista, empresário e regulamentador, e reação também contra os direitos sociais e trabalhistas que foram implantados após a Revolução de 1930 [no Brasil]. (BOITO JR., 1996, p. 1).

O neoliberalismo ganhou força na esteira do enfraquecimento do keynesianismo (que se tornou preponderante após a crise de 1929) e do modelo fordista

² O primeiro empresário a vir a público para dizer que a flexibilização da lei trabalhista era uma saída para a crise foi o presidente da mineradora Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, que falou de seu plano em uma entrevista publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 14 de dezembro de 2008. A seguir, alguns trechos:

“A empresa vai continuar demitindo? E quando os 5,5 mil funcionários colocados em férias coletivas voltarem?

A gente coloca uma outra turma em férias coletivas. Depois outra. A gente pode levar isso por um certo tempo, mas tem limite. O que faremos quando todo mundo já tiver tirado férias? Isso tem limite. Eu tenho de manter a empresa saudável para que possa cumprir seus compromissos. O executivo que numa hora dessas for leniente com o ajuste, deixar de fazer o que precisa ser feito, vai comprometer o futuro da empresa. Se houver problemas para os quais a gente não tenha solução, vamos ter de demitir. Olha, estamos vivendo uma situação de exceção. Para lidar com ela, precisamos tomar medidas de exceção. Que medida de exceção?

Eu tenho conversado com o presidente Lula no sentido de flexibilizar um pouco as leis trabalhistas. Seria algo temporário, para ajudar a ganhar tempo enquanto essa fase difícil não passa. Quando o sr. conversou sobre isso com o presidente?

Falei disso na semana passada, ontem falei de novo. Estamos conversando com os sindicatos também. O governo e os sindicatos precisam se convencer da necessidade de flexibilizar um pouco as leis trabalhistas: suspensão de contrato de trabalho, redução da jornada com redução de salário, coisas assim, em caráter temporário.

Qual foi a reação do presidente?

Ele só ouviu. Sei que estamos propondo algo muito difícil. Mas é preciso entender que esta não é uma situação normal. É uma situação de exceção, e para lidar com ela precisamos tomar medidas de exceção. Imagine uma empresa exportadora, de qualquer setor. De repente, o mercado sumiu. Se a empresa for intensiva em mão-de-obra e a crise durar muito tempo, ela terá de demitir. Se puder flexibilizar de alguma maneira, você reparte um pouco o prejuízo e o impacto será menor”. (FRIEDLANDER, 2008).

de produção, cuja “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995, p. 223-362) corresponde ao pós-segunda guerra mundial.

O modelo “fordista-keyneisiano” tinha como base: o modelo de acumulação baseado no fordismo e suas empresas gigantes “produtoras de quase todo o processo produtivo de uma dada mercadoria – organizadas de forma hierárquica, taylorista e sediadas em poucos territórios nacionais” (FONSECA, 2005, p. 58), caracterizadas por uma rigidez em sua cadeia produtiva, por uma padronização voltada para o consumo de massas.

Antunes (1995, p. 17) conceitua o modo de produção fordista:

(...) *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. [grifos do autor]

Outro elemento do modelo “fordista-keyneisiano” era a regulamentação da relação capital/ trabalho por parte do Estado

... nos países capitalistas centrais com a convivência entre corporativismo e democracia liberal, e nos países periféricos deste sistema de forma autoritária (em larga medida), caso do trabalhismo/ populismo no Brasil. (FONSECA, 2005, p. 58).

Neste modelo, os sindicatos eram apoiados pelo Estado como

(...) forma de implementar a demanda e como meio de obter a incorporação política dos trabalhadores no sistema capitalista por meio da democracia liberal (defendida por Keynes, ressalte-se), por intermédio da valorização das corporações (FONSECA, 2004, p. 54).

Outra marca era a intervenção estatal

(...) por meio do planejamento econômico e da regulação do mercado (lucros, royalties, salários e preços), da proteção ao capital nacional, da criação do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), e da participação do Estado como empresário (embora não em todos os lugares). (FONSECA, 2005, p. 58).

Com a crise da década de 1970, a firme presença do Estado (dito “intervencionista”) na economia e na vida da maioria da população como garantidor de

acesso a direitos sociais foi bombardeada pelos “saudosistas” do modelo liberal que havia sido secundarizado diante do colapso de 1929. Esses “saudosistas” eram autores, intelectuais - cuja maior expressão é Friedrich von Hayek - que formularam as idéias básicas do que Fonseca (2005) chama de Agenda Ultraliberal, as quais foram utilizadas em programas de governo de partidários de tal modelo (como Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos), que chegaram ao poder a partir daquele período. Eis algumas dessas bases:

- precedência da esfera privada (o indivíduo livre no mercado) sobre a esfera pública;
- máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas sob controle do Estado;
- desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros;
- desmontagem do Estado de Bem-Estar Social, pois concebido (e estimagtizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário (por transferir aos mais pobres parcelas de renda dos mais ricos ou bem-sucedidos, que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizariam o mérito e o esforço pessoais;
- forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor;
- desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho;
- ênfase nas virtudes do *livre-mercado*, em dois sentidos: como instrumento prodigioso, por aumentar a riqueza, gerando em conseqüência uma *natural* distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; e como único mecanismo possível de refletir os preços reais dos produtos e serviços, possibilitando aos indivíduos o exercício de cálculos em relação à atividade econômica;
- concepção de liberdade como *liberdade de mercado*, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos (...) (FONSECA, 2005, p. 60; grifos do autor).

Ao Estado caberia desempenhar apenas alguns papéis:

- a) garantir a ordem e a paz;
- b) garantir a propriedade privada;
- c) garantir os contratos livremente elaborados entre os indivíduos;
- d) garantir o “livre-mercado”, por meio da proibição de práticas anticoncorrencias e da elaboração de “normas gerais e abstratas”;
- e) desregulamentar, desregular e flexibilizar os mercados (financeiro, produtivo e de trabalho). (FONSECA, 2005, p. 61; grifos do autor).

Tais papéis foram exercidos por meio de um leque de reformas implantadas pelos governos que adotaram tal agenda, como os brasileiros bem puderam

sentir a partir da Era FHC (governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) e cujo exemplo é a reforma trabalhista aqui investigada.

Essas concepções estavam assentadas e eram construídas em relação com um novo modo de produção, que substituiria o fordista-keyneisiano. Era o modelo de “acumulação flexível”, descrito por Harvey (1992, p. 140):

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

Esse processo teve forte impacto sobre as relações trabalhistas. De algo fortemente regulamentado pelo Estado, começou-se a passar para um modelo muito mais flexível, em que a precariedade das condições de trabalho não tinha importância alguma frente ao incremento nos lucros e no ganho de mercados que poderia proporcionar.

Presenciam-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de moda a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. (ANTUNES: 2006, p. 210).

Antunes (2006) aponta alguns dos resultados desse processo:

(...) se pode observar um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) dos países de capitalismo avançado. Por outro lado, ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se igualmente uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Em síntese: houve desproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho. (ANTUNES: 2006, p. 211).

Tais transformações chegaram até a colocar em dúvida a existência de uma classe trabalhadora, dada a emergência de novas configurações no gerenciamento e na lógica de produção e de parcelas de trabalhadores mais ou menos intelectualizadas. Diante disso, alguns autores também colocaram em dúvida a potencialidade transformadora de tais pessoas. Obras como “Adeus ao Proletariado”, de André Gorz (1982), tiram a centralidade do trabalho da vida do ser humano, enquanto meio de auto-realização, confundindo tal “necessidade” com o trabalho assalariado do modo de produção capitalista, tido como algo que sacrifica e degrada as pessoas. Para Gorz, o sentido da vida estaria completamente desconectado desse trabalho.

A essa camada que vive o trabalho como uma obrigação exterior pela qual “perde-se a vida ganhando-a”, eu chamo de “não classe”, de “não-trabalhadores”: seu objetivo não é a apropriação, mas a abolição do trabalho e do trabalhador. E é por isso que ela é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social passível que não essa não-classe. (GORZ, 1982, p. 16).

Para Gorz, tais pessoas não têm qualquer ambição nem potencial de transformação da ordem social, não são sujeitos sociais.

Não tem unidade nem missão transcendentes e, portanto, não tem concepção de conjunto da história e da sociedade. Por assim dizer, é sem religião nem Deus, sem outra realidade além daquela das pessoas que compõem: enfim, não é uma classe, mas uma não-classe. E é exatamente por isso que ela não tem nenhuma virtude profética: não anuncia uma sociedade-sujeito por meio da qual os indivíduos estariam integrados e salvos; ao contrário, remete os indivíduos à necessidade de salvarem-se eles mesmos e de definirem uma sociedade compatível com sua existência autônoma e seus objetivos. (GORZ, 1982, p. 20).

Ou seja, não haveria o que esperar dessas pessoas que se vêm mergulhadas e aturdidas pelo modo de produção capitalista. A lógica neoliberal massacra as pessoas, impõe-lhes novas lógicas de produção com base na flexibilização e retira-lhes até a possibilidade de serem classificadas como trabalhadores.

Autores como Ricardo Antunes vão contra tais idéias, mostrando que há sim potencial e necessidade de transformação social, mesmo neste contexto, mesmo com as mudanças implantadas pelo neoliberalismo, mesmo com a emergência de novas configurações no mundo do trabalho. É o que explica o autor em “Adeus ao Trabalho?” (1995):

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a um maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” ou “o aumento crescente do capital constante em relação ao variável” reduz relativamente, mas não elimina, o papel do *trabalho coletivo* na produção de valores de troca. (ANTUNES, 1995, p. 75; grifos do autor).

Diante desse quadro, Antunes (2006) propõe uma “noção ampliada de trabalhadores”: segundo ele, hoje se pode falar de uma “classe que vive do trabalho” (que engloba trabalhadores manuais e intelectuais, “produtivos” e “improdutivos”, da indústria, do comércio e do serviço):

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan Jose Castilho, os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na faze de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2006, p. 103-104).

Essa compreensão da classe trabalhadora contempla as transformações vividas ao longo das décadas neoliberais. Assim, longe de se decretar a morte de tal classe, revitaliza-se o conceito e, claro, as perspectivas quanto ao seu potencial transformador, de modo que o trabalho também não seja visto como um mal a ser combatido, mas, que precisamente, seja visto de outra maneira, como auto-realização.

A invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, no início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de metabolismo social, de um novo

modo de produção fundado na atividade autodeterminada, baseado no tempo disponível (para produzir valores de uso socialmente necessários), na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital). (ANTUNES, 2006, p. 179).

E sim, é possível ver na classe que vive do trabalho um agente de transformação, apesar de tudo:

Embora *heterogeneizado, complexificado e fragmentado*, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho e *pelo* trabalho. Esta não *exclui* nem *suprime* outras formas de rebeldia e constestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. (ANTUNES, 1995, p. 86).

É possível e necessário ir contra teses que validam e que, ao mesmo tempo, ocultam a ideologia neoliberal ou ao menos procuram se ajustar ao modo de produção flexível. É necessário construir tal alternativa, o que, com certeza, não será feito por meio de teses que mostram o quão ultrapassado estariam conceitos como o de classes sociais ou a idéia de transformação social. É necessário superar o fatalismo de quem mais procura explicar as transformações e abalos sofridos pela classe trabalhadora com a intenção de mostrar que ela já não é mais dotada de capacidade de transformação. Pelo contrário, é necessário revigorar esse potencial. Contudo, não foi o que as principais forças sociais brasileiras, por exemplo, fizeram frente ao neoliberalismo.

A ideologia neoliberal chegou ao Brasil no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e se consolidou com o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Um conjunto de reformas, redução de direitos sociais, de privatizações de empresas estatais e a abertura de mercado marcaram todo esse período; assim como a perseguição aos movimentos sociais e, particularmente, ao sindicalismo, que viveu momentos de refluxos e de mudanças político-ideológicas em resposta e em (no caso de boa parte do movimento sindical) aceitação ao neoliberalismo.

Aceitação que não ocorreu somente por parte daqueles que deveriam oferecer resistência ferrenha a tal modelo, mas também por parte da maioria da população, como aponta Boito Júnior (2005, p. 193):

(...) Verifica-se, no Brasil, uma situação intrigante, caracterizada pela aceitação popular de uma ideologia antipopular – ainda que essa

aceitação seja parcial e passiva. Assistimos à formação de uma espécie de hegemonia regressiva, na qual as ideais das classes dominantes são aceitas pelas classes dominadas sem que as primeiras tenham de fazer concessões materiais aos de baixo.

O autor aponta uma respostas para tal enigma:

O segredo da hegemonia ideológica do neoliberalismo encontra-se, para nós, na forma como essa ideologia e essa política souberam explorar, de uma perspectiva reacionária, muitos dos elementos anti-populares da antiga política desenvolvimentista. (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 193).

O autor diz que, no movimento sindical o maior exemplo de como a política neoliberal foi se impregnando no Brasil é a constituição da Força Sindical e a mudança de postura da antes combativa CUT (Central Única de Trabalhadores). Boito diz que o neoliberalismo está no DNA da Força Sindical:

“(…) Essa central, criada a partir do grupo de sindicalistas que animou o chamado “sindicalismo de resultados” na década de 1980, nasceu no início do governo Collor, contando com o apoio político e financeiro desse governo e de grandes empresários. A maioria dos sindicalistas que a lideram integram o grupo de sindicalistas pelegos, isto é, governistas, ao longo da década de 1980, e continuaram tendo uma atuação governista na década dos governos neoliberais”. (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 194).

Contudo, tal posição não estava descolada daquilo que pensavam os trabalhadores:

(…) seria um erro supor que apenas o peleguismo explica o neoliberalismo da Força Sindical. Há indicadores de que as idéias de privatização e de desregulamentação passaram a ser aceitas entre os operários que compõem a base da Força Sindical. (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 194-195).

A CUT também abandonou sua combatividade histórica e pouco a pouco assimilou e foi assimilada pelo modelo neoliberal, adotando a partir da década de 1990, o “sindicalismo propositivo”. Passou a “valorizar o entendimento com o governo e com os empresários, em torno de propostas elaboradas pela CUT para os ‘problemas do país’” (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 196). Com isso, a central se desviou do combate ao neoliberalismo e procurou uma acomodação com essa política a partir de então, de acordo com o mesmo autor.

1.3 – Imprensa e neoliberalismo

A imprensa brasileira foi um dos agentes promotores da ideologia neoliberal no país e provavelmente uma das grandes responsáveis pela aceitação entre a maioria da população das medidas neoliberais.

Os grandes jornais do país promoveram as reformas e privatizações neoliberais desde o princípio, como nos mostra Fonseca (2005). Na época em que o ideário neoliberal iniciava sua consolidação no país, os principais jornais separavam suas críticas ao governo Fernando Collor de Mello da necessidade de se implantar o que o autor denomina “Agenda Ultraliberal”.

(...) mesmo os periódicos mais críticos, como os paulistas, fizeram questão de separar o “governo” da “Agenda”, pois, no ideário dos jornais, esta última era necessária à “modernização” do País. Por isso, por mais que o governo fosse considerado oscilante e autoritário (para a FSP – *Folha de S. Paulo* – CA), intervencionista (para OESP – O Estado de S. Paulo – CA), tivesse cometido alguns exageros (O Globo – CA) e punido o “setor privado”, isto é, o Capital, do que o próprio Estado (todos os jornais), o apoio à maior parte de suas **intenções na área econômica** fora ostensivo. [grifo do autor] (FONSECA, 2005, P. 338).

Fonseca (2005) constata que a grande imprensa ajudou a “forjar” um consenso em torno da “Agenda Ultraliberal”:

(...) *a grande imprensa não ter sido o que disse (liberal e democrata) nem ter feito o que professou (dar voz aos diversos lados e expressar uma suposta “verdade”)*. Daí a sua atuação, no período em foco e em relação a todo universo constitutivo da Agenda Ultraliberal, voltar-se à **divulgação e à vulgarização de idéias**, tornadas simples, generalizantes, contrapostas e unilaterais, pois seu objetivo foi, fundamentalmente, obter uma hegemonia capaz de **formar** e, depois, **implementar**, a referida Agenda. Tratou-se, portanto, de um CONSENSO FORJADO. (FONSECA, 2005, p. 453; grifos do autor).

Logo, seria de se esperar que a grande imprensa, incluindo o jornal *Folha de S. Paulo*, defendesse um dos pontos básicos de tal Agenda: a reforma trabalhista.

Analisando outro veículo importante da imprensa brasileira, Carvalho (2004, p. 60), chegou a conclusões semelhantes às de Fonseca (2005):

Logo que o governo FHC tomou posse, no início de 1995, Veja afirmou que no campo das relações de trabalho no Brasil, havia muito o que fazer. Os encargos trabalhistas exigiam uma reforma urgente, pois tornavam as empresas menos competitivas, além de estimular a informalidade.

“Para cada real que pagam em salário, as empresas desembolsam outro real em impostos e contribuições sobre a folha. Isso estimula a contratação sem carteira assinada (...) a redução dos encargos sobre a folha geraria mais e melhores empregos. Também aumentaria a competitividade brasileira no exterior”.

Para a revista, apesar de muitas resistências da parte dos sindicatos, uma reforma da legislação trabalhista poderia passar no Congresso. Na interpretação de Veja, havia uma sensação generalizada na sociedade de que era preciso reduzir o chamado “custo Brasil” e aumentar a competitividade das empresas brasileiras, inserindo o país, de vez, na era da globalização econômica.

O autor conclui:

A linguagem, a seleção dos fatos e a abordagem evidenciaram uma adesão a um projeto político global para o país, projeto este completamente identificado com a ideologia neoliberal, mas nuançado pelas orientações de Veja que apresentava esta ideologia como uma visão “moderna” e adequada de administração da economia e da política. **A revista esforçou-se para apresentar os postulados da ideologia neoliberal como adequados para a recuperação econômica do país e, com um discurso de matriz privatista, destinado a exercer um papel educativo de seus leitores, combatia com veemência qualquer expectativa na capacidade do Estado de gerir a economia nacional.**

(...)

Assim, a **revista realizou seu trabalho de difusão ideológica de orientação neoliberal** e atendeu à expectativa da maioria de seus leitores, preparou o terreno para as reformas orientadas para o mercado e contribuiu na formação de um consenso em torno da ideologia neoliberal, entendida como manifestação do capitalismo contemporâneo para a manutenção de sua hegemonia. (CARVALHO, 2004, p. 158-159; grifo nosso).

Veremos mais adiante que não por acaso os argumentos utilizados pela *Folha* para promover e difundir a necessidade de realização de uma reforma trabalhista pelo governo Lula não destoam daqueles utilizados por *Veja*, no início do governo FHC. O roteiro descrito por Carvalho (2004) e o identificado na análise dos exemplares da *Folha* escolhidos para compor este trabalho parecem ter sido escrito pelas mesmas pessoas, parece ser o mesmo roteiro ou a continuidade um do outro, dada a não conclusão do filme ou ao menos do final “feliz” que seus idealizadores desejavam e buscavam. Isso só enfatiza que esse era um projeto de interesse da imprensa, difusora e adepta da ideologia neoliberal.

1.4 – Direitos trabalhistas na ideologia neoliberal

1.4.1 - Breve histórico da CLT

Destruir as bases legais da relação capital-trabalho é um dos objetivos centrais do neoliberalismo, como dissemos anteriormente. No Brasil, isso significaria eliminar ou minimizar as garantias contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição de 1988. Todas elas resultados de lutas sociais, conquistas que disciplinam a exploração capitalista da força de trabalho.

A CLT foi instituída em 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. De acordo com Itiro (2003, p. 89), a CLT uniu e sistematizou itens previstos na dispersa legislação trabalhista produzida após a Revolução de 1930 e ainda trouxe novos direitos. Dentre as garantias determinadas estão: salário mínimo; jornada de trabalho de oito horas diárias; proibição de trabalho para menores de 14 anos e do trabalho noturno para menores de 16 anos e dos insalubres para menores de 18 anos; descanso semanal e férias remuneradas anuais, indenização nas demissões sem justa causa; assistência médica e previdenciária; reconhecimento das convenções coletivas; além da instituição da Justiça do Trabalho.

De acordo com a autora, a CLT

(...) introduziu novos direitos e regulamentações do trabalho até então inexistentes. Constituindo um código de considerável abrangência, tratou minuciosamente das relações entre empregados e empregadores e estabeleceu regras referentes a horários de trabalho, férias, descanso remunerado, condições de segurança e higiene no trabalho entre outros. (ITIRO, 2003, p. 89).

Ao longo do tempo, a lei passou por reformas e ampliações. Em 1966, por exemplo, foi eliminada a estabilidade no emprego e instituído o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Na Constituição de 1988, foram incluídas novas alterações, muitas delas em atendimento às reivindicações dos movimentos sociais, entre elas: jornada máxima de 8 horas diárias e redução da jornada semanal de 48 horas para 44 horas, permissão de compensação de horários e redução da jornada por meio de acordos ou de convenções coletivas; alterou a idade mínima de trabalho para 16 anos; instituiu abono de férias equivalente a 1/3 do salário; direito de aposentadoria; seguro acidente

de trabalho; direito de greve; irredutibilidade dos salários (exceto no caso de acordo coletivo); licença maternidade de 120 dias e licença paternidade. (ITIRO, p. 90)

Nos anos 1990, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a legislação trabalhista também passou por novas modificações, as quais tinham sintonia, ou melhor, aplicavam o modelo neoliberal. O alto nível de desemprego serviu como argumento para flexibilizar a lei. As principais mudanças enumeradas por Corrêa (2002, p. 60) foram: introdução da participação nos lucros ou resultados, banco de horas, trabalho em tempo parcial, cooperativas profissionais ou de prestação de serviços, trabalho temporário e trabalho por tempo determinado. Todas procuraram criar condições adequadas às necessidades de produção dos empresários, abrindo caminho para a flexibilização.

1.4.2 – Várias visões sobre o quê fazer com a CLT

Para a ideologia neoliberal, o conjunto de normas estabelecidas pela CLT - essa “intervenção do Estado” sobre o “mercado” de trabalho - limita a capacidade de ação do capital, tira a liberdade dos empresários de reagirem às variações do mercado dispondo da força de trabalho como lhe convier para garantir a competitividade das empresas e de seus produtos. Por isso, não seria compatível com a nova realidade capitalista uma legislação tão severa e detalhada, que inclui tantos itens e não dá conta das novas práticas existentes hoje no “mercado” de trabalho. Daí viria a necessidade de se rever a regulamentação trabalhista, torná-la mais flexível, de forma a adequar a lei a essa realidade, instalada a partir da introdução das políticas neoliberais no Brasil e em outras economias do mundo.

Essa é uma dentre as diversas opiniões existentes sobre o que deveria ser a nova CLT. Há quem avalie que ela já é flexível o bastante, consegue fazer frente às necessidades empresariais de ajustes devido às variações de mercado. Há quem entenda que a lei precisa ser revista para incluir novos direitos e garantias para proteger o trabalhador das novas formas de ataque criadas pelo neoliberalismo. Há ainda quem defenda senão a completa extinção da CLT, ao menos sua redução a um breve conjunto de normas gerais que balizariam a relação capital-trabalho. Tal regulamentação seria menos abrangente, portanto, que a legislação hoje em vigor, de forma a dar maior

margem para a negociação entre trabalhadores e empresários. Várias opiniões de um debate iniciado nos anos 1990, desde que a ideologia neoliberal chegou ao Brasil.

Itiro (2003) identifica inicialmente duas principais visões sobre a flexibilização das relações trabalhistas: a visão dominante e a visão crítica. Uma terceira visão também apontada pela autora é a de que a CLT já é flexível o bastante, contendo possibilidades que já tornam o mercado de trabalho brasileiro ajustável às demandas empresariais.

Vamos adotar a divisão utilizada pela autora, mas vamos também acrescentar outros elementos a essa divisão, que tentam atualizar a discussão e, ao mesmo tempo, inserir outras opiniões sobre os rumos da relação capital-trabalho no país.

A visão dominante tem no economista José Pastore um de seus principais expoentes. Professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da USP (Universidade de São Paulo) e consultor da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), Pastore é o que se pode classificar como um intelectual orgânico³, seus estudos e intervenções contribuem com a consolidação e com o enraizamento da ordem política econômica neoliberal vigente e, conseqüentemente, com a manutenção da classe hoje dominante no poder (latifundiários, banqueiros, industriais, financistas). Serve a essa classe e se coloca como fiel combatente às idéias que possam ameaçar as bases dessa dominação. É um agente produtor e reproduzidor da ideologia dominante. Tanto é que Pastore é fonte constantemente consultada pela grande imprensa, incluindo o jornal *Folha de S.Paulo*. É fonte certa quando o assunto é mercado de trabalho.

³ De acordo com Gramsci (1982, p. 7):

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc, etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) [...]”

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo de organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar essa atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.”

Por se tratar de um intelectual orgânico - que se tornou um expoente na discussão sobre flexibilização trabalhista - faremos como Itiro (2003, p. 63-74): tomaremos os trabalhos de Pastore como síntese da visão dominante.

O argumento é que a CLT estaria obsoleta, seria incompatível com as demandas da nova lógica de produção atual, marcada por um ritmo maior e por uma gestão diferente do modelo fordista (HARVEY, 2008), típico do período em que a lei foi criada. A CLT estaria ultrapassada e a manutenção de tal “calhamação” significaria mais custos para as empresas e menos geração de empregos.

O caráter rígido de aplicação das regras de contratação do trabalho tem apresentado uma grande dificuldade para acompanhar as mudanças que caracterizam a economia moderna assim como as modificações impostas pela concorrência no campo da globalização. Novas formas de trabalho têm surgido a cada dia em decorrência da crescente globalização da economia e da necessidade de dividir o trabalho de maneira eficiente de modo a preservar as empresas e os empregos. (PASTORE, 2006, p. 3).

Assim, Pastore diz que as práticas trabalhistas impostas pelo modelo neoliberal, numa forma de precarizar as relações trabalhistas e enfraquecer a organização dos trabalhadores, não podem ser contrariadas, em nome da competitividade das empresas:

subcontratação e a terceirização são práticas que buscam maximizar a referida eficiência. Da mesma maneira, o trabalho casual, intermitente, em tempo parcial, à distância (teletrabalho), em cooperativas, consórcios, redes de produção e tantas outras formas são imposições da nova economia que não podem ser contrariadas impunemente nos ambientes competitivos. (PASTORE, 2006, p. 3).

A CLT, sob essa visão, é um entrave ao desenvolvimento do ambiente competitivo:

A legislação brasileira, entretanto, não facilita a prática dessas novas formas de trabalhar e nem é capaz de preservar proteções básicas de quem trabalha dessa maneira. A linha mestra da CLT é a da relação de subordinação na qual se definem apenas dois tipos de atores, os empregadores e os empregados, estes, contratados por prazo indeterminado. (PASTORE, 2006, p. 4; grifo nosso).

A lei também seria excessivamente detalhista, traçando minuciosamente as obrigações a serem cumpridas.

A legislação brasileira admite negociação em apenas dois direitos – o salário e a participação nos lucros ou resultados. Todas as demais condições são fixadas nas leis, sendo, portanto, inegociáveis. É

impossível fazer ajustes por tamanho de empresa, setor da economia ou necessidades dos grupos mais vulneráveis.

Para se apreciar o detalhismo das leis brasileiras basta mencionar que o valor da hora extra está fixado na Constituição Federal (art. 7º, XVI), o que constitui um detalhe inadmissível para uma Carta Magna que tem por objetivo fixar os grandes princípios de uma nação. (PASTORE, 2006, p. 2).

De acordo com o mesmo autor, em 2006⁴, o quadro legal referente à regulamentação da relação capital-trabalho era composto por 46 dispositivos constitucionais, 922 artigos da CLT, mais de 100 leis subsidiárias, 153 normas do Ministério do Trabalho, 114 normas do Ministério da Previdência, 68 convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, e, no Poder Judiciário, 363 enunciados, 375 orientações jurisprudenciais e 119 precedentes normativos do Tribunal Superior do Trabalho.

A lei ainda elevaria os custos das empresas em 103,46% do salário do trabalhador, pelas contas do economista. Assim, no exemplo dele, ao contratar um trabalhador pagando salário de R\$ 1.000,00 por mês, as empresas teriam uma despesa de R\$ 2.030,00, “[...] lembrando-se que o empregado leva para casa apenas R\$ 850,00, porque também sofre vários descontos em seu salário (Previdência Social, Imposto de Renda, Contribuição Sindical e outros) [...]” (PASTORE, 2006, p. 6).

Reproduzimos a seguir a tabela formulada pelo autor para justificar tal percentual (PASTORE, 2006, p. 4; grifos nossos):

Tipos de Despesas	% sobre o Salário
Grupo A –Obrigações Sociais	
<i>Previdência Social</i>	20,00
FGTS	8,50
Salário Educação	2,50
Acidentes do Trabalho (média)	2,00
SESI/SESC/SEST	1,50
SENAI/SENAC/SENAT	1,00
SEBRAE	0,60
INCRA	0,20
Subtotal A	36,30
Grupo B –Tempo não Trabalhado I	
<i>Repouso Semanal</i>	18,91
Férias	9,45
Abono de Férias	3,64

⁴ Último ano da amostra de exemplares do jornal Folha de S. Paulo, coletado para o estudo a que nos dispomos aqui.

Feridos	4,36
Aviso Prévio	1,32
Auxílio Enfermidade	0,55
Subtotal B	38,23
Grupo C –Tempo não Trabalhado II	
13° Salário	10,91
Despesa de Rescisão Contratual	3,21
Subtotal C	14,12
Grupo D –Incidências Cumulativas	
<i>Incidência Cumulativa Grupo A/Grupo B</i>	13,88
Incidência do FGTS s/13° sal.	0,93
Subtotal D	14,81
TOTAL GERAL	103,46

Antes mesmo de considerar o que são ou não encargos trabalhistas, observa-se que a grande maioria dos itens contabilizados por Pastore como despesas são garantias resultantes de lutas dos trabalhadores: 13° salário, descanso remunerado, férias, assistência devido à acidentes de trabalho e doenças ocupacionais são atacados, bem à maneira neoliberal. Sob tal ponto de vista, esses são custos que oneram empresários e trabalhadores, que devem ser reduzidos ou retirados em prol da competitividade e da geração de empregos.

Pastore enumera as conseqüências do que chama de “garantismo legal”: rebaixamento de salários, informalidade (principalmente nas micro e pequenas empresas) e mecanização ou automação precipitada para substituir trabalhadores por máquinas.

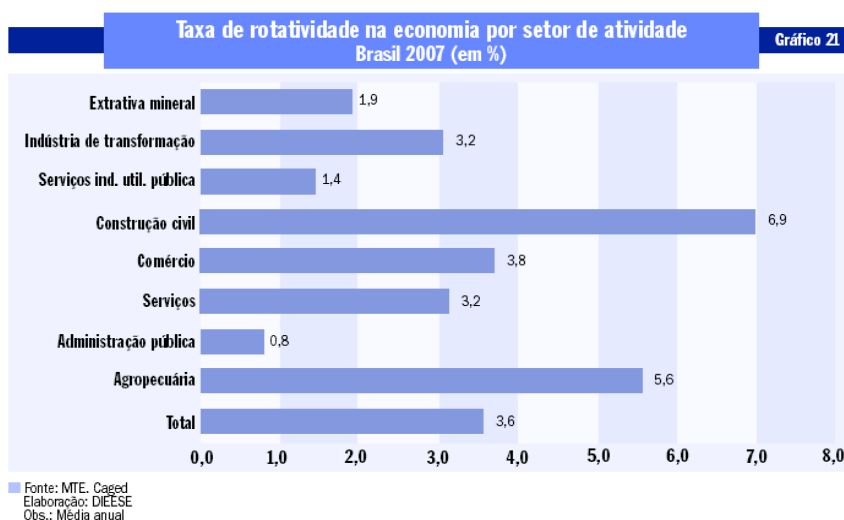
Conforme essa linha de pensamento a CLT, que marca a intervenção do Estado no “mercado” de trabalho, “criaria duas ‘classes’ de trabalhadores, os protegidos pela legislação trabalhista e os relegados à informalidade”, como explica Galvão (2007, p. 3)

Além disso, Pastore diz que a burocracia gerada pela lei dificultaria a rotatividade de mão-de-obra, já que a CLT imporá “despesas” no caso de demissão sem justa causa, o que penalizaria principalmente as micro e pequenas empresas, que são maioria no país:

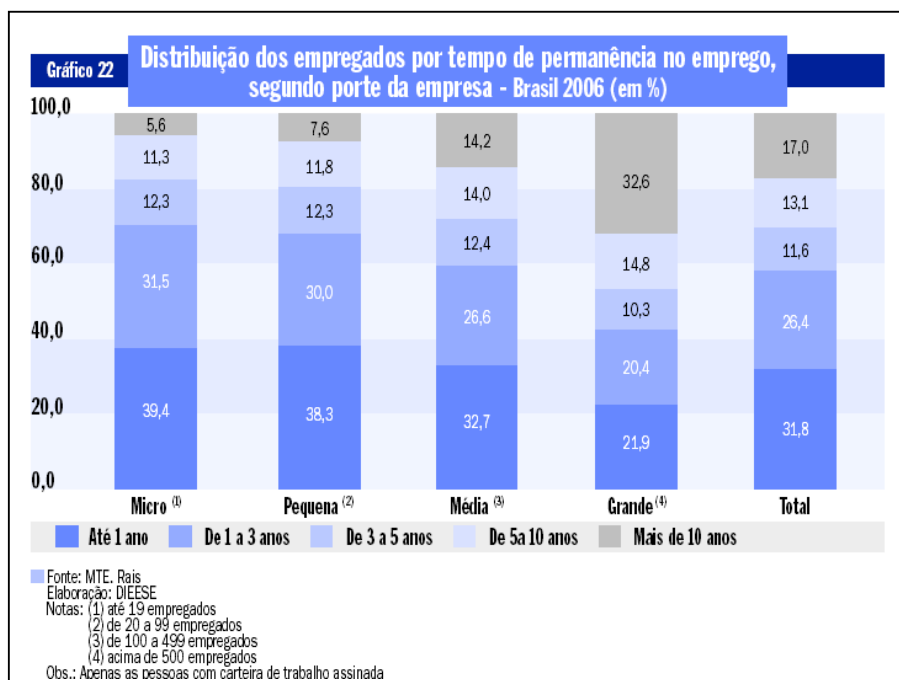
O sistema de dispensa como um todo é extremamente oneroso para aquelas empresas. Dele fazem parte os 8,5% sobre o salário recolhidos mensalmente e sobre o 13° salário; a indenização de dispensa no valor de 40% do saldo do FGTS acumulado pelo empregado; mais 10% que

devem ser recolhidos aos cofres públicos por força da Lei Complementar 110/2001; e, finalmente, as despesas com o aviso prévio que, em grande parte dos casos, é pago em dinheiro. Portanto, despedir um empregado requer uma capacidade de caixa que raramente existe nas pequenas e microempresas. Isso apavora a maioria dos empresários. Daí a incidência de tanto trabalho informal nas pequenas e microempresas.

Contudo, a existência de tais “despesas” não inibe a alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, como mostram os gráficos formulados pelo Dieese, com dados de 2006 e de 2007 (DIEESE, 2007):



Ou seja, as restrições previstas na legislação trabalhista não são tão eficazes.



Mesmo assim, Pastore defende que o Brasil abandone o modelo estatutário, marcado pela “crença na eficiência das leis e no monitoramento das mesmas por meio de tribunais do trabalho que possuam a devida competência para restaurar o comportamento desviante das partes”. O economista diz que em tal sistema “a rigidez é maior. A resposta às mudanças no mercado de trabalho ou às condições da economia é mais lenta. A modificação das leis está sujeita a embates políticos e ideológicos de difícil transposição”. (PASTORE, 2006, p. 2).

A saída ideal seria a adoção do modelo negocial, seguindo o exemplo de outros países:

(...) nações que não acreditam ser possível estabelecer todos os detalhes da contratação no bojo de uma lei, pois as atividades variam de acordo com os setores da economia, regiões, tipo de empresa e conjuntura econômica. O que vale para o setor financeiro, não serve para a agricultura. O que é adequado para uma região desenvolvida não funciona em outra subdesenvolvida. O que é tolerável pela grande empresa não o é para as pequenas e microempresas. Por isso, esses países fixam em leis apenas as regras gerais, e deixam para o contrato negociado a maior parte dos detalhes da regulamentação. As normas que surgem nesse caso formam o chamado *sistema negocial*, onde o contrato entre as partes ocupa um lugar central. (PASTORE, 2006, p. 2).

Entre os países citados pelo economista, como exemplos daquelas que utilizam o modelo negocial estão: Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Já aquelas listadas como seguidoras do modelo estatutário são: França, Itália, Espanha e a maioria dos países da América Latina. O autor acrescenta que:

(...) O Brasil é um dos casos mais extremos, em que as condições de trabalho são quase que inteiramente definidas nas leis e interpretadas pelos tribunais. Conseqüentemente, é também um dos países que possui as mais altas despesas de contratação e o menor espaço para ajuste das mesmas às novas condições econômicas e sociais. (PASTORE, 2006, p. 2).

Pelo sistema negocial, a força do contrato seria maior que a força da legislação nacional. Aquilo que fosse definido na negociação entre as partes deveria reger a relação entre os trabalhadores de uma empresa ou setor econômico com seus patrões. O negociado deveria prevalecer sobre o legislado. Essa é a síntese do modelo negocial difundido por Pastore.

No entanto, a opção por esse modelo, na prática, não significa a ausência do Estado, como aponta Galvão (2007, p. 4):

(...) ao contrário do que alegam os defensores da tese do Estado mínimo, a abstenção da lei também é uma forma de intervenção estatal, que deixa os “atores” a função de encontrar seu ponto de “equilíbrio”. Desse modo, o Estado beneficia o lado mais forte da relação capital X trabalho, permitindo ao primeiro estruturar os termos da relação de trabalho em condições que lhe são mais favoráveis.

Ou seja, o que a visão dominante prega é que o Estado “arrume a casa” para que o empresariado possa explorar ao máximo a força de trabalho, sem qualquer compromisso, sem qualquer dever.

É com base nesses argumentos que a elite econômica nacional (e seus intelectuais orgânicos) pressionam o Congresso e o governo brasileiro a fazer a reforma trabalhista com o objetivo de reduzir ao máximo o número de garantias que, na visão do empresariado, engessariam e onerariam a relação-capital trabalho. E são justamente esses os argumentos que a *Folha* irá reproduzir, enfatizar e valorizar em sua cobertura sobre a reforma trabalhista que deveria ser feita pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como ficou evidente a partir da análise dos exemplares do jornal, o que será detalhado no próximo capítulo deste trabalho.

Itiro (2003, p.75) ainda identificou uma variante à visão dominante postulada por Pastore. Economistas da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), como José Marcio Camargo, Gustavo Gonzaga e Edward Amadeo discordam de Pastore, pois entendem que as normas legais não significam que o mercado de trabalho no Brasil seja inflexível; pelo contrário, como explica Itiro:

... os salários variam muito, a rotatividade da mão-de-obra é relativamente elevada e a duração do desemprego é reduzida. O sistema de indenização por afastamento do emprego (FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o sistema de seguro-desemprego representam uma gratificação por demissão para o trabalhador. Quanto menos qualificado o trabalhador e, conseqüentemente, menor o salário, essa gratificação por demissão se torna mais vantajosa. (ITIRO, 2003, p. 75).

Mas, como veremos na participação de economistas como José Marcio Camargo nas matérias e artigos da *Folha*, os pontos de convergência com a argumentação de Pastore são muitos, o que também coloca tais economistas como defensores e colaboradores com a visão dominante.

Para parte do movimento sindical, seguir essas idéias significaria precarizar as relações de trabalho. Outros sindicalistas, incluindo os membros das duas maiores centrais sindicais brasileiras (CUT e Força Sindical),

admitem alterações, mudanças, adaptações que garantam o emprego frente às inovações tecnológicas e novas necessidades empresariais, mas que não retirem direitos já previstos na CLT.

Outra visão apontada por Itiro (2003) é a visão crítica, a qual a autora atribui ao grupo de economistas do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas – São Paulo), entre eles: Marcio Pochmann, Claudio Dedecca, Marcelo Proni, Paulo Eduardo Baltar, entre outros.

Um dos principais pontos de discórdia é o peso dos encargos sociais no custo do trabalho no Brasil. A divergência já começa na conceituação do que deve ser considerado como encargos sociais que devam ser contabilizados como custo do trabalho. Enquanto Pastore considera todos os pagamentos referentes aos trabalhadores como encargos sociais, economistas ligados ao Cesit, como Santos (1995, p. 9) entendem que

(...) encargos sociais são aqueles itens de despesas sobre a folha de salários que somente favorecem de forma indireta e não individualizada o trabalhador. Está associada, em complemento, à idéia de que os itens de despesas que favorecem diretamente o trabalhador resultam das condições de remuneração por unidade de tempo de trabalho. Assim, somente as demais despesas, aquelas que não podem ser consideradas contraprestação do trabalho individualizado realizado, e que constituem mecanismos de financiamento de atividades de abrangência social que beneficiam diversas camadas da população, são consideradas efetivamente aquelas que caracterizam a expressão encargos sociais.

Assim, 13º salário, abono de férias, FGTS, multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, férias de 30 dias, descanso semanal remunerado, feriados e ausências remuneradas não são encargos sociais porque são parte da remuneração do trabalhador. Já a contribuição à Previdência Social, ao seguro acidente de trabalho, ao sistema S (Sesc, Sesi, Senai, Sebrae, Senac) e o salário educação devem ser considerados encargos sociais porque financiam atividades de abrangência coletiva.

Assim, a conta fica bem diferente daquela feita por Pastore. Separando-se os itens de remuneração do trabalhador, daqueles que realmente são contribuições sociais, o resultado é que o peso dos encargos sociais cai para cerca de 25% da folha de pagamentos. É o que explica Santos (1995, p. 13):

Grupo 1 – Rendimentos monetários recebidos pelo empregado

Salário Contratual	100,00
Décimo Terceiro	8,33
Adicional 1/3 férias	2,78
FGTS	8,00
Incidência do FGTS sobre décimo terceiro e 1/3 de férias	0,89
Rescisão contratual	3,04
Subtotal	123,04

Grupo 2 – Encargos sociais como proporção dos Rendimentos Monetários do Trabalhador

Discriminação	Alíquota média	Valor absoluto	Participação sobre rendimentos (123,04)
INSS	20,0	22,22	18,06
Seguro-acidentes	2,0	2,22	1,80
Salário-educação	2,5	2,78	2,26
Incra	0,2	0,22	0,18
Sesi ou Sesc	1,5	1,67	1,36
Senai ou Senac	1,0	1,11	0,90
Sebrae	0,6	0,67	0,54
Total	27,8	30,89	25,10

Assim, o peso dos encargos sociais sobre o custo do trabalho não é tão elevado como leva a crer as explicações de Pastore. Tal constatação demonstra que há outros objetivos na contabilidade feita por Pastore:

[...] revela o interesse de apontar um elevado peso dos encargos sociais sobre o custo do trabalho, [...] tem servido como principal argumento para defender a necessidade de redução e de flexibilização do custo do trabalho, via eliminação de "encargos sociais", fato que já é suficiente para sugerir conexões dessas posições com uma política neoliberal de abertura comercial e que ruma para a desregulamentação do mercado de trabalho. Nesse caso, percebe-se que posições políticas, portanto, parecem acabar contribuindo na determinação da posição de alguns autores e de seus estudos, frente aos critérios e definições utilizados no cálculo dos encargos sociais, conclusão reforçada pela ausência de discussão adequada em torno da definição do que deveria ser considerado como encargos sociais [...] (SANTOS, p. 7).

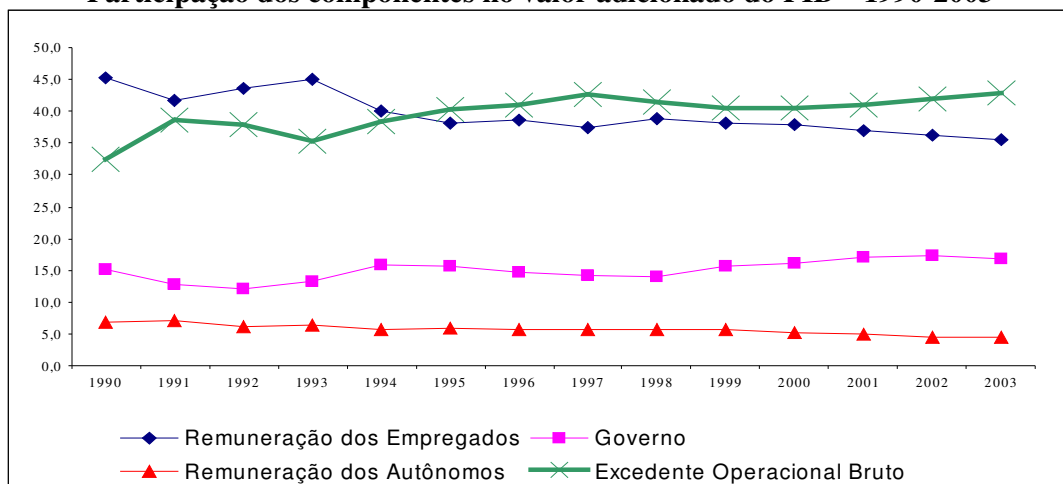
Em decorrência disso, outro ponto a ser considerado é que o custo do trabalho no Brasil não é tão elevado a ponto de colocar o país em desvantagem competitiva com outros locais do mundo, contrariando o que diz Pastore. Como mostra a tabela elaborada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) (2007, p. 9):

TABELA
Custo horário da mão-de-obra dos trabalhadores ligados à produção, em US\$,
na Indústria Manufatureira
Países selecionados 2005

Países	2005
Coréia do Sul	13,6
Japão	21,8
Estados Unidos	23,7
Brasil	4,1
França	24,6
Alemanha	33,0
Itália	21,1
Holanda	31,8
Espanha	17,8
Reino Unido	25,7

Além disso, a taxa participação dos salários dos trabalhadores no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro é muito pequena (LÚCIO, 2006).

Participação dos componentes no valor adicionado do PIB – 1990-2003



O pesquisador do Cesit, Anselmo Luis dos Santos (1995) também aponta que o sistema de contratação, de remuneração e demissão no Brasil já é bastante flexível:

As condições que possibilitam uma elevada rotatividade da mão-de-obra, as facilidades de contratação e o reduzido custo de demissão são características importantes do mercado de trabalho no Brasil, que concorrem para torná-lo extremamente flexível e também precário. Essa flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro é extremamente prejudicial, na medida que viabiliza formas de ajuste das empresas à conjuntura, que geram enormes instabilidades nas condições de emprego e remuneração dos trabalhadores. (SANTOS, 1995, p. 24).

Essa alta taxa de rotatividade existente no mercado de trabalho brasileiro afeta principalmente os trabalhadores com menos qualificação profissional:

(...) quanto mais baixo é o grau de instrução da mão-de-obra menor é o tempo de permanência no mesmo emprego. E esse fato é explicado, em grande medida, pela facilidade em demitir e contratar novos empregados, o que demonstra que, **diferentemente, do que se prega, o mercado de trabalho no Brasil é extremamente flexível.** (ITIRO, p. 85; grifo nosso).

Dados de 2007 apresentados pelo Dieese demonstram como isso se dá:

Tabela 54 **Distribuição dos admitidos e desligados, segundo gênero e grau de instrução - Brasil 2007 (em %)**

Grau de instrução	Homens		Mulheres		Total		Participação no saldo total
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados	
Analfabeto	1,3	1,4	0,5	0,5	1,0	1,1	0,1
4ª série incompleta	7,2	8,1	2,6	3,0	5,7	6,4	-0,4
4ª série completa	8,3	9,4	3,9	4,7	6,8	7,8	-1,0
8ª série incompleta	13,9	14,9	7,3	8,1	11,7	12,6	4,3
8ª série completa	18,1	19,1	12,6	13,5	16,3	17,2	8,7
2º grau incompleto	10,8	10,8	9,9	10,2	10,5	10,6	10,1
2º grau completo	33,6	30,1	48,1	45,6	38,5	35,2	64,0
Superior incompleto	2,7	2,5	5,8	5,6	3,7	3,5	5,5
Superior completo	4,0	3,7	9,3	8,8	5,8	5,4	8,7
Ignorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em nº absoluto)	9.542.582	8.533.565	4.798.707	4.190.332	14.341.289	12.723.897	1.617.392

Fonte: MTE, Caged
Elaboração: DIEESE

Tal problema é motivado, entre outras razões, porque as dificuldades para dispensa de trabalhadores não são tão intransponíveis. O custo para dispensa sem justa causa, por exemplo, é muito inferior ao apontado por Pastore:

A legislação trabalhista no Brasil estabelece o pagamento de seis itens no caso de demissão do emprego sem justa causa: salário equivalente aos dias trabalhados não-pagos; valor das férias vencidas ou proporcionais acrescidas de 1/3 de abono de férias; 13º salário proporcional aos dias de trabalho; valor do FGTS; multa de 40% do FGTS e o aviso prévio podem ser considerados custos efetivos do trabalho, visto que os outros itens ocorrem independentemente da demissão. Em 1990, por exemplo, o custo total de demissão como proporção da remuneração anual total no setor da indústria de transformação para quem tinha de 4-6 meses e 120 meses era, respectivamente, de 4,82% e 4,6%. (ITIRO, 2003, p. 86).

Por tudo isso, pesquisadores do Cesit analisam que

[...] a discussão em torno da flexibilização desse mercado [de trabalho], enquanto regressão dos direitos sociais, ampliação das inseguranças do trabalho, debilitamento da representação sindical e desmonte da rede de proteção social, somente agravam as desigualdades do país.

Eles entendem uma nova regulamentação deve se pautar pela

[...] desburocratização e democratização desse sistema, mas lembrar que não podemos negar a existência de outros condicionantes essenciais para a melhoria das condições do mercado de trabalho no Brasil, como a retomada do crescimento econômico. (ITIRO, 2003, p. 87).

Como veremos a seguir, essa visão crítica aparece em alguns poucos momentos na cobertura da *Folha de S.Paulo* sobre a reforma trabalhista. Ainda sim, não com a devida apresentação dos pontos de divergência com a defesa de que o negociado predomine sobre o legislado. Além disso, a idéia de que o crescimento econômico é crucial para a melhoria das condições no mercado de trabalho, defendida pelos pesquisadores do Cesit, é utilizada pela *Folha* e pelos intelectuais pró-visão dominante de forma diferente. Para eles, uma reforma trabalhista que retire direitos, que precarize as relações de trabalho, é um meio para o crescimento econômico.

Capítulo II

O Discurso neoliberal da *Folha de S.Paulo*

2.1 - *Folha*: uma cobertura nada pluralista

Confirmada a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o posto de Presidente da República, a equipe que coordenou a campanha eleitoral do PT iniciou as articulações para o período de transição da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) para a gestão do presidente eleito. Já naquele momento, a *Folha* iniciou a defesa da reforma trabalhista como item necessário ao país, junto a outras reformas estruturais, como a previdenciária, tributária, sindical e política. Até porque esta tinha sido uma proposta do candidato Lula, durante a campanha eleitoral, a qual a *Folha* não queria ver esquecida nem queria que seus leitores esquecessem.

No período de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula – de outubro a dezembro de 2002 – a *Folha* tentou mostrar os desafios que rondavam o assunto, que poderiam ser obstáculos para a aprovação rápida da reforma trabalhista, incluindo não só a oposição de entidades sindicais, mas também a pequena base de apoio ao governo no Congresso. Além de sondar as posições dos homens de confiança do presidente eleito.

Isso aconteceu, por exemplo, na matéria “Palocci cogita perda de trabalhador em pacto”, de 17 de novembro de 2002, em que a *Folha* publicou entrevista com o coordenador da equipe de transição, Antonio Palocci Filho, um dos principais nomes do “núcleo duro” da campanha eleitoral e da equipe de governo do presidente Lula, que viria a ser ministro da Fazenda:

Folha - O PT defende uma reforma trabalhista para reduzir a informalidade. Será preciso reduzir direitos?

Palocci - É um grande acordo que tem de ser feito. Vamos deixar que os agentes sociais participem. Não é só o trabalhador ceder à empresa, a empresa ceder ao governo nem o governo ceder aos dois. É a possibilidade ou não de um esforço comum em que todos podem

perder um pouco para ganhar muito na evolução de um acordo como esse. (BARROS, 17 nov. 2002).

A matéria abordou uma série de outros pontos, que igualmente poderiam ser destacados no título. A reforma trabalhista não foi o principal assunto da entrevista, que tocou em diversos temas como exportações, programas sociais, impostos, entre outros.

Além disso, as opiniões controversas do coordenador da equipe de transição poderiam ter sido destacadas no título, até porque isso foi feito na abertura da entrevista:

Antônio Palocci Filho, 42, acostumou-se a atropelar dogmas de seu partido, o PT, desde que, no seu primeiro mandato na Prefeitura de Ribeirão Preto, abriu caminho para a privatização da empresa municipal de telefonia.

No comando da equipe de transição e nome dado como certo no comando da equipe econômica de Luiz Inácio Lula da Silva, o médico Palocci se tornou um símbolo do "novo PT", o que não assusta o mercado. Em entrevista concedida à *Folha* na última quarta, ele traça os caminhos do governo Lula com idéias que arrepiam os petistas mais tradicionais.

Está fora da agenda, por exemplo, uma antiga bandeira do partido, a elevação do Imposto de Renda para as classes alta e média alta -na campanha, Lula chegou a falar num IR de até 50%. A permanência da CPMF e seus R\$ 20 bilhões anuais não está descartada; não haverá nenhum tipo de controle de capitais; no pacto social imaginado pelo governo eleito, os trabalhadores também terão sua cota de sacrifício.

As reformas tributária e da Previdência, que o governo Fernando Henrique Cardoso não quis e não conseguiu, respectivamente, levar adiante, são, para Palocci, a chave para o novo modelo econômico que o PT quer construir. (BARROS, 17 nov. 2002).

Logo, não se pode atribuir a outro motivo o destaque dado à declaração sobre a reforma trabalhista senão à intenção de colocar o assunto em evidência no sentido de provocar a pressão da opinião pública em defesa da medida.

Outro exemplo é a matéria “Reforma sindical exige cautela, diz Unicamp”, publicada em 1º de dezembro de 2002 no caderno “Dinheiro”, em que a *Folha* colocou em dúvida os rumos do trabalho no país, ao usar a expressão “Trabalho em Xeque”, no chapéu da matéria e adiantar na linha fina (local em que se destaca os principais itens da matéria para chamar a atenção do leitor): “Para pesquisadores, resistência às mudanças será forte, e manter apoio dos dirigentes será desafio” e abrir a matéria com os seguintes destaques:

Mudar a estrutura sindical brasileira e manter o apoio dos dirigentes sindicais será um dos grandes desafios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para Leôncio Martins Rodrigues, professor titular do Departamento de Ciências Políticas da Unicamp, e para Marco Antonio de Oliveira, pesquisador e professor de Economia do Trabalho da Unicamp, a resistência às reformas é forte. “Dezenas de milhares de pessoas vivem dessa estrutura – do lado dos empregados e também dos patrões”, diz Rodrigues. “As reformas trabalhista e sindical não devem sair no início do governo para não abrir conflito entre os sindicatos em um momento delicado. A tendência é conduzir a discussão com cautela e caldo de galinha”, afirma Oliveira. (FERNANDES, 1 dez. 2002).

Assim, logo no início, a matéria procurou mostrar os obstáculos que o governo teria que superar, se quisesse mesmo ver a reforma trabalhista em vigor, e adiantar que o ritmo rumo à implantação da reforma não seria necessariamente rápido.

Naquela mesma edição, mas no caderno “Brasil”, a *Folha* chegou a consultar uma fonte ligada ao movimento sindical e ao governo. Com o título “Reforma trabalhista deve ser feita ‘sem atropelo’, afirma Vicentinho”, trouxe uma entrevista com o deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, ex-presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), na qual as perguntas procuram reclamar a forma e o ritmo como a equipe de transição vinha tratando o assunto. É o que se percebe a partir de perguntas como: “A reforma trabalhista vai ficar em segundo plano em 2003?”, “Haverá alguma mudança concreta no curto prazo?”, “A discussão “exaustiva” não irá tornar o processo de reformulação muito moroso?” (ZANINI, 1º dez. 2002). Mas Vicentinho defendeu que a discussão fosse feita “à exaustão” para só depois serem tomadas medidas legislativas, acrescentando que “A elaboração de um código para substituir a Consolidação das Leis do Trabalho precisará ser discutida de forma tranquila.”.

Mesmo uma liderança petista mostrando que o debate sobre o assunto iria ser extenso, a *Folha* insistiu no tema nas edições seguintes. O tema foi tratado inclusive na edição de 24 de dezembro de 2002, véspera de Natal (em que normalmente as matérias publicadas pela imprensa em geral são “frias”, tratando de assuntos mais genéricos, que não necessariamente tenham relação com um fato recém ocorrido). Nesta edição, foi publicada uma entrevista com o futuro ministro do Trabalho, Jacques Wagner, sobre a posição dele quanto a mudanças na legislação trabalhista, a qual o jornal destacou no título da entrevista: “Wagner quer negociar direitos trabalhistas”.

O título procurou suscitar, no mínimo, polêmica, já que um petista estava disposto a mexer nas leis trabalhistas, tocando em pontos que agradariam aos empresários, como 13º salário e férias, o que era um sinal positivo, como se percebe a partir da ênfase dada pelo jornal na linha fina: “Futuro titular do Trabalho entende que alguns direitos não devem ser diminuídos, mas podem ser rearranjados”. Ênfase mantida na abertura da entrevista:

Ministro do Trabalho a partir de janeiro, o deputado federal Jaques Wagner (PT-BA) defende que a reforma trabalhista envolva a negociação de alguns direitos trabalhistas, chamados por ele de "penduricalhos". Na lista, segundo ele, entrariam as férias e o 13º salário.

"Existe um pacote de direitos que não necessariamente deva ser diminuído, mas pode ser rearranjado", declarou o futuro ministro. (SOFIA, 2002).

Na entrevista, a *Folha* questionou a posição do futuro ministro sobre flexibilização das leis trabalhistas:

Folha - O que o senhor acha da proposta de flexibilização da CLT feita pelo governo FHC?

Wagner - Vamos implementar o Fórum Nacional do Trabalho, em que trabalhadores e empregadores, por meio de suas representações, e o governo se sentarão para um grande diálogo nacional. Não trabalho com nenhum tipo de dogma na minha cabeça. Então, a máxima de dizer que a flexibilização vai gerar emprego, não há ninguém com estudo respeitável que garanta que essa causa traz esse efeito. (SOFIA, 2002).

Wagner também teve que falar do prazo para que a reforma trabalhista virasse realidade, em resposta a uma pergunta que já trazia uma proposta de resposta embutida:

Folha - A idéia é aprovar a reforma trabalhista no primeiro ano do governo?

Wagner - Não discuti isso ainda com o presidente. O prazo é instalar o fórum no primeiro semestre. Isso vai ser feito com o Congresso Nacional. O fórum aprofunda, mas quem vai votar qualquer mudança é o Congresso. A idéia, o modelo final, não sai nem do presidente da República, nem do ministro do Trabalho. É claro que os dois têm suas concepções. Mas nós temos convicção de que só será aprovada alguma coisa que seja uma média nacional. (SOFIA, 2002).

Diante da resposta abrangente de Wagner, a *Folha* insistiu:

Folha - Então o sr. acha que a reforma não será feita em 2003?

Wagner - Não coloco isso como objetivo. Até porque, acho que são quatro anos e essa agenda de mudanças é a mais pesada, eu diria, porque vai mexer com muitos interesses. Não me foi cobrado pelo

presidente nem estou colocando algo desse tipo: de em um ano ter a coisa pronta. (SOFIA, 2002).

Ou seja, a *Folha* começava a cobrar prazos, a insistir para que a reforma acontecesse logo, no primeiro ano de governo, como uma prioridade que não deveria ser abandonada. Colocava assim a reforma em primeiro plano, já no período de transição e mesmo ainda sem a nomeação do Ministério de Lula.

A *Folha* queria que essa fosse uma das primeiras medidas do novo governo. Tanto é que a agenda de reformas foi lembrada por colaboradores como o empresário Benjamin Steinbruch, que, no apagar do ano de 2002 e às vésperas da posse do novo presidente, relembrou os compromissos assumidos por Lula na campanha eleitoral, os quais deveriam ser cumpridos:

Melhor do que qualquer outro brasileiro, pela sua origem operária e nordestina, Lula conhece os problemas básicos do povo brasileiro. Ao assumir amanhã a Presidência, ele deve estar consciente de que foram esses compromissos que o elegeram. Se os abandonar, não decepcionará apenas seus 52 milhões de eleitores. Frustrará todo o Brasil. (STEINBRUCH, 2002).

É preciso dizer que no meio desse “todo o Brasil” estava a elite econômica nacional, da qual Steinbruch era parte e uma liderança. Ou seja, o recado estava dado ao presidente que tomaria posse: faça as reformas porque é isso que a elite econômica quer de seu governo. Foi por isso que foi eleito.

Recado repetido na edição de 3 de janeiro de 2003. Dois dias após a posse. Em editorial, a *Folha* lembrou que aquela seria a hora de governar e de contrariar interesses de grupos sociais que haviam contribuído para a eleição do novo presidente.

A festa do dia 1º foi o ápice e o epílogo do mote diversionista “paz e amor”. Entre os que acenavam bandeiras vermelhas para o novo presidente certamente estavam funcionários públicos que se verão contrariados se prevalecer a idéia, defendida pelo ministro da Previdência, de acabar com o privilégio da aposentadoria integral dos servidores. Por certo também havia sindicalistas que se oporão à reforma trabalhista prometida por Lula em seu discurso no Congresso. (FOLHA DE S.PAULO, 3 jan. 2003).

A campanha havia passado e era hora de o governo acontecer, fazendo as reformas trabalhista e previdenciária, mesmo que isso despertasse a fúria daqueles que no dia da posse ovacionaram o novo presidente, como sugeriu o título do editorial: “Após a festa, o governo”. Era o que a *Folha* queria ver.

Tanto é que na mesma edição, a *Folha* publicou entrevista com o cientista político Bolívar Lamounier, que, como o jornal enfatizou, era “filiado ao PSDB e próximo do presidente Fernando Henrique Cardoso”; logo, próximo ao modelo de governo que acabara de deixar o comando do país e que foi um dos principais responsáveis pela implantação das políticas neoliberais.

Tal fonte condicionava o sucesso do governo Lula à realização das reformas, que aprofundariam as mudanças neoliberais já iniciadas. Esse ponto de vista foi enfatizado pela *Folha* para que saltasse aos olhos do leitor, tanto no título: "Lula depende de audácia nas reformas", quanto na linha fina que antecedeu a íntegra da entrevista: “Cientista político Bolívar Lamounier, filiado ao PSDB e ‘otimista’ com Lula, condiciona sucesso do PT a reformas previdenciária e trabalhista” .

A entrevista procurou fazer uma análise sobre as possibilidades do governo, mostrando as ambigüidades e antagonismos que permeariam a nova gestão, colocando em dúvida a firmeza dos compromissos apresentados na campanha eleitoral. Isso ficou visível em perguntas como: “Lula tem adotado um discurso que mescla o pessimismo da dificuldade orçamentária com o otimismo de que tudo dará certo. Como interpretar isso?”, “Mas pode haver piora do antagonismo. Muitas das reformas são incompatíveis com o discurso do PT até aqui. A esquerda do PT está sob controle?”, “Além das reformas, quais serão os desafios de Lula?” (ZORZAN, 2003).

E deu abertura para que o entrevistado falasse das mudanças provocadas pela implantação de políticas neoliberais no país, como se tivessem sido benfeitorias que deveriam ser mantidas, cuidadas e aprofundadas pelo novo governo:

Folha - O PT não ganharia com esse discurso em 89 ou em 94?
Lamounier - Não. Acho que a agenda do país mudou. Acho que o Brasil executou, naturalmente não por inteiro e não de uma maneira totalmente satisfatória, nos anos 90, a agenda configurada no final dos anos 80. Logo depois da Constituinte, houve um debate muito sofrido, bastante polarizado, porque estávamos com uma hiperinflação batendo às portas, com um país desesperançado. Em contraposição a isso, formou-se uma proposta de reforma do Estado, de controle da inflação e de reforma do setor público, fiscal. O fato de que a reforma foi implementada e de que o país viveu uma estabilidade bastante razoável nesse período, desde o início do Plano Real, levou o país e as opiniões mais para o centro.

Acho que as reformas ou foram aprovadas ou pelo menos entendidas como necessárias. A reforma da Previdência, que ficou a meio caminho, que está muito aquém do desejável, hoje não há no Brasil, seriamente, quem diga que não é necessária. Oito anos atrás era um tabu.

Aí chegamos à eleição do PT e do Lula. Acho que o país falou: "Já que temos essa agenda em grande parte realizada, já que nos

entendemos sobre esses temas fundamentais, então agora podemos dar um passo seguinte, que é o de tentar algo mais arrojado em termos de reformas redistributivas, na área social".

Folha - O PT precisou mudar?

Lamounier - Precisou. Todos caminhando para o centro, inclusive o PT. Em 89 e em 94, o PT ainda não havia entendido a gravidade do fenômeno inflacionário, um terror que nos excluía de qualquer possibilidade de uma economia internacionalizada. Em 98, o PT já começava a mudar. Perdeu para a força de Fernando Henrique, que tinha ainda um nível de aprovação alto. 2002 é diferente. É o encontro positivo de grandes forças. Primeiro, um novo consenso no Brasil, que está dizendo que a agenda é mais ou menos a mesma e que é preciso ter a confiança internacional, dos investidores.

Segundo, a situação social brasileira. Arriscaria falar, em tom de brincadeira que, se definirmos um conservador como aquele que acha que a desigualdade social, a pobreza nas dimensões que temos, é uma coisa que não pode e não deve ser mudada, eu diria que no Brasil não deve haver nenhum conservador. É claro que há luta de interesses, desacordos sobre o que vem primeiro, quais os meios a serem utilizados. Mas a visão de mundo conservadora ruiu. As pessoas passaram a desestigmatizar o Lula porque passaram a reconhecer, de maneira praticamente unânime, que é preciso fazer alguma coisa importante a respeito da desigualdade social. (ZORZAN, 2003).

Assim, estavam ditas quais eram as medidas que se esperava de Lula, contribuindo dessa forma para que os leitores entendessem que reformas estruturais, a trabalhista em especial, eram necessárias e prioritárias e que só havia um jeito de fazê-las. Com tal entrevista, a *Folha* procurava levar o leitor a concluir que a realização de tais reformas era a grande prova de fogo para o governo, que teria que se impor às correntes mais à esquerda em seu partido e ao movimento sindical do qual se originou e se aproximar cada vez mais da política neoliberal para, assim, parecer confiável. Foi esse pulso forte e essa coerência que o jornal cobrou do governo, desde o primeiro momento.

Aos poucos, essa pressão aumentou e a *Folha* começou a cobrar maior agilidade do governo no encaminhamento do assunto. O jornal que quase que diariamente tocava no tema, passou a cada vez mais cobrar que o governo priorizasse a medida, o que era respondido a altura pelos representantes do Executivo, que também procuravam manter a confiança quanto à nova gestão.

Isso começou a ficar visível a partir da edição de 1º de fevereiro de 2003, em que foi publicada uma entrevista com Tarso Genro, então ministro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social. Genro falava da tramitação em conjunto no Congresso Nacional das reformas trabalhista, previdenciária e tributária e a *Folha* insistiu na idéia de agilidade em tal procedimento:

Folha - O sr. é favorável à discussão simultânea das três reformas?
 Tarso Genro -Sou. Acho que é uma preocupação correta, pois em algum ponto essas reformas se comunicam. O governo tem o objetivo de, no dia 13, já formar mais dois grupos temáticos, além da Previdência, para trabalhar desde logo o adiamento das reformas tributária e trabalhista.

Folha - O deputado João Paulo Cunha, virtual presidente da Câmara, defendeu a possibilidade de acelerar procedimentos no Congresso para a votação das reformas. O sr. não acha que isso poderia contrariar o Parlamento?

Genro -É impossível atropelar o Congresso, seria uma intromissão indevida de um Poder no outro. (BOMBIG, 2003).

Ao mesmo tempo, a *Folha* procurou saber qual seria o conteúdo da reforma trabalhista e abordou novamente as dificuldades que poderiam atrapalhar os planos do governo.

Folha - Quais os pontos da reforma trabalhista?

Genro - O ministro Jaques Wagner é quem irá conduzir essa discussão, mas ela tem uma urgência muito grande. São necessários mecanismos legais para formalizar a informalidade. Também é preciso desburocratizar, desonerar, as contratações formais para pequenas, micro e, quem sabe, médias empresas.

Folha - A flexibilização das leis trabalhistas será defendida?

Genro -Isso de flexibilização não existe, é retirada de direitos. Se é disso que estamos falando, não é uma conversa conosco.

Folha - O PT sempre foi um partido com uma base forte no funcionalismo público. Isso não pode atrapalhar as reformas?

Genro -Eu espero que não. Toda reforma hoje tem que tender para o interesse público, para o universal. Quando fica claro para todos que nós queremos a médio e longo prazo melhorar as pensões e aposentadorias baixas, dar estabilidade e previsibilidade para as médias e obstar privilégios nós vamos criar uma maioria de 95% a favor das mudanças. (BOMBIG, 2003).

Três dias depois, o empresário Benjamin Steinbruch voltou ao assunto, mostrando a importância de o governo realizar a reforma trabalhista, cuja “urgência” era reconhecida pela população, ressaltando, a partir daí, que a realização de tal reforma seria um item fundamental para a manutenção da popularidade do governo Lula:

A primeira pesquisa sobre o governo Lula mostrou que a nova administração tem 83,6% de aprovação popular. Não devemos nos iludir com esses números. Fernando Henrique, Itamar Franco e até Fernando Collor também tinham índices muito altos no fim do primeiro mês, superiores a 70%, embora nenhum tivesse atingido a marca de Lula.

Um item da pesquisa, que passou meio despercebido, revelou que a reforma mais urgente, para a população, é a trabalhista, com 44,9%. Ganhou de lavada de outras reformas, como a previdenciária (11,2%)

e a tributária (10,3%). É fácil explicar por quê: a população identifica a reforma trabalhista como aquela que mais poderá contribuir para atenuar o problema angustiante do desemprego. (STEINBRUCH, 4 fev. 2003).

No dia seguinte, 5 de fevereiro de 2003, o colunista Fernando Rodrigues foi ainda mais enfático na cobrança da aceleração da velocidade da realização das reformas, incluindo a trabalhista. O colunista disse que era preciso acelerar a tramitação das reformas, que o governo tinha que formular um projeto o quanto antes, sem se preocupar com críticas e sem se submeter às considerações feitas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)⁵ – que ainda seria criado - já que o verdadeiro local para o debate era o Congresso Nacional. Disse que, no entanto, faltava coragem ao governo para agir dessa maneira. Mostrou assim a clara insatisfação do jornal com a forma como o governo estava encaminhando o assunto, criando conselhos, que discutiriam e rediscutiriam as reformas, postergando medidas tidas como urgentes:

A discussão está fora de foco. Comissões sem um projeto sobre o qual deliberar são inócuas. Os deputados analisariam o sexo dos anjos sem votar nada. É preciso o governo explicitar como deseja cada uma das reformas, redigir textos preliminares e remetê-los ao Congresso. Em conversas reservadas, não existe um ministro sem opinião a respeito de como fazer as reformas da Previdência e a tributária -para ficar nas duas dadas como prioritárias pelo Palácio do Planalto. Descem aos mínimos detalhes. Em público, a história é outra. "Temos de ouvir a sociedade" e "vamos debater com todas as partes envolvidas" são as desculpas protelatórias usadas.

O lugar apropriado para debater é o Congresso. Se o governo faz questão de um conselho à parte, tudo bem. Pode funcionar enquanto

⁵ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado em 13 de fevereiro de 2003 como um órgão consultivo da Presidência da República sobre temas como desenvolvimento econômico e políticas a serem adotadas pelo governo. “Seu desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para alavancar o crescimento do País.” (CDES, 20 jan. 2009) É composto por 102 conselheiros, representantes de empresas, entidades sindicais, movimentos sociais e de vários Ministérios. Um dos primeiros resultados das reuniões do CDES foi a elaboração de um relatório contendo consensos, recomendações e sugestões ao governo a respeito das reformas trabalhista e sindical. Entre as recomendações, os conselheiros definiram: “7. Assegurar o mais amplo espaço de negociação coletiva, com a possibilidade de acordos nacionais, regionais, estaduais e locais, resguardando-se, porém, as singularidades de cada ramo, categoria, setor de atividade e tipo de empresa. 8. O marco normativo das leis do trabalho atualmente em vigor deve ser revisto e adaptado às novas configurações do mundo do trabalho, privilegiando a adoção de mecanismos voluntários de composição de interesses. 9. **A legislação constitucional e infraconstitucional deve fixar direitos mínimos, de caráter indisponível e extensivo a todos os trabalhadores.** (CDES, jun. 2009, p. 4; grifo nosso)”

Note-se que foi uma recomendação de empresários e sindicalistas a redução da legislação trabalhista a uma lista de direitos mínimos aos trabalhadores e a prioridade às decisões resultantes de negociações, em detrimento da lei. Ou seja, o CDES manifestou posição semelhante a divulgada e defendida pela Folha em diferentes momentos do período pesquisado. Nisso, não contou com a oposição do movimento sindical, que assim se mostrou favorável a preponderância do negociado sobre o legislado.

os projetos de reforma queimam prazos de tramitação na Câmara.

Esse é o ponto. Para tramitar, um projeto tem de existir. O Planalto precisaria assumir a autoria das reformas. Estar preparado para as críticas das corporações. Até agora, parece faltar coragem ao governo. Prefere edulcorar suas idéias, "lavando-as" no conselho paralelo. Imagina ser possível construir um consenso. Não é. Quando essa obviedade ficar clara, poderá ser tarde demais. (RODRIGUES, 5 fev 2003; grifo nosso).

Note-se que claramente, o colunista da *Folha* diz que o governo devia “queimar prazos”, acelerar o ritmo da reforma para que as mudanças na relação capital-trabalho fossem implantadas o quanto antes.

É importante apontar que essa não era só uma pretensão do jornal. O governo também queria maior agilidade na elaboração e tramitação das reformas no Congresso Nacional até dezembro de 2003, como mostrou a coluna “Painel” de 28 de julho de 2003:

O Planalto quer enviar a reforma trabalhista e sindical ao Congresso em dezembro. O fórum será dividido em nove grupos temáticos, que se aglutinarão em novembro para redigir o texto final. Oswaldo Bargas, antigo sindicalista, será o coordenador. (LO PRETE, 28 jul. 2003).

O Fórum citado pela matéria era o Fórum Nacional do Trabalho que foi constituído naquele ano para que governo, empresários e centrais debatessem as reformas trabalhista e sindical.

Mais à frente, a *Folha* mostrou sua inquietação, diante da perspectiva do governo de que não seria possível tratar da reforma trabalhista naquele ano. Uma crítica contundente foi feita pelo colunista Valdo Cruz, que disse em artigo que o governo teria considerado que encaminhar a reforma trabalhista seria “encrenca demais” para um ano só, já que havia enfrentado embates para conseguir a tramitação das reformas da Previdência e tributária. Porém, 2004 era ano de eleições municipais, o que provavelmente tiraria a reforma da pauta do governo:

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, mas não vai cumprir: a reforma trabalhista não será mais enviada ao Congresso neste ano. Descobriram que as reformas tributária e da Previdência já são encrenca demais para este ano.

A nova promessa, ainda não verbalizada oficialmente, é que ela será enviada no próximo ano, de forma negociada com empresários e trabalhadores. Também não será cumprida.

Motivo: não haverá clima político em 2004 para discutir temas como **redução da jornada de trabalho, fim do imposto sindical,**

mudanças no FGTS e flexibilização de direitos trabalhistas como férias e 13º salário.

Afinal, será ano de eleição municipal. Debater temas polêmicos como os acima listados seria o mesmo que dar munição à oposição para tachar os petistas de inimigos dos trabalhadores. Pode pegar, pode não pegar. Mas, com certeza, os petistas não vão querer correr esse risco. (CRUZ, 8 set. 2003; grifo nosso).

Note-se, que no trecho acima são enumerados com todas as letras os itens que deveriam ser revistos ou incluídos na reforma trabalhista. Voltaremos a esse tema mais à frente, já que o conteúdo da reforma começou a ser ditado pela *Folha* antes deste artigo e, para que fique mais inteligível ao leitor, preferimos tratar deste item num tópico específico.

O artigo foi irônico, disse que o governo queria evitar o desgaste em ano eleitoral e que, por isso, o país deixaria de avançar:

A reforma trabalhista é assunto delicado. O sonho dos empresários é reduzir o peso - que realmente é bem elevado - dos encargos trabalhistas. Já os trabalhadores temem perder direitos trabalhistas num momento de desemprego elevado.

O fato é que, mais uma vez, o país deixará de avançar em área tão importante. Talvez em 2005, quando o governo Lula aposta que o país estará crescendo, reduzindo as pressões do desemprego. Também, se não for naquele ano, ficará apenas para o próximo governo ou mandato de Lula.

Hoje, por sinal, a cúpula petista nem quer falar de reforma trabalhista. (CRUZ, 8 set. 2003).

Em 9 de novembro de 2003, às vésperas do aniversário de 60 anos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a *Folha* tinha certeza do adiamento das reformas trabalhista e sindical (trataremos desta no tópico a seguir). A matéria começa com o irônico título “‘Faxina’ na CLT vai ficar para o próximo ano” e no *lead* diz:

A reforma trabalhista de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico e hoje presidente, está travada. A "faxina" da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que completa amanhã 60 anos e chegou a ser alvo da primeira ação do governo na reforma trabalhista, foi adiada para o ano que vem. (FERNANDES, 9 nov. 2003).

A *Folha* mostrou assim sua frustração diante do adiamento da reforma, que agora poderia não acontecer nem no ano seguinte. Aquela mesma reforma que o jornal cobrava que fosse tocada com agilidade pelo novo governo ia parar na gaveta.

É preciso atentar ao termo “faxina” usado na matéria. Qualquer dona de casa sabe que a “faxina” numa casa deve ser feita quando há muita sujeira, muitas impurezas, quando é preciso tirar tudo do lugar, inclusive os móveis mais pesados e chatos de retirar, para limpar e até jogar fora aquilo que não interessar mais. Era isso mesmo o que a matéria propunha em relação a CLT: a retirada de tudo aquilo que não interessasse mais, mesmo que sobrasse muito pouco da lei original.

Mas, a idéia de “faxina” era refutada pelos participantes do Fórum Nacional do Trabalho, que preferiam termos mais amenos: atualizar e modernizar, os quais na sua raiz neoliberal queriam significar o mesmo. “A *Folha* apurou que os participantes do fórum entenderam que a idéia de “faxina” desprestigia a legislação brasileira, quando a intenção é exatamente contrária -atualizá-la e modernizá-la.” (FERNANDES, 9 nov. 2003)

Em 23 de dezembro de 2003, veio a confirmação de que o ano eleitoral atrapalharia a tramitação das reformas sindical e trabalhista. O adiamento ocorreu após polêmica publicada pela *Folha* entre o então presidente da Câmara, João Paulo Cunha – que dizia que em 2004 seria mesmo impossível fazer ambas as reformas – e o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, e outras lideranças do governo – que sustentavam a idéia de aprovação de que seria possível cumprir tal agenda, numa tentativa de evitar o descontentamento dos setores que queriam tais medidas aprovadas o quanto antes. Mas o governo teve que admitir que não seria possível levar a reforma adiante. O próprio presidente Lula disse isso, segundo a *Folha*:

Lula disse ainda que não enviará a reforma trabalhista ao Congresso em 2004 por ser “complicado” fazê-la em ano eleitoral. Aconselhou seus aliados a fazer “a reforma política”: “Não é uma tese de governo, mas fortaleceria os grandes partidos, o que fortalece a democracia”. Lula pediu ainda que os líderes tentem aprovar no Congresso as reformas sindical, que será descasada da trabalhista por ser menos impopular, e do Poder Judiciário. (KRAKOVICS, 23 dez. 2003).

Mas tal adiamento não foi tranqüilamente aceito pela *Folha*, que em edições seguintes criticou a conduta do governo. Na coluna de Fernando Rodrigues, de 9 de fevereiro de 2004, foi dito quais deveriam ser as prioridades do governo e mostrado ao leitor que tal agenda, embora necessária e prometida, não seria cumprida:

O ritmo de 2004 está dado. Nenhuma grande reforma constitucional será concluída pelo Congresso. Não haverá reforma política. Não haverá reforma trabalhista. A ortodoxia quase absoluta será mantida na economia.

(...)

Nada de reformas em 2004 portanto. Na economia, ortodoxia sem imaginação. No Congresso, ordem unida ditada pelo Palácio do Planalto. É um ritmo medíocre para um governo cuja plataforma era "a mudança". (RODRIGUES, 9 fev. 2004).

Outros colaboradores também reforçaram as críticas ao adiamento da reforma, como Gesner Oliveira, sócio-diretor da consultoria Tendências, que fez um balanço dos 500 primeiros dias de governo Lula:

A agenda de reformas estruturais foi praticamente abandonada depois das mudanças na Previdência. A reforma tributária restringiu-se a alterações pontuais e de qualidade discutível, e reformas urgentes como a da legislação trabalhista não têm cronograma preciso e dificilmente serão implementadas em um ano de eleições municipais, como 2004. A independência do Banco Central foi anunciada pela equipe econômica no final de 2003, mas acabou sendo desautorizada e esquecida neste ano.

(...)

Mas é inegável que se verifica um envelhecimento precoce do governo. Aliás, esse é o maior risco para o restante do mandato. Não há risco de um "plano B", que não encontra nenhum respaldo no núcleo duro da administração. (OLIVEIRA, 22 maio 2004).

Dois dias depois, Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), cobrou resultados do governo, em artigo publicado na coluna "Tendências/ Debates":

Mas, ao Brasil politicamente forte, não tem correspondido um Brasil social e economicamente sólido, porque as reformas estruturais necessárias à consolidação do processo de desenvolvimento ou têm sido implantadas parcialmente, de modo a não contemplar o conjunto da atividade produtiva, têm sido ou postergadas.

Sejamos francos. Este país não conhece uma reforma tributária em profundidade. Possui um sistema previdenciário caótico. Uma organização sindical e trabalhista com raízes profundas no passado. Padrões políticos eivados de mazelas. E um quadro social pérfido e injusto: 54% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza. (SKAF, 24 maio 2004).

Alguns dias depois, em 30 de maio, em editorial, a *Folha* lembrou que a reforma trabalhista era uma medida que deveria ser colocada em prática pelo governo para consolidar os números que mostravam crescimento econômico, recém-divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No entanto, o assunto não havia avançado:

Os encargos trabalhistas oneram excessivamente as contratações no setor formal, estimulando a informalidade e a sonegação, que tanto prejudicam a arrecadação da Previdência Social. A reforma trabalhista

que se faz necessária não avançou. (*FOLHA DE S.PAULO*, 30 maio 2004).

Ou seja, a *Folha* incansavelmente insistia em pressionar o governo a realizar uma das reformas que entendia como primordiais. Percebeu que não era intenção do governo encaminhar o assunto; mesmo assim, manteve o tema em evidência, procurando fazer com que o governo voltasse atrás, buscando ainda demonstrar aos leitores que tal conduta era prejudicial ao país.

Tal estratégia seria repetida em outras matérias, como: “Agenda econômica de Lula pára no Congresso”, publicada em 6 de junho de 2004, na qual foi feito mais um balanço dos projetos aprovados pelo poder Legislativo no primeiro semestre daquele ano. A conclusão foi que o “governo não conseguiu aprovar praticamente nada de sua agenda econômica prioritária -as propostas com as quais pretende estimular os investimentos e o crescimento.” (PATU, 6 jun. 2004).

Havia ainda propostas ditas prioritárias que nem sequer tinham sido encaminhadas, era o caso das reformas constitucionais, que estavam “abandonadas”:

Reformas abandonadas

A situação é pior no caso das reformas constitucionais, cuja aprovação depende dos votos favoráveis de 60% dos deputados e senadores. Neste ano, pelo cronograma imaginado inicialmente, o Planalto se empenharia na conclusão da reforma tributária e na votação da reforma trabalhista. Sem votos suficientes no Congresso e sob pressão dos governadores, porém, o governo concordou em adiar a primeira para 2005.

Na reforma trabalhista, que racha a base petista, o governo optou por outro caminho: separou o projeto em dois, deixando a revisão dos direitos trabalhistas para o próximo ano e a reforma da estrutura dos sindicatos para agora -no entanto, nem a reforma sindical foi apresentada.

Mesmo a reforma previdenciária, grande êxito legislativo de Lula no ano passado, engrossa a lista dos insucessos deste ano: até hoje o Planalto não foi capaz de enviar ao Congresso o projeto que regulamenta os fundos de pensão dos servidores públicos, sem o que boa parte da reforma não tem efeito prático. (PATU, 6 jun. 2004).

Em mais um balanço, a *Folha* enfatizou que o governo Lula não estava cumprido o prometido. Provavelmente, era uma forma de provocar o governo a agir, de pressioná-lo. A *Folha* assim também não deixava o assunto ser esquecido, como poderia fazer se não fosse de seu interesse. Bastava só não mencionar em suas matérias ou lhe dá pouco espaço.

Mas fez o contrário, publicando editoriais e matérias com as quais se posicionou direta e indiretamente a favor da reforma trabalhista, repetiu o assunto de forma que não só o leitor não esquecesse o tema, mas guardasse a forma como o assunto deveria ser encaminhado, segundo o viés trabalhado pela *Folha*, que será melhor exposto mais adiante, mas que já se pode adiantar alguns pontos apregoados: para a *Folha*, a reforma trabalhista era a saída para a geração de empregos e a o crescimento econômico. Para isso acontecer, seria preciso retirar pontos da ultrapassada CLT, que dificultariam a negociação entre empresários e trabalhadores, engessando as relações trabalhistas. Seria fundamental remover esses entraves. Daí a necessidade de cobrar, de pressionar, o governo para que agisse rapidamente, em consonância com tal projeto. Faltava o governo priorizar o assunto, como se pode deduzir da cobertura feita pelo jornal.

Pouco mais de um mês após o último balanço, a *Folha* analisou novamente a produção do Congresso no primeiro semestre, repetindo que o governo não tinha conseguido a aprovação de projetos importantes como a reforma trabalhista e sindical. O jornal disse que faltava firmeza ao governo: “o governo hesita em tomar uma posição firme, os líderes da base aliada não têm argumentos fortes, e os congressistas empurram o assunto com a barriga.” (RODRIGUES, 9 jul. 2004). Para o jornal, faltava “pulso” para o governo na condução do assunto.

A pressão continuou nos meses seguintes, em que diversas vezes a *Folha* publicou matérias e artigos tratando do conteúdo esperado para a reforma trabalhista, vista como uma medida necessária para o país crescer – como será melhor detalhado a seguir. Até que, em 31 de outubro de 2004, em entrevista ao então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, o jornal cobrou satisfações sobre o prazo para que a reforma trabalhista fosse concluída e uma posição do governo sobre o conteúdo que deveria ser dado à medida, com perguntas como: “As reformas trabalhista e sindical estão paradas. Por quê?”, “A reforma sindical, que aparentemente era mais fácil, levou mais de um ano para ser debatida. É possível fechar o projeto da trabalhista em 2005?”

A *Folha* adiantou já no título que a reforma trabalhista poderia não sair até 2006, ano de eleições presidenciais, e na abertura da entrevista disse:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá chegar ao final de seu mandato sem realizar uma das principais reformas prometidas na campanha eleitoral para o Palácio do Planalto: a trabalhista. O ministro Ricardo Berzoini (Trabalho) admite que as mudanças na legislação podem não ser concluídas até 2006, pois o tema é polêmico e o tempo, curto.

"Não sei se dá, sinceramente", declarou Berzoini em conversa com a *Folha* na última quarta-feira. (SOFIA, 31 out. 2004).

Mais tarde, a *Folha* mostrou que as conveniências políticas do governo fariam com que a reforma trabalhista fosse deixada em segundo plano. Em 15 de fevereiro, o jornal adiantou que a mensagem presidencial ao Congresso não mencionava a reforma trabalhista, nem a autonomia do Banco Central. Gesner explicou os cálculos do governo:

Tudo dependerá, afirma-se, da necessidade e da conveniência política. Por necessidade, entenda-se sinalizar ao mercado financeiro que as reformas econômicas terão continuidade; por conveniência, a relação entre o custo político e os benefícios esperados com a medida.

Reformas

Foi com base nesse cálculo que já se desistiu de outro projeto polêmico do programa de Lula, a reforma trabalhista. Mas há outras propostas delicadas candidatas a ocupar os trabalhos dos congressistas, como a reforma sindical -que deveria ter sido enviada pelo governo no ano passado. (FOLHA DE S.PAULO, 15 fev. 2005).

Seis dias depois, na coluna de Fernando Rodrigues, a *Folha* voltou a atribuir à falta de pulso do governo a não aprovação das reformas: "A dualidade do presidente torna mais devagar o que já é insuportavelmente lento para o Brasil. Reformas como a tributária e a trabalhista ficam inviabilizadas." (RODRIGUES, 21 fev. 2005).

Benjamin Steinbruch também reforçou o coro crítico ao adiamento da reforma trabalhista. Para ele, até as eleições presidenciais de 2006, as lideranças políticas teriam a missão de realizar medidas "para o bem do Brasil", incluindo a reforma trabalhista, numa forma de fazer com que as articulações eleitorais não paralisassem tais medidas.

O papel das lideranças nesse período de um ano que nos separa da campanha eleitoral é politicamente óbvio para todos os que desejam o bem ao Brasil e aos brasileiros: concluir na medida do possível a reforma tributária, para aliviar um pouco a carga fiscal insuportável e para distribuir melhor os recursos arrecadados nos vários níveis federativos; dar início à discussão séria das reformas sindicais e trabalhista; batalhar tecnicamente para que a ortodoxia monetária não asfixie a economia ou aborte o crescimento da produção e do emprego; e defender políticas de apoio aos setores competitivos da economia, para que retomem de forma vigorosa os investimentos e para que continuem a expandir exportações. (STEINBRUCH, 15 mar. 2005).

Dias depois, o também empresário Antonio Ermírio de Moraes (presidente do Grupo Votorantin) lamentou o adiamento da reforma trabalhista, uma medida que, para ele, deveria ter acompanhado a reforma da Previdência realizada pelo governo Lula:

Concertar o sistema previdenciário é imprescindível, mas, no meio de tanta informalidade, será insuficiente. Modernizar as leis trabalhistas é essencial para estimular as empresas -em especial as micro e pequenas- a contratarem de maneira legal. Infelizmente, a reforma trabalhista foi jogada para baixo do tapete no momento em que o governo optou pela reforma sindical, também necessária, mas que pouco pode ajudar na redução da informalidade e na resolução dos graves problemas da Previdência Social e, portanto, dos investimentos e dos empregos. (MORAES, 27 mar. 2007).

A *Folha* também trouxe a cobrança do FMI (Fundo Monetário Internacional), enfatizando já no título da matéria: “FMI cobra reformas fora da agenda do Brasil”. O fundo associava a realização de tais medidas com o aumento do crescimento da economia:

O diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), o espanhol Rodrigo de Rato, cobrou ontem do Brasil reformas estruturais que não estão na agenda do governo neste ano e que dificilmente serão implementadas no ano eleitoral de 2006. Rato afirmou que, se o Brasil quiser aumentar sua taxa de crescimento, terá de promover mudanças na área trabalhista para tornar contratações e demissões mais baratas e desvincular receitas do Orçamento de despesas hoje obrigatórias, como são alguns dos gastos nas áreas de saúde e de educação. (CANZIAN, 15 abr. 2005).

No dia seguinte, o jornal repetiu o recado do FMI: o Brasil deveria realizar as reformas neoliberais. Era o que mostrava a linha fina da matéria: “Brasil e América Latina têm de reduzir dívida, consolidar controle da inflação e promover reformas, diz Fundo”. Tal trecho é antecedido pela expressão “turbulência”, no chapéu da matéria, possibilitando a dedução de que a melhora do desempenho econômico do país dependia da realização das reformas, o que é afirmado pela matéria:

O diretor do Departamento para o Hemisfério Ocidental do FMI (Fundo Monetário Internacional), Anoop Singh, elogiou ontem o desempenho das economias brasileira e latino-americana, mas identificou a redução da dívida pública, a consolidação do controle inflacionário e o aprofundamento das reformas estruturais como os principais desafios da região para seguir crescendo e reduzir a vulnerabilidade.

"Em 2004, houve um aumento acentuado na atividade na maioria da América Latina, com a região experimentando seu maior crescimento em 25 anos", disse Singh, em entrevista coletiva na sede do FMI. Ele

citou a China e os EUA como os "impulsionadores-chave" dessa expansão.

Questionado sobre o desempenho brasileiro, Singh disse, sem entrar em detalhes, que a reforma trabalhista é prioritária. (MAISONNAVE, 16 abr. 2005).

Logo, a posição pró-reforma assumida pela *Folha* estava sintonizada com a posição de um dos maiores símbolos do neoliberalismo, o FMI, que também queria ver logo tais medidas aprovadas e cobrava do governo Lula essa realização. Segundo o jornal, contrariar tal recomendação colocaria o país em “risco”, como se lê no título da matéria: “FMI elogia, mas alerta sobre riscos ao país”.

Mesmo em meio ao escândalo do mensalão, que dominou a pauta da imprensa e do Congresso Nacional no segundo semestre de 2005⁶, o tema não saiu das páginas da *Folha* nos meses seguintes, embora tenha sido abordado de forma menos extensa e detalhada.

Em julho de 2005, diante da nomeação do presidente da CUT, Luiz Marinho, para o comando do Ministério do Trabalho, a *Folha* publicou a avaliação de entidades como a central Força Sindical, o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), do partido PSTU, Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), entre outras. A Força acreditava que com o novo ministro seria possível encaminhar a reforma sindical, enquanto a Ciesp acreditava na possibilidade disso acontecer em conjunto com a reforma trabalhista. (FOLHA DE S.PAULO, 9 jul. 2005).

Em setembro, a *Folha* trouxe outra matéria que mostrava a polarização de opiniões entre empresários e sindicalistas sobre o encaminhamento das reformas, o que seria exposto a Marinho, numa visita que faria às sedes da Força Sindical e da Fecomercio:

Com a crise política e a perspectiva de a reforma sindical não ocorrer no governo Lula, a Força Sindical pede hoje ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, uma "minirreforma" urgente da estrutura sindical

⁶ “Mensalão” foi o escândalo que tomou conta da pauta da imprensa a partir de junho de 2005, quando o então deputado federal (PTB-RJ) afirmou em entrevista à Folha de S. Paulo que o PT estaria pagando mensalmente cerca de R\$ 30 mil a parlamentares em troca de apoio político ao Executivo. O valor seria pago pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, com a ajuda de “operadores” do esquema como o publicitário Marcos Valério. Jefferson disse na entrevista e na CPI do Mensalão (criada no Congresso para apurar o caso) que nomes de peso e de confiança do presidente, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o ex-presidente do PT, José Genoíno, estavam envolvidos no esquema. A denúncia provocou a saída de Dirceu do governo. Porém, até hoje outros envolvidos não sofreram qualquer tipo de punição.

No decorrer daquele segundo semestre outras denúncias também abalaram o Planalto, por envolverem pessoas de confiança do presidente, como o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Tudo isso foi assunto constante na imprensa nacional.

brasileira.

Antes da visita à sede da central, em São Paulo, o ministro se reúne com empresários do comércio. A *Folha* apurou que, dos representantes da Fecomercio SP (federação do comércio paulista), Marinho vai ouvir outro pleito: a realização de uma reforma trabalhista, com flexibilização da legislação, sem retirada de direitos, mas com redução dos encargos sociais. (ROLLI, 2 set. 2005).

Em dezembro de 2005, a *Folha* deu como “perdida” a agenda de reformas. Na matéria “Economistas vêem ‘agenda perdida’”, foram listadas uma série de medidas macroeconômicas que deveriam ter sido implantadas pelo governo para então serem feitas mudanças microeconômicas, entre as quais a reforma trabalhista. Mas tal agenda estava perdida, na opinião de economistas como Paulo Rabello de Castro: “‘Ficamos perdidos na agenda perdida’, brincou Rabello de Castro, referindo-se ao conjunto de agendas microeconômicas” (BILLI, 7 dez. 2005).

A expressão “agenda perdida” foi utilizada em outra matéria, no início do ano de 2006, na qual o jornal trouxe a discordância do ministro da Fazenda, Guido Mantega, quanto a conclusão de estudo de um economista da Tendências consultoria, que mostrou queda no ritmo de crescimento da produtividade industrial desde 2003, o que confirmaria a necessidade de reformas como a trabalhista:

O modelo utilizado pela Tendências refletia, na avaliação de seu autor, a necessidade de reformas como a trabalhista, a previdenciária e para a adoção de independência do Banco Central. Ou seja, reformas microeconômicas - da chamada agenda perdida - que tornariam o ambiente de negócios mais atrativo no Brasil e que poderiam viabilizar maiores investimentos e aumentar a produtividade. (BILLI, 3 jan. 2006).

A interpretação de que a agenda estava realmente perdida ganhou força. Em fevereiro de 2006, a *Folha* deu como enterrada a possibilidade de o governo encaminhar a reforma trabalhista e sindical, dados os escândalos do mensalão e do mensalinho⁷.

Isso foi utilizado contra o presidente Lula naquele ano eleitoral, em matérias que faziam balanço da gestão, sempre enfocando principalmente aquilo que não havia sido feito, incluindo aí as reformas trabalhista e sindical. Agora a tática

⁷ Em 25 de setembro de 2005, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, renunciou ao seu mandato, depois de ser alvo de denúncias de corrupção que ficou conhecida como “mensalinho”. A denúncia foi feita pelo empresário Sebastião Buani, que alegou ter pagado propina para manter a concessão do restaurante Fiorella, administrado por ele na Câmara. Foi mais uma denúncia de corrupção naquele conturbado ano de 2005. (FOLHA ON LINE. “Severino Cavalcanti renuncia ao mandato e diz que voltará”. 25 set. 2005)

parecia ter sido alterada: a *Folha* se concentrava sobre as promessas que não tinham sido cumpridas pelo governo numa forma de desaboná-lo e assim criar barreiras a sua reeleição, o que favoreceria o candidato que fosse lançado pelo PSDB, principal opositor do PT naquele momento.

É o caso, por exemplo, da matéria “Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai”.

As críticas ao governo Lula são mais contundentes quando o assunto é a reforma sindical. "O governo não fez nada na área trabalhista e sindical porque prometeu segurança aos empresários e melhorias aos empregados. Garantiu que faria uma omelete sem quebrar nenhum ovo. Não havia como. Por isso, "cozinhou" interminavelmente projetos de reformas", diz o advogado trabalhista João José Sady. "Nada aconteceu, além de muita reunião. A reforma sindical não saiu do papel e a trabalhista nem foi tocada. Enquanto isso, pequenas e micro empresas continuam sobrecarregadas com despesas de contratação. O que contribui para a incidência do trabalho informal", afirma [o economista José] Pastore.

(...)

Na análise de Adalberto Cardoso, diretor do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), apesar de o governo não ter feito mudanças para fortalecer os sindicatos, conseguiu barrar projetos, como os do governo FHC, que queria a flexibilização de direitos. "Saiu de cena a proposta de impor que as negociações entre patrões e empregados se sobrepusessem à lei, o que poderia implicar perda de direitos históricos, como férias, 13º salário. O governo Lula voltou a assumir o compromisso de defender e assegurar o que está na lei." (ROLI, 30 abr. 2006).

O colunista Valdo Cruz também apresentou balanço da gestão de Lula com o mesmo sentido. No artigo “Bom, não o melhor”, de 1º de junho de 2006, o colunista falou do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que deveria fechar aquele ano em 4%. Apesar de o número ser bom, Cruz disse que o ideal seria que o país crescesse mais de 5% ao ano; mas isso só aconteceria se tivessem sido feitas as reformas estruturais, como a tributária, previdenciária e a trabalhista. Porém, tais medidas ficariam para o próximo governo: “Como nada se faz em ano eleitoral, mais uma vez fica para o próximo governo o desafio de livrar o país das amarras que travam o seu crescimento. O risco é sempre ficar para o próximo.” (CRUZ, 1 jun. 2006).

Ou seja, a *Folha* entendeu que a reforma trabalhista não seria realizada naquele mandato e fez dessa promessa não cumprida uma verdade a ser utilizada contra o governo no ano eleitoral.

A reforma trabalhista passou a ser apresentada como uma meta que deveria ser encampada pelos candidatos à Presidência. Isso ficou visível em artigos

como do presidente da Fecomercio (Federação do Comércio de São Paulo), Abram Szajman, que, em 23 de junho de 2006, expôs no caderno “Dinheiro” o roteiro de atitudes esperadas do próximo governo, descrito no projeto “Simplificando o Brasil” - que seria entregue aos candidatos – no qual elencou a reforma trabalhista entre as medidas necessárias (SZAJMAN, 23 jun. 2006).

Reivindicação semelhante foi feita pelo colunista da *Folha* e empresário Benjamin Steinbruch, que, no dia 4 de julho de 2006, disse que reformas e planejamento eram demandas que deveriam ser incluídas no debate eleitoral. Entre as reformas, o empresário citou aquelas que via como prioritárias: administração pública, tributária, previdenciária e trabalhista (STEINBRUCH, 4 jul. 2006).

Mas, no programa de governo proposto para a segunda gestão de Lula, o PT foi menos ambicioso, sendo pouco preciso em suas promessas e não mencionando as reformas como itens prioritários e fundamentais, como havia feito na campanha eleitoral anterior. Essa ausência do assunto “reformas” entre as preocupações básicas do governo foi criticada pela *Folha*.

Em 30 de agosto de 2006, além da matéria sobre a divulgação do programa de governo, a coluna de Guilherme Barros também tratou do assunto. A *Folha* ainda trouxe uma análise sobre o documento, intitulada “Continuísmo e falta de agenda”, com a qual sintetizou sua opinião sobre os planos para a segunda gestão de Lula. A análise expressou indignação frente à ausência de pontos vistos como essenciais, incluindo a reforma trabalhista:

Por que os juros reais não caem abaixo de 10% ao ano? Que será feito das reformas tributária e trabalhista? Como reduzir impostos sem conter a expansão de gastos sociais? O setor exportador terá de conviver com câmbio supervalorizado por mais quatro anos? Nenhuma das principais questões econômicas atuais merece uma linha do programa. (PATU, 30 ago. 2006).

A conclusão foi que Lula não tinha agenda, o que implicitamente poderia dizer que esse seria um caminho aberto para a candidatura do principal adversário na disputa eleitoral, Geraldo Alckmin (PSDB).

Tratando-se do candidato favorito, com grandes chances de vitória no primeiro turno, a displicência com as propostas é até compreensível, ao menos na visão dos pragmáticos. No caso de Lula, porém, é difícil dizer se o documento anódino é só cálculo eleitoral.

Desde que veio à tona o mensalão, seu governo não tem base organizada no Congresso nem prioridades legislativas definidas.

Desde que Antonio Palocci caiu da Fazenda, a política econômica está no piloto automático. O programa de governo dá a perigosa impressão

de que o presidente continua -ou prossegue- sem agenda. (PATU, 30 ago. 2006).

Na verdade, a análise enfatizou o que já havia sido dito na matéria sobre o lançamento do programa de governo. A matéria avaliou o texto como pouco detalhado; embora tenha mencionado que o PT ainda divulgaria outros cadernos para explicar suas propostas para cada setor que seria objeto de atenção do governo. A matéria é muito mais orientada a criar o sentido de que o candidato não tinha projeto e havia esquecido aquilo que fora prioridade um dia: “O compromisso com as reformas, carro-chefe da campanha passada de Lula, ficou praticamente esquecido desta vez.” (DELGADO, 30 ago. 2006) E ironizou o encaminhamento que seria dado a reforma trabalhista no segundo mandato:

O tema geração de empregos recebeu tratamentos distintos em 2002 e 2006. Na campanha passada, o programa reiterava "necessidade de criação" de 10 milhões de empregos para alavancar o crescimento. Agora, só se compromete com "gerar mais e melhores empregos, por meio da expansão do investimento público e do estímulo ao investimento privado".

Sobre mudança na legislação trabalhista, o texto **apenas** acena com o encaminhamento de um debate a respeito do tema. (DELGADO, 30 ago. 2006; grifo nosso).

Na coluna de Guilherme Barros, o programa de governo foi classificado como “voluntarista” pela fonte consultada: o economista Paulo Leme, do banco norte-americano Goldman Sachs. Foi lamentada a ausência de temas como a reforma trabalhista em detrimento do “excesso” de expressões como “inclusão social”. O economista deixou claro, e a *Folha* deu a entender assim, que estavam pouco interessados se o governo pretendia ou não promover desenvolvimento econômico, porque a eles somente importava a implantação de medidas que lhes garantissem e a toda a elite econômica nacional meios para lucrar mais e livremente.

Há, segundo Leme, excesso de expressões como inclusão social, erradicação da fome e políticas sociais, e carência de medidas que possam proporcionar tudo isso. O documento não fala, por exemplo, em reforma da Previdência, reforma trabalhista ou reforma tributária. Tampouco fala em corte do gasto público.

Não se pode perder de vista que se trata de um manifesto político, com objetivo claro de tentar a reeleição de Lula, mas, mesmo assim, Leme acha que deveria ser menos superficial e mais específico ao conciliar tantos objetivos. (BARROS, 30 ago. 2006).

Ou seja, em toda a cobertura sobre o programa de governo, o jornal fez questão de ressaltar o que faltava no texto: mais que precisão, citando números e ações para viabilizar as propostas apresentadas, faltava compromisso com as propostas reivindicadas pelo setor empresarial desde o início do primeiro mandato, incluindo a reforma trabalhista. Um efeito intencional dessa crítica provavelmente era apontar os defeitos do candidato Lula e assim favorecer o candidato Alckmin.

A *Folha* não aceitou facilmente a ausência da reforma trabalhista dos planos do governo Lula para o segundo mandato. Tanto é que, três dias após o lançamento do programa de governo, esse foi um dos questionamentos feitos ao então ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

FOLHA - No programa de governo do PT, não se fala em reformas trabalhista e da Previdência. Esses temas deixaram de ser importantes?
MARINHO - As reformas sindical e trabalhista continuarão na pauta. O que o programa fez foi pegar os pontos essenciais. A sindical já está no Congresso, e a trabalhista pode ir na seqüência, também. Se as lideranças empresariais enxergam isso como uma necessidade, precisam estar encorajadas a fazer um debate para valer e estabelecer uma negociação. A lei trabalhista brasileira tem uma forte proteção ao indivíduo. É uma legislação bastante complexa, ampla e protege o trabalhador ante o empregador, mas é o trabalhador indivíduo. Ela não tem proteção coletiva, não tem instrumento de proteção coletiva. Essa é a mudança essencial na legislação que precisa ser realizada, o resto vem atrás. (CRUZ, 3 set. 2006).

Marinho respondeu em defesa da preponderância do legislado sobre o negociado, claramente a favor da tese empresarial, muito embora tenha tentado apresentar tal posição sob uma perspectiva favorável aos trabalhadores. É o que se percebe na seqüência da entrevista:

FOLHA - Mas como fazer isso?
MARINHO - A partir da reforma sindical. Às vezes, há uma situação em que o conjunto dos trabalhadores deseja uma outra situação, mas está impedido pela proteção individual. É preciso criar instrumentos de proteção coletiva. Por exemplo: o contrato coletivo de trabalho no Brasil não pode valer mais de dois anos. Hoje, isso é uma fragilidade da mesa de negociação. Precisamos dar mais peso para as mesas de negociação em detrimento da lei, da proteção individual. (CRUZ, 3 set. 2006).

Assim Marinho revelou simpatia a uma das teses que foram incessantemente repetidas pela *Folha*, como uma das principais medidas que deveriam ser contempladas pela reforma trabalhista: deixar a lei em segundo plano, frente àquilo

que fosse negociado entre patrões e empregados. Uma defesa totalmente alinhada com o ponto de vista empresarial e da *Folha*, como será explicitado à frente.

Quatro dias depois, a *Folha* mostrou que a ausência da reforma trabalhista da lista de pretensões de Lula no segundo mandato seria um dos assuntos da sabatina que o jornal pretendia ter feito ao candidato, caso ele tivesse concordado em comparecer ao evento. “O sr. planeja algum tipo de mudança na legislação trabalhista durante seu segundo mandato? Quais mudanças, por exemplo?” (FOLHA DE S.PAULO, 7 set. 2006), perguntariam os jornalistas, mostrando a impaciência do jornal frente a questão.

Impaciência que os empresários que colaboravam com o jornal explicitavam. Em 17 de setembro de 2006, Antonio Ermírio de Moraes questionou em sua coluna “E as reformas estruturais?”, em sintonia com a linha editorial da *Folha* desde a divulgação do programa de governo, que tratava da ausência desse tema. O empresário lembrou que o governo nada havia feito em relação ao assunto e enfatizava que a realização de tais medidas seria condição para que os empresários confiassem no país, leia-se: era a condição para uma reeleição.

Em resumo, o Brasil passou longe da austeridade fiscal, da racionalização dos tributos, do equilíbrio da Previdência e da modernização das instituições do trabalho -para falar apenas o essencial.

Ora, como pensar em aumento de investimentos públicos e privados com esse quadro? (MORAES, 17 set. 2006).

Na mesma edição, o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Rogelio Golfarb, fez coro com Antonio Ermírio, cobrando a reforma trabalhista, entre outras medidas:

A reforma trabalhista também é importante. Se fizermos isso, a redução de custos permitirá que o governo tenha mais dinheiro para investir e que ele possa reduzir a carga tributária do setor privado para que este possa crescer. Esse é o caminho. (PRADO, 17 set. 2006).

Às portas das eleições, outro empresário, Benjamin Steinbruch, lembrou que medidas como as reformas estruturais deveriam ser vistas como prioridades após as eleições. Oposição e situação deveriam colocar tais medidas acima de tudo, deveriam pensar nos “interesses da pátria”, em primeiro lugar.

Há, por exemplo, um consenso nacional sobre a necessidade de redução da carga tributária, que chegou a 37% do PIB, por meio da simplificação do sistema e pela eliminação de tributos criados em série nos últimos anos. Essa redução dos impostos teria de vir

acompanhada de uma reforma da Previdência, absorvedora de recursos do Estado, e de uma corajosa mudança na antiquada legislação trabalhista, que solapa a competitividade das empresas brasileiras. Mas o Congresso, envolvido na luta política, não leva adiante a discussão e a votação dessas matérias. Quaisquer que sejam os vencedores do pleito de domingo, não haverá espaço para perseguir esse objetivo essencial do crescimento sustentado da economia se a conturbação política continuar na fase pós-eleitoral. Por incrível que pareça, chegamos às eleições de 2006, apesar do avanço da estabilização e do fim do constrangimento externo, com os mesmos desafios que se apresentavam em outubro de 2002. Outra vez é preciso lembrar a ganhadores e perdedores da classe política que a atitude patriótica neste momento exige a concentração de energias para a rápida discussão e aprovação de mudanças estruturais demandadas pelo país. Sem isso, não haverá governabilidade, seja qual for o governo, nem crescimento sustentado da economia. Já perdemos tempo demais marcando passo, de um lado por causa da insistência em políticas monetárias exageradamente ortodoxas e, de outro, em razão da falta de reformas. Cabe a todos os políticos que serão eleitos no domingo, em todos os níveis, a obrigação de colocar em primeiro lugar os interesses da pátria. (STEINBRUCH, 26 set. 2006).

Empresário e *Folha* voltaram assim a insistir no assunto, renovando a pressão para que o próximo governo finalmente fizesse as reformas. Steinbruch colocou tudo isso como “interesses da pátria”, evocando o patriotismo de políticos da oposição e da situação em prol de reformas cujo conteúdo não era realmente do interesse de todos os brasileiros, mas de uma parcela deles, da elite econômica nacional e seus parceiros internacionais. Evocou o patriotismo como uma forma de provocar a adesão do leitor à “campanha” pró-reformas que o jornal e empresários faziam; uma forma de pressionar para que o assunto voltasse à pauta do governo e uma forma de apelar aos valores não só dos parlamentares, mas também dos leitores.

Nos meses seguintes, a *Folha* continuou a abordar o assunto, na maioria das vezes, mostrando que a reforma trabalhista era uma medida essencial para que o país voltasse a crescer, um argumento pró-reforma insistentemente defendido, como será visto na seqüência.

Em 14 de dezembro de 2006, a *Folha* anunciou “Lula sinaliza reformas de trabalho e Previdência”. No entanto, a matéria assim intitulada enfocou mais as perspectivas para a reforma da Previdência, deixando em segundo plano a trabalhista, sobre a qual havia pouca novidade.

Sobre a reforma trabalhista, o discurso foi o mesmo. Disse que é preciso um consenso entre todos os setores da sociedade, como empresários, trabalhadores e governo, antes de encaminhá-la ao

Congresso. Prometeu manter o tema na discussão do Fórum Nacional do Trabalho. (SCOLESE, 14 dez. 2006).

A *Folha* tratou como novidade algo que de fato não era tão novo, com a intenção de não deixar o assunto sair de foco. O assunto virou notícia, embora faltassem iniciativas mais contundentes por parte do governo no encaminhamento das reformas.

No penúltimo dia do ano de 2006, a *Folha* voltou ao assunto, pois parecia haver esperança de retomada do fôlego em relação à reforma trabalhista no segundo mandato de Lula. De acordo com a coluna “Painel”, o governo pretendia encaminhar uma proposta de reforma ao Congresso no primeiro semestre de 2007. O texto incluiria a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 semanais - uma antiga reivindicação das centrais sindicais – possibilidade de parcelamento das férias e redução do poder da Justiça do Trabalho, “que geralmente favorece os empregados”, como salientou o jornal (MAGALHÃES, 30 dez. 2006).

Mas, diferente disso, o que aconteceu em 2007 foi a vitória empresarial com a aprovação pelo Congresso Nacional da emenda 3, que facilitaria a atividade das empresas de uma pessoa só, adiantando pontos da reforma trabalhista reivindicada pelos empresários e que não foram encaminhadas naquele ano.⁸

Em 2008, uma nova investida contra as garantias para os trabalhadores foi canalizada e amplificada pela imprensa, inclusive pela *Folha*. Diante da crise econômica mundial, empresários sugeriram a flexibilização de direitos trabalhistas como um meio de preservar empregos, com medidas como suspensão

⁸ A criação da Receita Federal do Brasil (Projeto de Lei 6.272/05) pelo Congresso Nacional, em fevereiro de 2007, trouxe consigo a aprovação da emenda 3. Essa emenda retirou dos auditores fiscais a autoridade para punir as empresas nas quais encontrassem irregularidades frente à legislação trabalhista. Essa competência seria exclusiva da Justiça do Trabalho, a qual caberia julgar se a relação de trabalho estava irregular e determinar a punição à empresa.

Ao dificultar a punição, dada a lentidão da Justiça do Trabalho, a emenda contribuiria com a disseminação das pessoas jurídicas (PJs), forma pela qual as empresas têm obrigado seus funcionários a recorrer para fugir dos encargos trabalhistas devidos pelos contratantes via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Essa proliferação atenderia a interesse de empresários de diversos setores, inclusive os da comunicação, setor no qual a presença de PJs é marcante.

A medida fez as centrais sindicais se unirem e mobilizarem suas bases para cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o veto à emenda aprovada pelo Congresso. Depois de manifestações e visitas de representantes das centrais a Brasília, o veto presidencial foi dado. (Cristiane Alves da Silva, Emenda 3 na Folha de S. Paulo: imprensa e a precarização das relações de trabalho)

Contudo, o governo encaminhou ao Congresso um projeto (PL 536/ 2007) que “reduz o papel do fiscal na atuação das empresas, ampliando as possibilidades de defesa das empresas que cometem irregularidades”, de acordo com Galvão (2007, p. 13). A autora ainda identifica outros problemas no projeto: “(...) não faz referência expressa à fiscalização de natureza trabalhista, nem à relação entre empresa e trabalhador PJ, além disso, não fica claro quem será atuado – o contratante ou o contratado”.

temporária de contratos de trabalho (*layoff*), redução da jornada com redução salarial e muitas outras “soluções”.

A *Folha* participou dessa campanha muito menos nobre e muito mais prejudicial aos brasileiros que outras das quais o jornal tanto se vangloria e utiliza como recurso de marketing, como as “Diretas-Já” (mais adiante voltaremos a esse assunto).

Contudo, é preciso que se diga que, apesar de a *Folha* não ter visto o projeto de reforma trabalhista ser aprovado, na forma e na época que julgava ideal, autores como Galvão (2007) identificam uma série de alterações ou tentativas de mudanças que revelariam tendências pró-flexibilização por parte do governo Lula. Entre elas: declarações à imprensa por parte do primeiro ministro do Trabalho do governo, Jacques Wagner, favorável à retirada da multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para demissões sem justa causa; declarações de Lula à imprensa de que aceitaria mexer em toda a legislação, exceto nas férias de 30 dias (ambos os casos serão mencionados na análise da cobertura feita pela *Folha*).

A autora classifica como possibilidade de contratação flexível a lei 10.748/2003 - que instituiu o programa Primeiro Emprego - e a lei 11.196/2005, que permite a contratação de prestadores de serviço, na condição de empresas compostas por uma única pessoa.

A lei de falências aprovada no primeiro mandato do presidente Lula também é classificada pela autora como uma forma de ataque a direitos dos trabalhadores, pois diz que

(...) o salário deixa de ser crédito privilegiado (apenas as dívidas trabalhistas no valor de até 150 salários mínimos serão consideradas prioritárias em caso de falência da empresa e não há garantia de estabilidade no emprego enquanto durar o processo de recuperação da empresa) (GALVÃO, 2007, p. 9).

O governo ainda legalizou as cooperativas e, com isso, pode ter aberto espaço para um meio de contratação que também precariza as relações trabalhistas:

(...) legaliza essa modalidade de produção – frequentemente utilizada como forma de mascarar a relação de emprego – na medida em que não faz nenhuma menção explícita à necessidade de haver ausência de subordinação entre seus membros, bem como entre esses e os tomadores de serviço. (GALVÃO, 2007, p. 10).

Na criação do Super Simples, o governo ainda possibilitou às micro e pequenas empresas condições de flexibilizar o pagamento de obrigações trabalhistas, como explica a autora:

(...) a lei dispensa as empresas enquadradas nesse regime da fixação de quadro de avisos e da anotação de férias em seus livros de registro, o que impede a verificação do cumprimento dos direitos por parte da empresa (a exemplo de férias e do horário de trabalho). Estabelece que a fiscalização trabalhista, dentre outras, tem caráter orientador, sendo necessário haver reincidência para o registro de infração (ou seja, na prática, não há penalidades ao descumprimento de direitos) e admite que representantes sem vínculo empregatício com a empresa possam representá-la junto à Justiça do Trabalho, o que favorece o surgimento de profissionais contratados exclusivamente para essa finalidade – e, portanto, absolutamente comprometidos com os interesses das empresas que os contratam (...) (GALVÃO, 2007, p. 10).

Entre outras medidas apontadas pela autora. Tudo isso indica que o governo Lula pode ter encontrado outros obstáculos à realização completa da reforma trabalhista, que não apenas uma objeção à retirada de direitos. Outros fatores podem ter contado, como a resistência de parte dos movimentos sociais e sindical e a explosão de escândalos políticos, como o mensalão.

2.2 - Sindicatos na mira

No período de transição, a *Folha* iniciou sua investida contra outro obstáculo a ser removido para que a reforma trabalhista fosse aprovada logo no Congresso e, assim, fossem instituídas novas regras para a relação capital-trabalho: as entidades dos trabalhadores, os sindicatos e, principalmente, as centrais sindicais passaram a ser alvo constante de matérias, entrevistas e artigos que procuravam desqualificar a organização dos trabalhadores, desacreditá-la, taxá-la como corrupta, irresponsável e inútil, sem exceção⁹.

Junto à defesa da reforma trabalhista, a *Folha* começou a fomentar o debate e a cobrar a realização de outra mudança: a reforma sindical, tida

⁹ Matérias que traziam em si a visão liberal da direção da empresa sobre o movimento sindical. É o que se percebe a partir de declarações de Otávio Frias Filho:

“[...] o sindicato apareceu historicamente em resposta à aceleração do progresso técnico e nesse sentido ele “resfria” o desenvolvimento da sociedade: o preço cobrado em termos de ineficiência é devolvido em termos de equidade”. (SILVA, 1988, p. 24 apud GHEDINI, 1998, p. 99).

como necessária para a preparação do terreno idealizado para a reforma trabalhista, no qual os sindicatos teriam menos poder para organizar qualquer reação dos trabalhadores à flexibilização de direitos. Até porque, se dependesse da *Folha*, estariam completamente desacreditados, dada a campanha contra os sindicatos de trabalhadores feita pelo jornal naqueles dias.

O ataque começou ainda no período de transição. Quando nem todos os projetos do governo estavam claramente definidos e/ ou divulgados, a *Folha* já dizia que o governo iria expor a “caixa-preta” sindical ao acabar com o imposto sindical (um dia de trabalho pago por todos os trabalhadores a sindicatos de trabalhadores e de empresários), não só numa clara forma de pressão para que o governo acabasse com o imposto¹⁰, mas também uma maneira de lançar dúvidas sobre a credibilidade dos sindicatos - de trabalhadores e de empresários, naquele momento.

As propostas do governo petista para modernizar a estrutura sindical brasileira, como o fim da contribuição compulsória, vão abalar os cofres dos 15,96 mil sindicatos existentes no país, com impacto também nas federações e nas confederações. Mais: vão expor a caixa-preta da arrecadação do sistema sindical no Brasil.

A contribuição sindical sustenta boa parte dos sindicatos de patrões e de empregados e suas federações e confederações -isto é, se esse imposto acaba, as organizações vão ter de encontrar outras formas para obter receita.

E essa contribuição obrigatória é a única fonte oficial disponível para medir a receita do setor -o recolhimento é feito pela CEF (Caixa Econômica Federal). De janeiro a outubro deste ano, esse imposto rendeu R\$ 583,9 milhões.

Outras contribuições negociadas entre sindicatos, federações e confederações não são contabilizadas por nenhum órgão público ou privado -por essa razão, o valor da arrecadação é desconhecido. Estima-se, porém, que a contribuição sindical represente um terço do que o setor arrecada. Os dois terços restantes compõem a caixa-preta de sindicatos, federações e confederações. (FERNANDES, 17 nov. 2002).

¹⁰ O imposto sindical é uma forma criticável de sustentação das entidades de trabalhadores, por configurar uma dependência em relação ao Estado e por se dá de forma compulsória; quando o que deveria se esperar é que tais entidades se mantivessem com contribuições definidas pelos trabalhadores beneficiados pelo trabalho dessas entidades, que dada sua atuação em defesa dos direitos e das reivindicações de sua categoria deveriam ser identificadas como instrumentos imprescindíveis de luta, daí a necessidade de sua manutenção política e financeira. Não é o que ocorre. Poucos sindicatos no país conseguem ter tamanho respaldo, dado o enfraquecimento e a burocratização de tais entidades. Contudo, é preciso ressaltar que essa observação difere muito das críticas feitas pela *Folha*, que serão apresentadas ao longo das próximas páginas, já que tais críticas têm como objetivo claro denegrir a imagem do movimento sindical para desacreditá-lo e destruí-lo, para minar os instrumentos de organização dos trabalhadores, tão valiosos na defesa frente a agressões como a reforma trabalhista que precariza a relação capital-trabalho, defendida pela *Folha* e seus colaboradores.

E enfatizou a falta de controle do Estado sobre as finanças das entidades:

A fiscalização nas contas dos sindicatos era feita pelo governo até 1988. "O Estado não pode mais interferir na vida financeira dos sindicatos desde a Constituição. Temos de acreditar na boa-fé dos sindicalistas para ter idéia de quanto eles arrecadam", afirma Maria Lúcia Di Iorio Pereira, secretária de relações do trabalho do Ministério do Trabalho.

A dificuldade em saber o quanto entra no caixa dessas organizações foi constatada pelo próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na elaboração da Pesquisa Sindical 2001. Os questionários preenchidos por essas entidades não tinham dados suficientes para identificar o tamanho da arrecadação. Quando havia informação, os pesquisadores notaram que os valores estavam subestimados.

"Falta clareza na gestão financeira e transparência na cobrança de taxas, mas isso não significa que elas não possam ser cobradas. O sindicato deve cobrar pelos serviços que presta", diz Fernando Moro, advogado trabalhista. (FERNANDES, 17 nov. 2002).

Seria assim necessário adotar outro modelo de estrutura sindical, por meio de uma reforma sindical.

O fato de o governo Lula querer discutir a reforma sindical vai trazer à tona o que até agora estava restrito apenas à cúpula dos sindicatos. Para realizar as mudanças, será preciso abrir a caixa-preta e também comparar o modelo dos sindicatos brasileiros com o de outros países, na análise de especialistas no setor sindical.

"Fora do Brasil, onde há liberdade sindical, os sindicatos dependem só dos associados, como um clube. Aqui existe sindicato que cobra até quatro taxas", afirma Luiz Inácio Barbosa Carvalho, sócio da consultoria Sussekind.

(...)

O Ministério do Trabalho recebe cerca de cem pedidos de registro sindical, em média, por mês. De janeiro a setembro deste ano foram feitos 802 pedidos e concedidos 266 registros. "Quantos líderes sindicais existem no país? É preciso tanto sindicato no país?", questiona Maria Lúcia.

Para ela, o país precisa de uma reforma sindical urgente. O Ministério do Trabalho, diz, tem o poder de conceder o registro de um sindicato, mas só pode analisar o aspecto formal do pedido.

"Se a documentação está em ordem, somos obrigados a dar o registro. Não podemos interferir na organização." Maria Lúcia diz que não adianta o país ter sindicatos fragmentados, pois isso reduz a representatividade do setor.

Nos sindicatos representativos, diz ela, a contribuição sindical é até devolvida aos trabalhadores -é a criação desse tipo de sindicato, dizem os especialistas, que tem de ser estimulada no país. (FERNANDES, 17 nov. 2002).

A matéria iniciou, assim, uma cobertura, que ao longo dos próximos dias, procurou mostrar ao leitor o quão inúteis e, portanto, dispensáveis, os sindicatos eram, principalmente os de trabalhadores.

Poucos dias depois, em 26 de novembro de 2002, a *Folha* voltou ao assunto na matéria “Sindicatos levarão denúncias a Lula hoje”, na qual noticiou a apresentação de um documento ao presidente que relatava casos de corrupção no movimento sindical brasileiro. A linha fina disse: “Em encontro com presidente eleito, entidades entregarão dossiê sobre ‘máfia sindical’; organizadores temem ‘mal-estar’” (FERNANDES, 26 nov. 2002).

Após relatar a reação contrária das centrais sindicais a tal possibilidade, a *Folha* rapidamente mudou o foco da matéria para outro assunto: a reforma sindical, para mostrar a “preocupação” das centrais com o assunto e, assim, levantar dúvidas quanto à honestidade e à utilidade das entidades e dos sindicatos de modo geral.

A *Folha* apurou que as centrais sindicais estão preocupadas com a reforma sindical que Luiz Inácio Lula da Silva quer fazer no país. Muitos sindicalistas entendem que o PT quer fortalecer os sindicatos, o que pode significar o enfraquecimento das centrais. O presidente eleito teria dito a pessoas bem próximas que as centrais perderam a atuação trabalhista em favor da política.

Muitas vezes, segundo alguns sindicalistas, dirigentes da Força Sindical tiveram boas propostas em favor do trabalhador, mas dirigentes da CUT foram contra apenas por causa de divergências políticas e vice-versa.

"O movimento sindical tem de ter reformas profundas. É importante e urgente que sobreviva por conta própria e arranje meios de ganhar dinheiro sem viver do imposto obrigatório. Tem de haver seriedade porque o descrédito é grande", diz Frei Chico, consultor sindical e irmão de Lula. Para ele, é sabido que em algumas regiões do país é difícil os sindicatos se sustentarem sem a contribuição obrigatória, mas as centrais sindicais têm de achar meios de ajudar esses sindicatos.

O importante hoje, no sua análise, é trazer de volta os trabalhadores para os sindicatos. "Hoje eles estão distantes. Isso não é bom para a democracia", afirma. (FERNANDES, 26 nov. 2002).

Assim, o jornal fez da briga interna no movimento sindical um pretexto para levantar a questão sobre a necessidade de se mexer na estrutura sindical do país, uma forma de desacreditar o trabalho de todos os sindicatos e de mostrar a necessidade de acabar com seus privilégios, já que recebiam para não fazer nada pelos trabalhadores das categorias que representavam. Não se sabe se o tal documento chegou a realmente existir ou a ser entregue ao presidente, já que no dia seguinte o jornal nada

disse sobre o assunto, deixando assim evidente que a matéria havia sido publicada porque convinha à linha editorial da *Folha* naquele momento.

A reforma sindical continuou em pauta. Em 1º de dezembro de 2002, o jornal deu amplo destaque ao assunto na edição daquele domingo. O caderno “Dinheiro” trouxe duas entrevistas e uma matéria sobre a reforma, nas quais execrou o movimento sindical, por meio das fontes escolhidas e do enfoque dado ao assunto. Os textos publicados nesse dia são um dos exemplos mais marcantes da forma como o jornal vê os sindicatos, uma manifestação do quão preocupado com a democracia, com a objetividade e com a imparcialidade é o Grupo Folha.

A matéria “Reforma sindical exige cautela”, que abre a cobertura do assunto naquela edição trouxe novamente o chapéu “Trabalho em Xequê”, que, como dissemos antes, coloca em dúvida as leis trabalhistas, a relação capital-trabalho e o próprio trabalho. Nessa matéria, a *Folha* resume a opinião sobre o movimento sindical e a reforma sindical dos dois entrevistados daquela edição: os professores da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Leôncio Martins Rodrigues e Marco Antonio de Oliveira.

A matéria trouxe argumentos para desqualificar os sindicatos, quer na forma de sustentação financeira (o imposto sindical) quer em sua representatividade:

Para Rodrigues, o governo petista deveria acabar com a contribuição obrigatória e com o monopólio sindical. "O imposto sustenta um bando de sindicatos fantasmas, e a unicidade não permite concorrência", afirma Rodrigues.

Ele também é contra a criação de um fundo sindical como opção de manter os sindicatos. "Quem é que vai pagar isso? São os trabalhadores, nós."

Na avaliação de Oliveira, os sindicatos deveriam sobreviver com a cobrança de mensalidades e de uma contribuição paga na ocasião das negociações salariais por quem se beneficia dos acordos feitos - sejam associados ou não. Também defende que as mudanças na estrutura sindical sejam feitas sem causar "desorganização" e uma "verdadeira guerra pela sobrevivência". (FERNANDES, 1 dez. 2002).

O professor Leôncio Rodrigues então sentenciou - e a *Folha* divulgou: “o movimento sindical é uma instituição em declínio no mundo todo” e procurou dar peso a sua afirmação com o exemplo de um dos setores que mais padece com a falta de organização sindical e com a precarização trazida pelas políticas neoliberais: o setor de serviços. “Os setores nos quais o emprego cresce, como nos serviços, diz, não são favoráveis à sindicalização”.

Então, a matéria disse que a “salvação” dos sindicatos era procurar outros focos de ação para ainda se mostrarem úteis:

A salvação dos sindicatos, diz, na análise de alguns teóricos, "que parece ser também uma idéia de Lula", é deixar de ser uma instituição apenas para representar os trabalhadores. Tem de levantar a bandeira da cidadania, como denunciar a discriminação racial. "Isso permitiria ao sindicalismo ter um outro papel no mundo contemporâneo", afirma. Para Oliveira, os sindicatos devem recuperar o dinamismo. "O desemprego, com diminuição da base de representação e a política neoliberal dos anos 90, afastaram os trabalhadores dos sindicatos", diz. Com as reformas previdenciária, tributária e trabalhista, a tendência é que os sindicatos voltem à cena. (FERNANDES, 1º dez. 2002).

A entrevista de Leôncio Martins Rodrigues evidencia a tese de que o movimento sindical é uma estrutura inútil, que não serve ao conjunto dos trabalhadores. O título já diz muito: “Sindicato só é bom para poucos, diz professor” e a linha fina resume e chama a atenção do leitor para a opinião do professor (que também parece ser o entendimento da *Folha*), reforçando a idéia de que o sindicalismo está em declínio; logo está ultrapassado: “Leôncio Martins Rodrigues defende fim de contribuição e afirma que instituição está fadada ao declínio”.

Na abertura, em que se deve resumir a entrevista e escolher os principais itens para chamar a atenção do leitor para o assunto tratado, o jornal enfatizou:

A estrutura sindical brasileira oferece muitas vantagens aos diretores de sindicatos e só beneficia um grupo pequeno de associados. A afirmação é do professor Leôncio Martins Rodrigues, 68, titular do Departamento de Ciências Políticas da Unicamp.

"Se o novo governo não mexer nisso, os sindicatos-fantasmas vão continuar se multiplicando. O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, deveria acabar com a contribuição sindical e o monopólio de representação. As duas medidas já provocariam uma tempestade no movimento sindical", diz Rodrigues. (FERNANDES, 1º dez. 2002).

As perguntas da entrevista foram elaboradas no sentido de mostrar a necessidade de mudar a estrutura sindical e o oportunismo dos sindicalistas que hoje estão no comando das entidades: “A estrutura sindical brasileira precisa mudar?”, “É preciso modernizar a estrutura sindical do país?”, “O sr. acredita que a estrutura sindical vá mudar com o PT?”, “Como deveria ser?”, “Os dirigentes da CUT, a central mais afinada com o PT, devem resistir à reforma sindical?”, “A forma de sustentação dos sindicatos no Brasil é muito diferente da do resto do mundo?”, “A taxa

de trabalhadores sindicalizados está em queda no Brasil. Qual a razão?"; "A falta de interesse dos trabalhadores pelos sindicatos acontece só no Brasil?"; "O governo petista quer a participação dos sindicatos nas reformas tributária e previdenciária. O que o sr. acha disso?"; "Comenta-se entre os próprios sindicalistas que existe forte esquema de corrupção no meio sindical. Por quê?".

Tais perguntas dão margem para que o entrevistado exponha sua tese mostrando, entre outros pontos, que os sindicatos precisavam procurar novas atividades porque estavam perdendo para as empresas, que tinham o alto nível de desemprego como trunfo para pressionar seus empregados, e para o setor de serviços, que gera mais empregos. norma

Folha - A taxa de trabalhadores sindicalizados está em queda no Brasil. Qual a razão?

Rodrigues - Primeiro, porque os setores nos quais o emprego se expande não são os setores nos quais os sindicatos têm força. Os sindicatos dos trabalhadores do setor têxtil, por exemplo, não têm tanta importância como no passado. O sindicato dos metalúrgicos também está sofrendo o impacto das mudanças tecnológicas. O setor que está abrindo emprego é o de serviços. Só que os trabalhadores desse setor não têm interesse em se sindicalizar. Preferem negociar diretamente com o patrão. Os trabalhadores que mais precisam de sindicato são aqueles que têm baixa qualificação.

Folha - A falta de interesse dos trabalhadores pelos sindicatos acontece só no Brasil?

Rodrigues - Não, isso acontece no mundo todo. Os sindicatos são uma instituição condenada ao declínio. As novas áreas nas quais o emprego cresce não são áreas que favorecem a sindicalização. Uma das razões é a desconcentração de empresas, o que estamos vendo acontecer nos últimos anos com a indústria automobilística e com a metalúrgica. Além disso, o poder de fogo das empresas aumentou com a elevação do desemprego. Os sindicatos perdem poder de barganha e capacidade de mobilização porque as empresas ameaçam cortar mais funcionários.

Folha - O governo petista quer a participação dos sindicatos nas reformas tributária e previdenciária. O que o sr. acha disso?

Rodrigues - Alguns teóricos acham que a salvação do sindicalismo não é só fortalecer a representação de uma categoria profissional. A salvação passa por levantar outras bandeiras, como a da cidadania, o que significa denunciar discriminação racial ou perseguição ao imigrante. Isso poderia permitir que o sindicato tivesse um outro papel no mundo contemporâneo. O Lula está levantando isso. Agora é preciso ver se é possível fazer isso aqui. Com a atual legislação, não é possível. (FERNANDES, 1º dez. 2002).

Note-se que na visão do entrevistado, os trabalhadores do setor de serviços não veriam a necessidade de sindicatos, já que entenderiam que poderiam negociar direto com os patrões. Esses teriam mais qualificação profissional, o que os

capacitaria para o “tête-a-tête” com os empresários, sem a necessidade de sindicatos para intermediar, o que só teria serventia aos trabalhadores sem qualificação. É como se o professor dissesse: Para que sindicato, se o trabalhador pode por si resolver seus problemas? É uma instituição fadada ao declínio, já que o setor de serviços ganha espaço e logo fará sucumbir tal mediação. Assim, também, a entrevista vai ao encontro de outra tese que, como será visto adiante, será insistentemente defendida pela *Folha* ao tratar do conteúdo que deveria ter a reforma trabalhista: a valorização do negociado frente ao legislado. A lei deveria conter determinações mínimas, enquanto a maioria das garantias para os trabalhadores deveriam ser frutos da negociação entre patrões e sindicatos.

No entanto, o entrevistado não citou nem a *Folha* questionou o fato de que o setor de serviços é um dos que mais padecem dos males provocados pela introdução das políticas neoliberais no Brasil, com a terceirização indiscriminada, com a ausência, muitas vezes, de vínculo empregatício e de uma regulamentação.

De acordo com Pochmann (2007, p. 22), entre 1985 e 2005, de cada dez trabalhadores terceirizados no Estado de São Paulo, mais de nove estavam no setor terciário. No mesmo período, foram gerados três milhões de empregos; 12,1% deles corresponderam à atividade terceirizada. O auge da terceirização, no período estudado por Pochmann, corresponde aos anos entre 1990 e 2005, quando 16% dos empregos criados foram em empresas de terceirização de mão-de-obra.

O autor acrescenta:

Por se reconhecer que tem sido o setor terciário da economia que mais empregos tem gerado, pode-se constatar que a terceirização, acompanhada do conjunto de suas características contratuais tendeu a generalização sem a simultânea institucionalização de um novo padrão de regulação pública do trabalho. (POCHMANN, 2007, p. 22).

Pochmann define as características contratuais que regem a relação entre trabalhador terceirizado e empresa:

Assim, a terceirização apresentou-se como iniciativa mais fácil e imediatamente adotada pelas empresas para diminuir os custos de contratação da mão-de-obra. De forma defensiva, a terceirização no setor privado contribuiu para diminuir direitos, especialmente dos trabalhadores que até então não eram subcontratados, e precarizar postos de trabalho definidos por condições e relações de trabalho tradicionais nas micro e pequenas empresas, muitas delas na informalidade.

Tudo isso é fruto da lógica de produção e de administração neoliberal, descrita por Harvey (2008), que precariza as relações de trabalho, fragilizando também os vínculos sindicais do trabalhador.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes de contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 2008, P. 143).

Diante de todo esse contexto, caberia à *Folha* polemizar com o objetivo de mostrar o quão válida é a tese do professor, procurar outros pontos de vista, permitir uma leitura mais analítica, mais histórica, estrutural e conjuntural ao leitor. Mas não o fez porque a tese em si era considerada válida para o objetivo da linha editorial do jornal naquele período: denegrir a imagem dos sindicatos.

Mas não acabou. Na entrevista com Marco Antonio Oliveira, as perguntas feitas pela jornalista Claudia Rolli (1º dez. 2002) também tiveram sentido semelhante: “É preciso mudar a estrutura sindical brasileira?”; “Como seria a atuação dos sindicatos em um regime de liberdade plena?”; “O trabalhador teria garantias mínimas, e as centrais, controle do mercado de trabalho?”; “O que precisaria mudar?”, “O governo Lula já manifestou sua vontade de mudar as fontes de custeio dos sindicatos.”; “Os sindicatos quebrariam?”; “Na sua opinião, como os sindicatos deveriam manter-se?”; “As centrais mostraram que estão desunidas. O governo Lula conseguirá fazer reformas?”; “Por que os trabalhadores estão distantes de seus sindicatos?”; “O que mudou nesse perfil?”; “Os sindicatos vão recuperar o espaço perdido?”; “O que pode definir a recuperação do dinamismo dos sindicatos no país?”.

Oliveira tem uma opinião menos voraz e raivosa que a do professor Rodrigues, como se percebe na resposta à pergunta sobre o afastamento dos trabalhadores das entidades sindicais:

Folha - Por que os trabalhadores estão distantes de seus sindicatos?

Oliveira - Em uma economia em que há aumento brutal do desemprego, como houve no Brasil, a tendência geral é que os sindicatos se enfraqueçam, principalmente no setor industrial. A onda neoliberal, na década de 90, disseminou também a mudança de valores. O indivíduo se sobrepôs às ações de natureza coletiva. Outro fator foi a mudança de perfil da classe trabalhadora.

Folha - O que mudou nesse perfil?

Oliveira - Os trabalhadores mais próximos das práticas sindicais são aqueles que estão na faixa dos 40 anos, que viveram a trajetória de ascensão dos anos 70 e 80. Os mais jovens estão mais preocupados com sua carreira, sua colocação no mercado, seu poder aquisitivo e sua formação profissional. Isso dificulta a ação sindical. (ROLLI, 1º dez. 2002).

Contudo, nessa segunda entrevista a *Folha* não trouxe uma opinião divergente da do primeiro entrevistado, como seria de se esperar de um jornalismo dito crítico, apartidário e pluralista, que busca mostrar todos os lados da notícia, como o jornal apregoa em seu “Manual de Redação”:

a Folha cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2005, p. 17).

As perguntas são semelhantes e o enfoque dado na edição é o mesmo para ambas as entrevistas e para a matéria que abre a cobertura. Ou seja, de forma exaustiva e nada pluralista, a *Folha* mostrou naquele domingo porque o leitor deveria se colocar contra os sindicatos e a favor de uma reforma que fosse enérgica no combate a esse “monte de corruptos” que estariam corroendo tais entidades, ganhando dinheiro para não fazer nada. Possibilitando, assim, ao leitor concluir que essa era uma estrutura dispensável, que deveria ser mudada ou – quem sabe? – extinta.

Porém, nenhum desses sindicalistas foi consultado, nem um trabalhador associado a um desses sindicatos que pudesse falar se acha mesmo o seu sindicato inútil como leva a entender a cobertura. Não houve o tal “outro lado”, não houve qualquer contraponto, numa clara demonstração de que a *Folha* queria mostrar ao leitor um lado só, o lado que lhe convinha.

Contrariou assim outro postulado do Manual¹¹ que procura normatizar/enquadrar a atividade de seus jornalistas:

¹¹ O Manual de Redação faz parte do Projeto Folha, que a partir de 1985 tornou-se uma forma de regular/enquadrar/ uniformizar/ domar o trabalho dos jornalistas. O caráter desse Manual só deixa mais explícito

Em meio à balburdia informativa, a utilidade dos jornais crescerá se eles conseguirem não apenas organizar a informação inespecífica, aquela que potencialmente interessa a toda pessoa alfabetizada, como também torná-la mais compreensível em seus nexos e articulações (...) Em outras palavras, o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2005, p. 15)

Em fevereiro de 2003, a *Folha* voltou ao assunto, dizendo que haveria uma “indústria de sindicatos” no Brasil, contra a qual o governo não teria muito a fazer.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva não tem como breçar a indústria de sindicatos no Brasil -ao menos por enquanto. Até que a reforma sindical saia do papel, o Ministério do Trabalho tem de cumprir portarias de administrações anteriores, normas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e artigos da Constituição que impedem a intervenção do Estado no setor.

O Brasil é recordista em número de sindicatos. São cerca de 16 mil no país. Ainda assim, o ministério recebe quase cem pedidos de abertura de novas entidades por mês. Elas querem o registro porque só assim podem receber o imposto sindical obrigatório, além de outras contribuições.

De janeiro até agora, foram feitas ao ministério 140 solicitações de registro e de alteração nos estatutos de sindicatos. Nesse período, 42 novos sindicatos e duas federações obtiveram registros.

O governo está numa encruzilhada. Sabe que muitos desses pedidos são de sindicatos-fantasmas ou pouco representativos. Mas, se a documentação apresentada está em ordem, respeita a regra de que só pode haver um sindicato por categoria e por região e não há contestações de outras entidades, pouco o ministério pode fazer além de conceder o registro.

"Existe uma máfia para a criação de sindicatos no Brasil. Desde janeiro, estamos tratando dos registros com olhar mais crítico. Mas, se o sindicato cumpriu o que está estabelecido, não podemos segurar a liberação", afirma Osvaldo Bargas, secretário de Relações do Trabalho do ministério. (FERNANDES, 23 fev. 2003).

Para acabar com tal “indústria”, seriam necessárias mudanças na legislação, inclusive na CLT:

Mudar a estrutura sindical do país não será tarefa fácil. "A reforma depende de uma revisão na Constituição", afirma o advogado trabalhista Luis Carlos Moro. É que o artigo 8º da Constituição mantém o imposto, a unicidade sindical e ainda assegura a não-interferência do Estado no setor.

que sua função não era necessariamente deixar o trabalho dos jornalistas da *Folha* mais ético (com a real cobertura de todos os lados, com uma abordagem crítica e desprendida), era, de fato, indicar o que os jornalistas deveriam fazer para seguir a posição pró-capital da empresa. Daí que contrariar postulados não era um sacrilégio, se estivesse em conformidade com os objetivos da empresa. Mais a frente, trataremos do Projeto Folha.

Na CLT, também há uma quantidade de normas que estabelecem regras desde a criação do sindicato até a obtenção de registro. Existe ainda a portaria 343 de 2000, assinada pelo ex-ministro do Trabalho Francisco Dornelles, que, segundo advogados ouvidos pela *Folha*, facilita a expansão da indústria de sindicatos no país. "Se o governo estabelecer uma portaria para tentar breçar os sindicatos-fantasmas, estará adotando os mesmos instrumentos do governo anterior", afirma Moro.

Para ele, para que se faça de fato uma reforma sindical, é necessária uma grande discussão para alterar a Constituição e a CLT. "É um tema complicado porque envolve interesses de muita gente que depende da estrutura atual."

A criação de uma portaria que proponha um índice mínimo de sindicalização para conceder registro a uma entidade é, para o advogado trabalhista João José Sady, uma forma equivocada de tentar barrar a indústria de sindicatos.

"Com esse critério, o governo não poderá prever de antemão quem é sério ou não. Mesmo os sindicatos mais tradicionais não têm hoje um terço de associados", diz Sady. Para ele, a saída é acabar com o imposto sindical. "O dirigente nem precisa trabalhar porque tem a garantia de que o dinheiro vai entrar no caixa faça ele ou não algo pelo trabalhador." (FERNANDES, 23 fev. 2003).

Em nenhum momento, a matéria fez uma ressalva ou uma distinção quanto à existência de diferentes tipos de sindicatos e de sindicalistas. A história de combatividade do movimento sindical brasileiro - com grandes greves e manifestações por direitos trabalhistas e sociais - foi ignorada. A importância do movimento sindical como agente de transformação é intencionalmente desconsiderada.

Assim, a matéria favoreceu a interpretação de que todos os sindicatos e sindicalistas são parasitas ou sanguessugas do dinheiro dos trabalhadores. O intuito é claro: formar uma opinião contrária ao movimento sindical, a principal força que poderia ser contrária ao plano de flexibilizar leis trabalhistas no Brasil. A intenção desse discurso é neutralizar idéias, discursos e forças opostas.

A intenção de fazer uma reforma sindical não era parte apenas do discurso da *Folha*, como se pode apreender da análise de diversos autores (SILVA, 2007). Tal discurso dialogava com os planos do governo federal, que, mais tarde, encaminhou o debate no Fórum Nacional do Trabalho¹², elaborando um projeto de lei

¹² O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Composto por 21 representantes dos trabalhadores, nove representantes de micro e pequenas empresas e outras formas de trabalho, 21 representantes dos empresários e 21 representantes do governo. O objetivo era "Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda." FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO: 2008).

Como chamamos atenção em outro trabalho (SILVA, 2007, p. 6), era objetivo do FNT adequar as leis trabalhistas às mudanças provocadas pela política neoliberal e pelas inovações tecnológicas ao cotidiano

que não chegou a ser votado no Congresso Nacional. Tanto é que na mesma edição em que foi publicada a matéria acima analisada, o jornal trouxe um artigo do então ministro do Trabalho, Jacques Wagner (na coluna “Tendências/ Debates”), no qual dizia quais deveriam ser as bases da reforma sindical e da reforma trabalhista, que, portanto, deveriam ser pensadas em conjunto:

Para ter sucesso, a reforma sindical e trabalhista não pode restringir-se à discussão pontual de questões laborais. Precisarà enfrentar temas cruciais, como a representação e a representatividade dos sindicatos, a democratização das relações de trabalho por meio de novos instrumentos de negociação coletiva e a construção de um ambiente mais propício à solução dos conflitos. Por esse motivo, deve se empenhar de forma cautelosa na escolha dos seus representantes que vão participar do Fórum Nacional do Trabalho para discutir as mudanças na legislação, de maneira a ampliar a credibilidade e a assegurar que os debates não se transformem em bandeira pela mera supressão de direitos. (WAGNER, 23 fev. 2003).

Na seqüência, Wagner, assim como a *Folha*, criticou o número de sindicatos e a regulamentação existente para a constituição de tais entidades. Ou seja, o discurso da *Folha* não estava descolado daquilo que parte do próprio governo queria e até mesmo dos interesses de parte das centrais e do movimento sindical, que, segundo Galvão (2005, p. 25), também queriam neutralizar sindicatos que tivessem opiniões dissonantes das suas, quanto às propostas do governo e quanto aos seus projetos para o movimento sindical¹³.

(...) Além de possibilitar a cooptação de dirigentes outrora representantes de um sindicalismo combativo, as medidas propostas podem neutralizar as correntes críticas ao governo, mediante o não reconhecimento de sua personalidade sindical (caso suas organizações sejam minoritárias e não consigam preencher os critérios de representatividade). (GALVÃO: 2005, p. 25).

dos trabalhadores, criar mecanismos para legitimar e dar condições para que a flexibilização, as terceirizações e a exploração capitalista se intensificassem sobre os trabalhadores. O FNT estava preocupado em criar um “ambiente” menos hostil ao capital. Tudo em nome da geração de emprego e renda para os trabalhadores, mas à custa da negociação de direitos, o que invariavelmente resulta na perda de garantias. Além disso, a consequência que se objetiva – emprego e renda – são as condições de reprodução da força de trabalho, não de emancipação e desenvolvimento político-econômico para a maioria dos trabalhadores.

Essa “atualização” se daria por meio de medidas como a reforma trabalhista e a reforma sindical. A reforma sindical foi a primeira a ser discutida pelos 72 membros do FNT, o que deu origem ao anteprojeto de emenda à Constituição (PEC) 369/05, enviado à Câmara dos Deputados em 2 de março de 2005. O conteúdo da PEC abrangia o modelo de organização sindical, de negociação coletiva e de solução de conflitos no trabalho (FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO 2005, p. 4).

¹³ O resultado é que o projeto encontrou oposição da parte do movimento sindical, justamente porque traz uma série de mudanças que inviabilizam essas mesmas entidades. (SILVA, 2007, p. 6)

A autora também viu no projeto uma possibilidade de facilitar a precarização de direitos via cooptação de dirigentes sindicais para a estrutura governamental e por meio de atendimento de demandas apresentadas pelas direções das centrais sindicais:

(...) Paradoxalmente, o fortalecimento das centrais sindicais hoje pode engendrar o enfraquecimento da capacidade de resistência das bases, uma vez que as centrais – inclusive a CUT – estão cada vez mais propensas a negociar direitos. Este representa, sem dúvida, o maior perigo para os trabalhadores. Mesmo que o texto não inclua as centrais entre as entidades dotadas de poder para celebrar contratos coletivos de trabalho (cf. artigo 97, parágrafo único), não nos parece que essa possibilidade esteja de todo descartada: de um lado, porque as centrais podem realizar acordos e negociações tripartites; de outro, porque podem coordenar os acordos formalmente assinados pelas entidades que integram sua estrutura. (GALVÃO: 2005, p. 23).

No entanto, como foi exposto até aqui, a *Folha* usou um tom muito mais ofensivo, no sentido de denegrir a imagem de todos os sindicatos e questionar a necessidade de tais entidades continuarem a existir, já que hoje teriam poucos poderes.

Porém, o assunto não era de fácil aceitação e, assim como a reforma trabalhista, a sindical foi adiada para o ano de 2004. Diante disso, a *Folha* renovou seu ataque aos sindicatos, de empresários e de trabalhadores, dizendo que as entidades não queriam perder dinheiro nem poder:

O fim da unicidade (só pode haver um sindicato por região) e do imposto sindicais, idéias do governo Lula para acabar com os sindicatos de "fachada", não se tornarão realidade tão facilmente. Resistências contra a reforma vêm tanto do lado dos empregadores como dos trabalhadores. O discurso é de mudança, mas a *Folha* apurou que sindicatos patronais e de trabalhadores não abrem mão de fonte garantida de receita e de poder de negociação. (FERNANDES, 9 nov. 2003).

Em 1º de março, o jornal divulgou o conteúdo da reforma sindical elaborada pelo Fórum, que, a seu ver, fortalecia as centrais e limitaria as ações dos sindicatos, o que era visto por especialistas citados na matéria como um “perigo para os trabalhadores”: “O temor é que a cúpula das centrais acabe cedendo a pressões do governo e aceite negociar direitos individuais dos trabalhadores.”, dizia a *Folha*, que continuou:

Ao tomar conhecimento da proposta do novo modelo de organização sindical, com as centrais no topo da pirâmide, Moro constata que essas entidades terão poderes para, se assim desejarem, negociar direitos

dos trabalhadores, como 13º e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). (FERNANDES, 1 mar. 2004).

Chegou a citar a opinião de lideranças que naquele momento pertenciam às correntes de esquerda da CUT, como do sindicalista José Maria de Almeida, que mais tarde foi um dos fundadores da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), numa reação à postura da CUT frente ao governo Lula.

O fato de as centrais passarem a ser reconhecidas juridicamente e, portanto, terem poder para negociar em nome dos trabalhadores preocupa alas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) ligadas à esquerda. "A transferência de poder de negociação dos sindicatos para as centrais é horrível para o trabalhador e joga no lixo um princípio da CUT, que é o de defender a soberania das assembléias de base", diz José Maria de Almeida, diretor-executivo da Executiva Nacional da CUT.

Para ele, é o trabalhador que tem de decidir o que se negocia em seu nome e o que colocar numa convenção coletiva. "Na nova estrutura sindical não há nada que diga que essas negociações têm de ser aprovadas em assembléias. Isso é muito ruim, pois deixa para a direção das centrais o poder de decisão", diz Almeida. (FERNANDES, 1 mar. 2004).

Percebe-se que a *Folha* deu um amplo destaque às críticas à reforma sindical mais porque ela proporcionava mais poderes às centrais sindicais do que por uma preocupação com a organização sindical ou com os direitos trabalhistas. Até porque a intenção do jornal nas matérias anteriormente analisadas era diminuir o poder de todas as entidades sindicais e, talvez, principalmente, das centrais sindicais, que simbolizavam a força política do movimento sindical nacionalmente:

Na avaliação do professor da USP Arnaldo Mazzei Nogueira, da área de relações do trabalho, o governo Lula está, com a reforma sindical, promovendo "a ascensão "institucionalizada" do movimento sindical brasileiro." "Apesar da crise de desemprego, que afeta brutalmente a ação e o poder de negociação dos sindicatos, no Brasil eles têm sido valorizados, seja com a conduta do governo, seja com a reforma sindical." (FERNANDES, 1 mar. 2004).

A *Folha* diz que o professor entendia o favorecimento ao movimento sindical, que estava enfraquecido pelo alto desemprego, como uma forma de o governo Lula conseguir apoio das centrais aos seus projetos, uma moeda de troca com a qual o governo procuraria evitar os erros cometidos pela gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e assim conseguir a aprovação da reforma trabalhista:

Essa valorização, diz o professor, decorre em função de vários fatores:
1) o atual governo tem 45 líderes sindicais da CUT em cargos

importantes, 2) foi eleito com apoio maciço do movimento sindical e 3) permitiu aos sindicatos ampliarem sua atuação -como negociar juros com os bancos para fornecer aos trabalhadores empréstimos consignados em Folha de pagamento das empresas.

"O grande erro do governo FHC foi ter atropelado os sindicatos e tentar flexibilizar a legislação sem apoio do movimento sindical", afirma. "Com a proposta do fórum, o governo Lula reconhece as centrais, acomoda essas entidades na atual estrutura, para só depois discutir a reforma trabalhista." (FERNANDES, 1 mar. 2004).

A dedução de que a *Folha* criticava muito mais o poder dado às centrais é reforçada ao encontrar afirmações como as do colunista Elio Gaspari (7 jul. 2004): "O governo e as centrais anunciam uma reforma que acabará com o imposto sindical. Falso. Eles querem apenas consolidar as tungas do sindicalismo oficial." Segundo o dicionário on-line Houaiss, um dos significados para a palavra "tunga" é "ato ou efeito de tungar; furto, roubo" ou ainda no regionalismo nacional, "tunga" pode ser entendida como o mesmo que sanguessuga ou bicho-de-pé. (HOUAISS, 2009).

Ou seja, Gaspari dizia com todas as letras que a reforma sindical só consolidava a corrupção e o oportunismo nas entidades sindicais, o que vai ao encontro, ou melhor, é não só mais um exemplo de ataque à estrutura sindical brasileira, mas também uma forma de mostrar o que desagradava o jornal no texto da reforma sindical recém elaborado pelo Fórum Nacional do Trabalho.

Provavelmente com o mesmo objetivo, a *Folha* permitiu a publicação na coluna "Tendências/ Debates" de um artigo do sindicalista e presidente do PSTU, José Maria de Almeida, em que o projeto de reforma sindical foi duramente criticado porque, entre outros efeitos, criaria sindicatos "superpelegos":

O projeto da reforma sindical articulada pelo governo Lula, CUT, Força Sindical e empresários é um tiro certo nos direitos históricos dos trabalhadores. Como se não bastasse dar maior poder às cúpulas pelegas das centrais sindicais e restringir duramente o direito de greve, o próprio projeto antecipa a reforma trabalhista, colocando em xeque direitos fundamentais, como o 13º, as férias e a licença-maternidade.

(...)

Sob o falso argumento de que vai acabar com os sindicatos pelegos e eliminar as taxas compulsórias, a reforma pretende, na verdade, fortalecer as centrais sindicais. Em vez de eliminar o imposto sindical, a reforma dá condições para que os sindicatos pelegos aumentem o teto da contribuição, hoje de 3,3%, para um total de 13% de um salário mensal. (ALMEIDA, 21 abr. 2005).

Assim, mesmo uma opinião divergente pode ter sido aproveitada pela *Folha* como um meio de criticar o projeto que dava mais poderes às centrais sindicais.

Em 1º de maio de 2005, a *Folha* reforçou o ataque às entidades sindicais, numa data emblemática: o Dia do Trabalhador. Com a matéria “Para especialistas, sindicato perdeu identidade”, o jornal voltou à tese de que os sindicatos tinham perdido sua utilidade, não defendiam os interesses dos trabalhadores, o que foi reforçado na linha fina: “Atividade foi atingida pela revolução produtiva e ficou ‘frágil, desorganizada e sem representatividade’, afirmam” e complementado no *lead* da matéria:

Os sindicatos perderam a sua real identidade e correm atrás de um novo foco. Afetados pela reestruturação produtiva e pela globalização, estão mais dependentes do Estado, próximos das empresas, enfraquecidos, desorganizados, com pouca representatividade e "repletos de pelegos". (FERNANDES, 1 maio 2005).

Tal parecer sintetiza o resultado de uma consulta a 20 especialistas (juízes do trabalho, advogados, acadêmicos, economistas e sindicalistas), em que a *Folha* questionou: “O que mudou nos sindicatos de trabalhadores nos últimos anos?”

As respostas de juízes do trabalho, advogados, acadêmicos, economistas e sindicalistas revelam que os sindicatos passaram a ter uma atividade mais assistencialista, deixaram de lado as teorias revolucionárias, perderam a força de pressão que tinham sobre o poder econômico e não foram capazes de se adaptar à economia aberta. (FERNANDES, 1 maio 2005).

Em outras palavras, os sindicatos teriam se tornado estruturas vazias e retrógradas, que não conseguiram se adaptar às mudanças provocadas pela “revolução produtiva”. Ou seja, chamam as transformações provocadas pela adoção das políticas neoliberais de “revolução produtiva”, expressão que dá ao processo de desregulamentação e precarização trabalhista um caráter positivo e desconexo da realidade descrita pelo professor Ricardo Antunes na própria matéria; aliás, a única opinião destoante:

"O sindicato tem de representar o trabalhador estável [com carteira assinada] e o terceirizado, além de voltar a ter poder", afirma Ricardo Antunes, professor-titular de sociologia do trabalho do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Com as mudanças no setor produtivo, as empresas reduziram e enxugaram drasticamente o quadro de pessoal e optaram por acordos

trabalhistas mais flexíveis. "Isso fragmentou as categorias profissionais, que passaram a ser menos estruturadas, menos solidárias. A classe trabalhadora sofreu uma mutação. Há 20 anos, a informalidade representava 25%. Hoje, é de 60%." (FERNANDES, 1 maio 2005).

Mas a opinião do professor ficou secundarizada diante de uma forma de tratamento, de uma interpretação altamente positiva sobre as mudanças impostas pelo neoliberalismo: "A revolução produtiva nos anos 70 no mundo e nos anos 90 no Brasil atingiu fortemente a identidade dos sindicatos, segundo os especialistas. Crise essa, aliás, que não está restrita aos sindicatos brasileiros -é um fenômeno mundial, afirmam." (FERNANDES, 1 maio 2005) Eles teriam perdido o "bonde da história" e sido derrotados pela tal "revolução":

O sindicato mudou, diz Márcio Túlio Viana, professor e juiz do trabalho aposentado, porque o lugar do trabalho mudou. "No passado, as pessoas se reuniam numa fábrica e se submetiam aos mesmos sofrimentos, que as levavam a lutar. Hoje, as fábricas estão repartidas, o que resultou na desmobilização dos trabalhadores." A fragmentação da classe trabalhadora impede a formação de uma luta organizada em sindicatos; enquanto isso, o capital (as empresas) se organiza mundialmente. "Esse é o dilema que o sindicalismo vive no Brasil e no mundo", afirma Jorge Luiz Souto Maior, professor de direito da USP e juiz do trabalho. (FERNANDES, 1 maio 2005).

Viana, uma das fontes consultadas pelo jornal aposta no argumento de que a fragmentação da classe trabalhadora seria um dos motivos para o enfraquecimento da organização sindical, favorecendo a tese construída pela *Folha* a cada matéria em que trata do assunto de que o movimento sindical estaria ultrapassado. No entanto, tal explicação é contestável porque parte do pressuposto de que um dia teria havido uma homogeneidade idílica entre os trabalhadores, como se todos pensassem e agissem unidos só porque faziam parte de uma fábrica composta por mais de mil trabalhadores (como eram as grandes indústrias na época de ouro do fordismo, por exemplo). Essa não é uma explicação válida, já que de acordo com Boito Júnior (2001, p. 4), a fragmentação socioeconômica da classe trabalhadora não é recente. Sempre existiram diferenças salariais, hierárquicas, raciais, de gênero etc. Cabe ao movimento sindical e a organização política dos trabalhadores superar tudo isso tendo como base sua unidade enquanto classe social, que precisa se voltar contra seus reais opressores.

A obra de todo movimento social e político da classe operária e das demais classes trabalhadoras sempre foi superar a fragmentação socioeconômica, que sempre existiu, para alcançar a unidade no plano político e sindical. (BOITO JÚNIOR, 2001, p. 4).

Assim, a fragmentação como justificativa para o enfraquecimento do movimento sindical, devido à dispersão de trabalhadores pertencentes a uma mesma empresa ou a lógica de gerenciamento que enfraqueceria os vínculos de solidariedade operária, é um argumento frágil, de acordo com o autor:

Dizer que o movimento sindical declinou porque a classe trabalhadora está mais fragmentada, é ignorar que o aguçamento da luta de classes e da luta antiimperialista nos anos 60 e 70 teve uma influência positiva sobre o movimento sindical de então, ocorrendo o inverso na situação atual, que é uma situação de ofensiva capitalista e imperialista sob a bandeira do neoliberalismo. Apenas mais recentemente, o desgaste do neoliberalismo tem propiciado o surgimento de novas lutas sociais - desempregados, trabalhadores do setor informal - e uma recuperação do sindicalismo. E esses dois movimentos poderão se fortalecer mutuamente.

Em resumo, as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma heterogeneidade e fragmentação socioeconômica muito grande. Essa fragmentação se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo. Sua importância e significado dependem, também, da conjuntura política, econômica e social. E essa conjuntura e a luta que dirão se é possível unificar os trabalhadores num amplo movimento social e político. (BOITO JÚNIOR, 2001, p. 4).

Porém, pior que um pesquisador pouco engajado com as causas dos trabalhadores cometer tal erro, são os dirigentes sindicais vestirem tal camisa. Foi o que fizeram os próprios presidentes da CUT e da Força Sindical, que na matéria admitiram que a forma de fazer sindicalismo havia mudado, deixando de ser contestador:

"Não façam comparação entre o sindicalismo que produzíamos em 1980 e o que se produz em 2005 [...] O sindicato era um órgão contestador. Nossa luta era diretamente no enfrentamento com o empresariado. Hoje, o sindicato não tem só que se preocupar com a pauta de reivindicação, que é importante, mas com sua relação com o poder público", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista ao presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Luiz Marinho.

(...)

Para o presidente da CUT, poucos sindicatos de fato conseguiram superar as mudanças impostas pela reorganização que ocorreu no mundo do trabalho. "Os que resistiram ampliaram o seu papel, com demandas que interferem não só no local do trabalho mas na vida do trabalhador. Mas a maior parte não se fortaleceu. Só a reforma sindical pode acabar com os picaretas", diz Marinho. Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, diz que, hoje, os sindicatos são voltados à negociação. "A greve só é usada em último recurso. Boa parte dos sindicatos está se adaptando à nova realidade. Alguns ficaram no radicalismo. Outros foram para a direita e se "pelegaram" de vez." (FERNANDES, 1 maio 2005).

Para uma das fontes à qual a *Folha* deu voz, os sindicatos e as centrais sindicais estariam ocupados por uma cúpula sem relação com a se de trabalhadores, não atendendo aos anseios das categorias que representavam:

Há uma "desconexão" entre a base de trabalhadores e a cúpula dos sindicatos e das centrais. "Por isso, o sindicato se transformou numa instituição hipócrita, que não se leva mais a sério. O sindicalismo brasileiro caminha para se transformar num grande shopping sindical. É só olhar no que se transformou o 1º de Maio, num dia de sorteio de casas, carros e oferta de juros mais baixos para sócios de sindicatos", diz Luis Carlos Moro, presidente da Alal (Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas). (FERNANDES, 1 maio 2005).

Tal estrutura estaria acomodada no governo e contava com as facilidades oferecidas pela Justiça do Trabalho - graças às garantias previstas na CLT, o que retiraria qualquer necessidade de ação em defesa dos trabalhadores, já que a sobrevivência da entidade e dos sindicalistas estaria assegurada:

Manter a autonomia em relação a um governo de sindicalistas é outro desafio, na opinião do vice-presidente da Fecomercio SP e presidente do Conselho de Relações do Trabalho da entidade, Manuel Henrique Farias Ramos. "CUT e Força Sindical recebem milhões do governo. Assim, fica difícil falar em autonomia", diz. Os sindicatos se "acomodaram", na avaliação do professor José Marcio Camargo, economista da PUC-RJ, porque o poder normativo da Justiça do Trabalho "sempre resolve tudo". "A justiça trabalhista é onipresente e onipotente. O sindicato nem precisa negociar. É só recorrer à Justiça." (FERNANDES, 1 maio 2005).

A matéria desqualificou a luta e a organização dos trabalhadores. É como se todos os sindicatos e sindicalistas fossem corruptos, oportunistas, retrógrados, adaptados ao sistema neoliberal, inúteis ou maléficos aos trabalhadores, em síntese.

Em pleno 1º de maio, a *Folha* publicou uma matéria que ia contra a história dessa data, procurando enfraquecer a organização dos trabalhadores que resultou em avanços na forma como o capital lidou com os trabalhadores, avanços simbolizados pela própria data e também pela própria CLT, entre outros exemplos. Mas essa relação entre lutas, sindicalismo e vitórias conquistadas foi afastada pela matéria, que atrela todos os sindicatos aos patrões e sufoca a diferença entre classes sociais, que é o pano de fundo ou a verdadeira motivação da luta entre patrões e trabalhadores. É

como se a questão fosse somente de uma adequação à nova realidade produtiva, a qual todos os sindicatos se esforçassem em buscar.

A matéria também ignorou a possibilidade de existência de qualquer divergência ideológica dentro das próprias entidades, pois nem todos os sindicatos e sindicalistas compartilham a visão de que os sindicatos devam praticar o sindicalismo propositivo¹⁴. Tanto é que, em 2004, sindicatos contrários a essa postura fundaram uma nova entidade, a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas)¹⁵.

Tudo isso foi intencionalmente ignorado e omitido dos leitores. A matéria atribuiu todo ônus, toda incompetência, toda irresponsabilidade aos sindicatos, que, por um lado tiveram sim dificuldades ou fizeram opções polêmicas para responder à desestruturação do mercado de trabalho no Brasil nos anos 1990, principalmente, como foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

Por outro lado, tal conduta não pode ser utilizada para desqualificar e decretar a inutilidade das entidades que historicamente representam a luta dos trabalhadores por seus direitos. A matéria serve mais aos interesses empresariais, do capitalismo, que da maioria dos brasileiros, os trabalhadores.

É claramente um exemplo de falseamento e de encobrimento noticioso praticada pela imprensa “[...] com os fins ideológicos de deturpar e de mutilar a realidade, desconfigurando sua real manifestação nos fatos sociais transformados em notícias [...]”, como descreve Marcondes Filho (1986, p.47). No caso, a *Folha* atribuiu

¹⁴ O sindicalismo propositivo foi uma linha de atuação adotada principalmente pelas centrais Força Sindical e CUT a partir da segunda metade dos anos 90. Também chamado sindicalismo cidadão, trata-se de uma forma de ação sindical pouco centrada no enfrentamento classista com os empresários e mais voltada à negociação e a participação das entidades em fóruns criados pelos governos para discutir assuntos relacionados com os trabalhadores. De acordo com Boito Júnior (PUCViva. “A presença do sindicalismo na história política do Brasil”), o sindicalismo propositivo foi adotado no momento em que as categorias mais mobilizadas do país (metalúrgicos, bancários, petroleiros e servidores públicos) viviam um refluxo causado pela implantação das políticas neoliberais, responsáveis pelo aumento do desemprego e da informalidade, o que colocou os sindicatos na “defensiva”, como descreve o autor: “o chamado sindicalismo propositivo, que deprecia a ação sindical de massa e nutre a ilusão de que é possível, com base em propostas tecnicamente bem elaboradas, convencer o governo e os empresários da necessidade de introduzir mudanças na política econômica. O sindicalismo propositivo multiplicou os fóruns tripartites (governo, empresários e sindicatos) mas não logrou, ao longo de toda a década de 90, apresentar resultados palpáveis para os trabalhadores.”

¹⁵ A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) foi constituída como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004, em Luziânia (GO), e que reuniu mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais. É composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais, que “têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI.” Um dos principais objetivos da entidade é “construir-se como uma alternativa para as lutas dos trabalhadores, frente a degeneração da CUT, que se transformou em uma entidade “chapa-branca”, preferindo apoiar o governo do que defender os trabalhadores” (CONLUTAS, 20 jan. 2009)

todas as culpas possíveis às entidades sindicais com o objetivo evidente de desacreditá-las, de desagregar os trabalhadores, o que o mesmo autor denomina personificação, uma das formas típicas a que recorre a imprensa com o objetivo de falsear a realidade com um fim ideológico claro:

A definição de bodes expiatórios em jornalismo e na política em geral, obedecendo à mesma lógica da personificação, funciona, num segundo momento, como método de disseminação de desconfiança, de quebra de solidariedade entre os grupos da população. Jogar as pessoas umas contra as outras dilui laços que poderiam torná-las mais fortes diante das instituições políticas. A técnica, portanto, tem nítidos efeitos ideológicos. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 44).

Praticamente um ano depois, às vésperas de mais um 1º de maio, a *Folha* voltou a desqualificar o trabalho das lideranças sindicais. No ano eleitoral de 2006, o alvo da matéria “Ex-sindicalistas defendem ação no governo” era especificamente os sindicalistas que participavam ou participaram do governo ou do poder Legislativo federal. O jornal investigou o que tais lideranças fizeram pelos trabalhadores enquanto estiveram em Brasília. Para tanto, o jornal procurou 18 lideranças, mas apenas nove delas responderam à reportagem.

A *Folha* fez questão de mencionar, a cada resposta dada, os escândalos que envolviam cada uma das lideranças consultadas:

O ex-ministro Luiz Gushiken, hoje chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência -que figura na lista de 40 denunciados ao STF (Supremo Tribunal Federal) pela Procuradoria Geral da República nas investigações sobre o mensalão- afirma que conseguiu agir para favorecer os trabalhadores.

Entre os principais projetos que defendeu, destaca o que concedeu aposentadoria proporcional às mulheres após 25 anos de trabalho - mais tarde, derrubado com a reforma da Previdência.

Ao ser questionado sobre se valeu a pena ter ido para o governo, ele diz: "O clima de feroz guerra política travada no atual momento limita as avaliações, mas tenho a certeza de que as conquistas e os avanços do governo Lula serão amplamente reconhecidos".

Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (CUT), Ricardo Berzoini, que hoje comanda o PT, diz que, entre as contribuições que deu aos trabalhadores estão a "luta contra a reforma trabalhista neoliberal do governo anterior" e a "atuação para que o país tivesse uma legislação de previdência complementar mais moderna e democrática".

Quando ministro do Trabalho, em 2004, diz que participou de um governo que inverteu a "tendência nefasta do crescimento do desemprego que o governo FHC deixou". Depois de dois anos e meio no governo, Berzoini deixou a administração para reorganizar o PT, partido abalado pelas denúncias de corrupção que culminaram na crise política.

Representantes no Congresso

Paulo Okamoto, amigo do presidente -que foi durante dez anos diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e hoje é investigado por ter pago uma dívida de Lula sem ter demonstrado de onde retirou o dinheiro e foi acusado de fazer caixa dois para o PT (quando era tesoureiro do partido)-, diz ter atingido "plenamente" seus objetivos. "No Sebrae [ele ocupa o cargo de presidente], tenho ajudado a fortalecer o apoio aos pequenos negócios."

Ex-ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, que vai disputar o governo da Bahia, acredita que o desempenho dos políticos tem de ser medido pelo trabalho em equipe.

"Não acredito em brilhos individuais. Como equipe, conseguimos adequar a destinação do dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), alvo de várias denúncias no passado, e organizar a qualificação profissional de forma mais eficiente."

Pelo menos 44 ex-sindicalistas passaram pelos vários escalões do Executivo no governo Lula. A representação sindical dos trabalhadores no Congresso Nacional passou de 44 para 60 parlamentares de 2002 a 2003.

"Como a entrada de sindicalistas foi maior [no governo e no Congresso Nacional], os temas trabalhistas entraram para a agenda de discussões de forma mais intensa. Agora, dizer se a atuação do Executivo ou do Legislativo é mais eficiente, é outra discussão", afirma Cristiano Noronha, analista da consultoria política Arko Advice.

Para o deputado Luiz Antonio de Medeiros (PL-SP), ex-presidente da Força Sindical, o sindicato foi uma "preparação" para o parlamento. "Aqui, carro de som não conta. O que vale é a diplomacia, o jogo político." Para o trabalhador, Medeiros diz que ajudou a negociar as correções do FGTS.

Absolvido pela Câmara da acusação de envolvimento com o escândalo do mensalão, o deputado Professor Luizinho (PT-SP), que também integra a lista de denunciados da Procuradoria Geral da República, afirma que "os menos favorecidos estão recebendo uma fatia maior do bolo".

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), afirma ter atingido seus objetivos ao deixar a CUT para se tornar deputado federal. "Meu objetivo era ser um de nós [trabalhadores] no meio deles [patrões e empresários]." "Apresentei mais de 40 projetos de lei [em benefício do trabalhador]." (FERNANDES, 30 abr. 2006).

Ficou clara a intenção de desqualificar tais lideranças e a validade de elegê-las. Lembrando que a matéria foi publicada num ano eleitoral; logo, a *Folha* buscava minar a possibilidade de tais lideranças (não só as citadas na matéria, mas qualquer dirigente sindical) se reelegerem, incluindo o próprio presidente Lula, sob a alegação de que não teriam feito nada pelos trabalhadores. Provavelmente, a intenção era enfraquecer tal presença no Congresso e no governo com o objetivo de fazer progredir projetos como as reformas sindical e trabalhista, no próximo governo.

Foi explícito também o ataque ao movimento sindical como um todo, o que segue ao pé da letra a cartilha neoliberal, mostrando a completa adesão do jornal a essa ideologia.

Segundo Anderson (1995, p. 1), o ataque aos sindicatos aparece nas obras e no discurso de um dos pais da ideologia neoliberal: Friedrich Hayek, o qual, por exemplo, atribuíra aos sindicatos parte significativa da responsabilidade sobre a derrocada econômica ocorrida na crise de 1973:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 1).

A saída para isso era destruir o poder dos sindicatos, culpados pelo aumento da inflação e pelo consumo dos lucros das empresas:

(...) O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. (...)” (ANDERSON, 1995, p. 1).

Governos como o de Margareth Thatcher, na Inglaterra, aplicaram ao pé da letra os ensinamentos de Hayek, especialmente no que diz respeito a culpabilização e perseguição ao movimento sindical, que, segundo esse discurso, seria um dos grandes responsáveis pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelo país: o movimento sindical era o “inimigo número da nação”, enfim:

As relações entre o governo de Margaret Thatcher e os sindicatos foram tensas. A estagflação do final dos anos 70 motivou uma mudança de atitude dos conservadores, que romperam o compromisso social do pós-guerra e iniciaram uma contra-ofensiva para enfraquecer os sindicatos e eliminar direitos que foram conquistados no último século e meio. O retorno dos conservadores ao poder, em 1979, foi o início de uma luta do capital visando reduzir o poder político e social dos sindicatos, fortalecidos durante os governos trabalhistas anteriores. A hostilidade do novo bloco no poder, em relação aos sindicatos, ficou bastante evidente quando Thatcher declarou-os o “inimigo público número um” da nação, identificando-os como os principais obstáculos à implementação do neoliberalismo e do projeto de “modernização” do Estado. (ARRUDA, 2007, p. 143).

De acordo com Antunes (2006, p. 66), esse ataque ao movimento sindical faz parte da nova agenda conservadora implantada por Thatcher. Tal agenda era composta pelos seguintes itens fundamentais:

- 1) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista;
- 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal;
- 3) o desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais;
- 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril dos *shop stewards* até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas.

Arruda (2007, p. 145), constata que “a filosofia social individualista e antioletivista” de Thatcher e seus adeptos “foi utilizada como uma importante arma ideológica na sua luta contra os sindicatos”. Isso porque o thatcherismo procurou culpar os sindicatos pela ineficiência da economia da Grã-Bretanha no pós-guerra. O autor detalha:

A retórica da “ditadura dos sindicatos”, recorrente nos discursos de M. Thatcher, tanto antes quanto após sua eleição, foi um instrumento que os conservadores utilizaram para tentar isolar as lideranças sindicais das bases operárias, associando as estratégias de confrontação trade-unionistas da década de 1970 e início dos anos 1980 a **um estilo corporativista ultrapassado, que beneficiaria apenas uma pequena parcela da classe operária**. A referência dos meios de comunicação ao Sindicato dos Trabalhadores das Docas como a “última das grandes guildas medievais”, e aos líderes sindicais como “dinossauros” (Beynon, 2000: 270), refletiram a bem-sucedida difusão dos preconceitos thatcheristas em relação aos sindicatos. (ARRUDA, 2007, p. 145; grifo nosso).

Note que a descrição do autor pode perfeitamente ser relacionada com o tipo de discurso adotado pela *Folha*, quando o assunto era o movimento sindical, entidades ultrapassadas, fadadas ao fracasso, que perderam importância, desprezada pelos trabalhadores que não se vêem beneficiados justamente porque tal movimento somente atende a poucos. Mais uma amostra da confluência, ou melhor, da completa sintonia e difusão da ideologia neoliberal por parte da *Folha*.

Segundo Antunes (2006, p. 68), a classificação do movimento sindical como inimigo central teve conseqüências diretas na relação entre Estado e classe trabalhadora, com a exclusão de dirigentes sindicais de discussões sobre a agenda estatal e de organismos de representação tripartite. Isso se acentuou nos anos 80 e 90.

O thatcherismo reduziu fortemente a ação sindical, ao mesmo tempo em que criou as condições para a introdução das novas técnicas produtivas, fundadas na individualização das relações entre capital e trabalho e no boicote sistemático à atuação dos sindicatos. Incluiu

nessa política anti-sindical a restrição à atuação dos shop stewards e limitou também os locais de trabalho (closed shop) onde eram garantidos os direitos de filiação sindical. Transitou-se de um sistema anterior que regulamentava de maneira mínima as relações de trabalho, *para um forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregular as condições de trabalho e, por outro, coibir e restringir ao máximo a atividade sindical*. Em outras palavras, de um sistema de pouca regulamentação que possibilitava a ampla atividade sindical, para uma sistemática de ampla regulamentação, restritiva para os sindicatos e desregulamentadora no que diz respeito às condições do mercado de trabalho.

A partir disso percebe-se que o movimento sindical nem a CLT não são bodes expiatórios somente para a *Folha*. São também para a ideologia neoliberal e se a *Folha* culpabiliza, destrata, subjuga as entidades de trabalhadores é porque incorpora e difunde tal ideologia, que tem no fim da organização dos trabalhadores um de seus objetivos.

2.3 - A reforma trabalhista defendida pela *Folha*

Ao longo do período analisado, ao mesmo tempo em que defendia que o governo priorizasse a reforma trabalhista e criticava o adiamento dessa medida, a *Folha* também delineou o conteúdo da reforma que queria ver aprovada e apresentou diversos argumentos que procuraram justificar a necessidade de uma reforma com um caráter bem definido: que diminuísse a abrangência e a força da legislação brasileira. Além disso, a reforma pretendida deveria garantir maior liberdade para os empresários imporem aos trabalhadores as condições de trabalho que lhes interessassem.

Enfim, foi defendida e divulgada a necessidade de se estabelecer uma relação capital-trabalho pautada pela liberdade de negociação, que, na correlação de forças capitalista, na maioria das vezes significa mais perdas para os trabalhadores, que tendem a ser ainda mais explorados, segundo a conveniência das empresas. Em linhas gerais, esse é o projeto de reforma trabalhista defendido pela *Folha*, que será detalhado na seqüência.

Um projeto camuflado por diversos argumentos totalmente alinhados com aqueles utilizados pelos neoliberais (incluindo a imprensa) na época da

privatização das estatais brasileiras e abertura comercial para difundir toda a panacéia neoliberal nos diversos países em que essa política foi implantada, sob a alegação de que assim o país estaria se modernizando, como nos mostra Fonseca (2005, p. 332):

(...) Em verdade, a grande imprensa demandou por um choque na economia, com objetivo primordial de estancar a hiperinflação; para tanto, a implementação da Agenda Ultraliberal – privatização, desregulamentação, abertura da economia, desproteção do capital nacional e da força de trabalho, enxugamento do Estado, ajuste fiscal, dentre outros – seria ao mesmo tempo meio e fim, pois os fatores conjugados desta Agenda levariam à queda da inflação, uma vez que acabariam com o déficit público. Porém, o mais importante é que essa Agenda sintetizaria a “modernidade”, representando o passaporte que o País adentrasse o “primeiro mundo”.

É importante atentar para o tom que o adjetivo “moderno” ganha dentro do discurso ideológico, como é o neoliberal. Ganha o sentido de ocultamento ou de sobreposição ao conteúdo histórico e social que ele procura fazer esquecer. Procura deslegitimar aquilo que fica para trás, tido como ultrapassado, como peso, como sinônimo de atraso. A idéia de modernidade é assim muito própria do discurso ideológico por ser uma estratégia para validação e sedimentação:

(...) o uso problemático do termo “moderno” se caracteriza pela tendência a *esquecer* a dimensão sócio-histórica, a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida. Fiéis a esse espírito, as definições de “modernidade” exigidas são construídas de tal maneira que as especificidades socioeconômicas são ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita como uma “sociedade moderna” nos vários discursos ideológicos sobre a “modernidade” possa adquirir um caráter paradoxalmente *atemporal* em direção ao *futuro*, por causa de sua contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distante. (MÉSZÁROS, 2004, p. 70).

Tendo isso em vista, mostraremos a seguir como a *Folha* procurou contribuir para que fosse criado um senso comum pró-flexibilização. Antes, é bom que se diga que essa não foi uma postura só desse jornal, mas também de boa parte da grande imprensa brasileira e mesmo de parte do movimento sindical, como atesta Galvão (2007, p. 2):

(...) A pressão das principais organizações patronais em prol da flexibilização da CLT é bastante conhecida. Essa reivindicação foi encampada por importantes dirigentes sindicais, tendo se difundido amplamente com o auxílio da mídia, de modo que a defesa da flexibilização como forma de combate ao desemprego e à informalidade passou a fazer parte do senso comum.

Um dos argumentos utilizados pela *Folha* na busca pela construção desse senso comum foi a idéia de que as relações trabalhistas no Brasil deveriam ser modernizadas. Nesse sentido, o editorial “Normas do Trabalho”, publicado em 23 de abril de 2003, é um bom exemplo:

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que já tornou públicas suas diretrizes para as reformas previdenciária e tributária, prepara-se para pôr em discussão uma proposta para alterar a normatização do trabalho. A *Folha*, na edição de ontem, adiantou que o Executivo pretende promover um grande expurgo de artigos considerados ultrapassados da Consolidação das Leis do Trabalho.

Editado em 1943, o código brasileiro de fato apresenta diversos itens que se tornaram incompatíveis com a realidade das relações de trabalho de hoje. Não faz sentido, por exemplo, proibir a divisão do período de férias para trabalhadores maiores de 50 anos de idade ou garantir às mulheres a prerrogativa de gozar de 15 minutos de folga antes do início de uma jornada adicional de trabalho.

O enxugamento da CLT, porém, não deveria se resumir à retirada de itens exóticos e/ou ultrapassados. Há que superar o detalhismo infinitesimal característico dessa legislação, outra herança indesejável do varguismo. É preciso fazê-lo para dar espaço a uma concepção mais moderna de normatizar o assunto, em que sejam favorecidas as negociações coletivas entre patrões e empregados. (FOLHA DE S.PAULO, 23 abr. 2003).

Para a *Folha*, a reestruturação produtiva e todas as mudanças tecnológicas e novas rotinas de administração (formas suaves e positivas de se nomear as transformações provocadas pela política neoliberal) presentes nas empresas brasileiras seriam incompatíveis com a “ultrapassada” CLT. Aliás, a antiguidade e o grande número de itens contemplados na lei trabalhista são vistos como obstáculos exaustivamente execrados pelo jornal com o objetivo de mostrar que algo tão velho, antiquado, não cabia mais no mundo moderno, não seria capaz de compreender as novas relações de trabalho, estaria superado pelos fatos.

Segundo essa concepção, era preciso modernizar a CLT e isso significava conferir flexibilidade às relações trabalhistas e isso significaria reduzir a CLT a alguns poucos itens genéricos. O restante deveria ser definido em negociação entre empresários e sindicatos/ trabalhadores. Ou seja, a reforma trabalhista deveria obrigatoriamente mudar a ordem dos fatores: o negociado deveria prevalecer sobre o legislado.

O editorial apresentado é apenas um dos exemplos de textos em que tais idéias aparecem. Ao longo do período analisado, outros editoriais e matérias também procuraram abordar o assunto sob o mesmo ponto de vista. Artigos de

jornalistas da *Folha* e de colaboradores também reforçaram a tese de que a CLT era coisa do passado e que deveria dar lugar a uma regulamentação mais enxuta, mais moderna, mais adequada ao mundo do trabalho atual.

O editorial foi publicado no dia seguinte à matéria “Governos Lula prepara ‘limpeza’ na CLT”, que diz que o governo elaborava um anteprojeto que faria uma “faxina” na lei, retirando artigos que estariam em “desuso, ultrapassados ou garantidos na Constituição ou em leis específicas” (FERNANDES, 22 abr. 2003). A matéria trouxe alguns exemplos de tais artigos, que mais ajudam a criar a interpretação de que a lei era um calhamaço de itens sem relação com a realidade:

O artigo 384 da CLT, que o ministério quer extinguir, diz que a mulher tem direito a descanso de 15 minutos entre o término da jornada de trabalho normal e o início da adicional.

"Isso valia para o período em que a CLT foi editada, em 1943, quando o entendimento era que a mulher era frágil. Hoje, elas até dirigem caminhão", afirma Otávio Brito, consultor jurídico do ministério, encarregado de "limpar" a CLT.

"Imagine uma mulher que chefia uma seção composta por homens ter de parar seu trabalho por 15 minutos para poder cumprir a lei. Isso não faz sentido."

O ministério não quer alterar os artigos que garantem direitos, como licença-maternidade de 120 dias e estabilidade no emprego até cinco meses após o parto. "Esse tipo de proteção é compatível com os dias de hoje."

O parágrafo 2º do artigo 134 da CLT diz que os menores de 18 anos e os maiores de 50 anos terão férias corridas -de uma só vez. O anteprojeto extingue as férias corridas para quem tem mais de 50 anos.

"A expectativa de vida [do brasileiro] aumentou. Não dá mais para considerar que uma pessoa que tem mais de 50 anos precise dessa proteção. Os próprios trabalhadores hoje preferem dividir o período de férias em até três vezes", diz Brito. (FERNANDES, 22 abr. 2003).

A negociação seria melhor que o “engessamento” provocado pelas “minúcias” contidas na legislação:

O que o governo quer é dar mais espaço para as negociações entre trabalhadores e patrões, hoje restritas devido às minúcias da lei. Hoje, por exemplo, existem muitos artigos na CLT, do 129 ao 153, que tratam de férias. Isso, na avaliação de Brito, tira espaço para a negociação dos sindicatos.

"Não é possível tirar do trabalhador o direito às férias. Agora, se o valor a ser pago será todo antecipado ou pago parcialmente, antes ou depois do período de descanso, isso pode ser objeto de negociação entre o trabalhador e o empregador, ou entre o sindicato e a empresa", diz.

O consultor também entende que a data do pagamento do 13º salário pode ser negociada. "O que tem de estar claro na lei é que um salário a mais por ano tem que ser pago para o trabalhador até dezembro.

Agora, a divisão ou a forma de pagamento pode ser discutida em negociação coletiva", afirma Brito. (FERNANDES, 22 abr. 2003).

O “excesso” de normas contidas na CLT seria ainda um dos motivos pelos quais o país é recordista em processos movidos por trabalhadores contra empresas, como mostrou a matéria “Justiça do Trabalho só atende desempregado”, publicada poucos dias depois.

"Isso acontece também porque a legislação trabalhista é muito complexa. Às vezes, por mais organizado que seja um departamento pessoal de uma empresa, ele comete erros devido à minuciosidade da lei", diz Valério Augusto do Carmo, diretor-geral de coordenação judiciária do TST.

Na sua análise, o volume de processos trabalhistas também varia de acordo com o desempenho da economia brasileira. Quando o país vai bem, o trabalhador reclama menos, até porque ele tem mais chance de estar empregado. Quando vai mal, a procura pela Justiça do Trabalho aumenta. (FERNANDES, 5 maio 2003).

Pode-se entender, a partir dessa alegação, que o trabalhador só procura a Justiça por oportunismo, para tentar “se arranjar” em momentos de dificuldades financeiras, não para contestar desrespeitos, humilhações, abusos de autoridade praticados pelas empresas, que estariam “perdidas” no meio de tanta burocracia. O trabalhador leva a pecha de oportunista, de corrupto diante de uma bem intencionada empresa, que tentaria fazer tudo certinho; mas essa seria uma tarefa impossível, diante da gama de artigos contidos na lei, o que seria “brecha” para processos abusivos.

A solução foi apresentada logo na seqüência:

Para o professor da USP José Pastore, a lei trabalhista, além de "velha e detalhista", limita o espaço de negociação entre patrões e empregados. Na sua avaliação, o que é acertado entre as partes não dá "encrenca". (FERNANDES, 5 maio 2003).

É como se nenhum patrão fosse capaz de propor nem de impor qualquer abuso aos trabalhadores. É como se a relação entre patrão e empregado não tivesse como pano de fundo a diferença de poderes, a diferença entre classes sociais. Quando, de fato, não existe igualdade entre as partes e a negociação só tende a respeitar a dignidade e a integridade física e mental dos trabalhadores se estiver pautada numa legislação e numa fiscalização eficientes por parte dos trabalhadores, sindicatos e do governo, senão o que acontece é a imposição da vontade do patrão sobre as necessidades e direitos dos trabalhadores. Afinal, quantos patrões espontaneamente

concedem aumento salarial porque percebem que o aumento da produtividade é resultado do trabalho e do comprometimento de seus empregados? Quantos empresários evitam demitir, quando vêem a demanda por seus produtos cair? Quando o trabalhador deixou de ser o primeiro a ser penalizado diante de dificuldades financeiras enfrentadas pela empresa em que trabalha?

Contudo, reflexão semelhante (ou mais profunda) não passou nem perto das páginas da *Folha*. Pelo contrário, ao defender que a relação capital-trabalho fosse modernizada, o jornal acrescentava uma das bases que a seu ver deveria constar da reforma trabalhista: a idéia de que o negociado deveria prevalecer sobre o legislado, que foi insistentemente defendida, sem crítica, como se fosse a única e a melhor alternativa existente.

Articelistas, como Eliane Cantanhêde, foram incisivos na defesa da reforma interessante à *Folha*. No artigo “A terceira reforma”, ao mesmo tempo em que cobrou do governo um projeto de reforma trabalhista, ditou o conteúdo que deveria fazer parte dessa reforma:

A proposta do governo FHC não tocava neste, naquele ou em vários pontos da carcomida CLT. Pregava, simplesmente, que sindicatos patronais e de trabalhadores pudessem negociar regras temporárias acima da CLT. Como dizia o então ministro Francisco Dornelles, que “o negociado prevalecesse sobre o legislado”. Em épocas de vacas magras, como agora, poderia haver parcelamento do 13º ou das férias, por exemplo.

Todo mundo (o PT principalmente) caiu de pau. Mas, lembre-se, todo mundo (idem) também caiu de pau na reforma da Previdência e ela está aí, aprovada em primeiro turno na Câmara, em pleno governo PT. Resta saber se a questão vai ou não ser enfrentada neste ano. Senão, babau. No ano que vem, com o PT entrando na eleição municipal como caso de vida ou morte, não se falará mais nisso. Grandes sindicatos vão dizer que para sorte do trabalhador. Talvez seja azar. (CANTANHÊDE, 10 ago. 2003).

De quebra, o artigo ainda tentou mostrar para o leitor que não mexer nas leis trabalhistas significaria azar, prejuízo aos trabalhadores, que teriam muito mais benefícios se fosse dada maior liberdade e poder para que as decisões viessem da negociação entre patrões e trabalhadores. A *Folha* busca assim adesão a sua tese.

O jornal contou ainda com o reforço de um conjunto de empresários. Eles seriam os principais beneficiados por tal mudança e a *Folha* lhes garantiu espaço para que somassem forças a sua tese. Empresários como Antonio

Ermírio de Moraes (proprietário do grupo Votorantin), Walter Mundell (vice-presidente da Sul-América Seguros), Benjamin Steinbruch (presidente da Companhia Siderúrgica Nacional), Paulo Skaf (presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Cláudio Vaz (presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) e muitos outros defendiam que o negociado prevalecesse sobre o legislado, ao longo do período analisado.

Antonio Ermírio, por exemplo, disse que ao governo não caberia intervir na relação entre empregados e empregadores. Bem à moda neoliberal, o empresário disse que o Estado deveria se distanciar de algo que não lhe dizia respeito. Quem deveria decidir o que era melhor para resolver cada situação eram as partes envolvidas, o empregado e o empregador, que por meio da negociação deveriam definir jornada de trabalho, critérios para dispensa e tantos outros itens ditos “complexos”. Ou seja, o empresário queria a possibilidade de ditar o que era melhor para os seus negócios, não queria lei alguma ou o Estado porque queria que as suas conveniências fossem atendidas:

“No caso da reforma trabalhista, os governos não são arrecadadores, pagadores ou empregadores (a não ser no caso das empresas estatais). Seu papel principal é criar um ambiente propício para que os representantes de empregados e de empregadores redefinam, calmamente, as regras que presidem o seu relacionamento. Não cabe ao governo ditar normas nesse campo. Cada ponto será objeto de longa discussão, como são os casos da mudança na jornada de trabalho, da modificação das regras de uso de hora extra, dos critérios de dispensa, das formas de remuneração e de tantos outros temas que, pela sua complexidade, exigem um acerto direto entre as partes antes de serem remetidos ao Congresso Nacional.”. (MORAES, 11 maio 2003).

Walter Mundell insistiu na tese de que a CLT só propiciava atraso e aumento no volume de processos na Justiça do Trabalho:

A ampliação do mercado de crédito aumentaria o nível de emprego formal da economia, que também poderia se beneficiar com um novo desenho na legislação trabalhista, regida pela obsoleta e custosa (para o país e seus trabalhadores) CLT. As mudanças na legislação trabalhista deveriam incentivar a negociação rápida e voluntária, para evitar a enxurrada de processos judiciais na Justiça do Trabalho. (MUNDELL, 26 maio 2003).

Steimbruch mostrou que a CLT estava superada pelo mercado de trabalho:

Reina no mercado de trabalho do país, insuflado pela crise econômica, o mais assustador salve-se-quem-puder em matéria de relações entre empregador e empregado. A velha CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), baixada por decreto-lei de Getúlio Vargas em 1º de janeiro de 1943 e ainda em vigor, foi virtualmente revogada pelo mercado. Empresas de todos os tamanhos, principalmente as pequenas, transformam postos assalariados, aos milhares, em contratos de pessoas jurídicas, os famosos PJ. Na prática, os empregados continuam fazendo o mesmo trabalho, nos mesmos lugares e cumprindo os mesmos horários, mas sem nenhum vínculo empregatício. Apenas apresentam, no fim de cada mês, uma nota fiscal de pessoa jurídica.

Tirando as grandes empresas organizadas, é difícil encontrar alguma que tenha a coragem de atirar a primeira pedra nas que adotam esse sistema aos olhos da velha CLT. A abertura econômica exige das empresas um tal grau de competitividade que as obriga a reduzir a estrutura e a enxugar custos incessantemente. A contratação formal de mão-de-obra impõe custos elevadíssimos, que superam 100% do valor do salário em muitos casos. Por isso, muitas empresas têm medo de contratar e pagam qualquer multa para demitir.

Essa situação a que são levadas as empresas, uma verdadeira balbúrdia, reflete-se na Justiça do Trabalho. Mais de 3 milhões de ações trabalhistas ingressam na Justiça anualmente e entopem os tribunais. Algumas causas levam até dez anos para serem decididas. Para o trabalhador, é um desastre, porque tem de esperar longos anos para receber aquilo a que têm direito. Para o empregador, é uma agonia, porque precisa arrastar durante todo esse tempo a contabilização de passivos trabalhistas sem ter uma idéia razoável sobre o montante final da ação. (STEINBRUCH, 30 set. 2003).

A solução seria simplificar a CLT, ou seja, diminuir, ou melhor, precarizar direitos:

Mas a reestruturação poderá, certamente, facilitar e estimular a volta da formalização do trabalho, em decorrência da simplificação da legislação e da redução do custo da contratação de mão-de-obra. Felizmente, a reforma das leis do trabalho será conduzida por um governo de origem trabalhista. Dificilmente qualquer outro teria condição de mexer nesse amontoado de leis sem enfrentar resistências intransponíveis da classe trabalhadora, como já se deu no passado. O segredo dessa reforma, mais até do que das duas anteriores, será a participação das várias partes envolvidas para a criação das novas regras. Ninguém tem a fórmula mágica, mas obviamente a virtude está no meio-termo. Não se pode desregulamentar totalmente o mercado, porque isso criaria uma confusão incontrolável nas relações do trabalho, em prejuízo da parte mais fraca. Mas também não se pode manter o atual estado de engessamento legal, que empurra de maneira cruel mais de 40 milhões de trabalhadores para a informalidade. (STEINBRUCH, 30 set. 2003).

Artigos como esses foram peças utilizadas pela *Folha* para persuadir o leitor a apoiar e a cobrar a realização de tal reforma. Era hora de mexer no

“entulho” chamado Consolidação das Leis Trabalhistas, era o que se podia concluir automaticamente.

Para isso, na visão de empresários como Guilherme Afif Domingues só faltava “vontade política”, já que a reforma trabalhista seria uma necessidade imposta pela “nova realidade econômica”:

Sem prejuízo de um amplo programa de desburocratização fiscal, que inclui necessariamente a revisão da legislação trabalhista, visando flexibilizá-la e adaptá-la à nova realidade da economia, é preciso criar novas formas de geração de renda, ocupação e emprego, valorizando a iniciativa individual, conforme assegurado pela Constituição, para que o país possa encontrar o caminho do desenvolvimento econômico e social. Só depende de vontade política. (DOMINGUES, 7 jun. 2004).

Pelas edições analisadas, também fica visível que era uma vontade do governo alterar as bases da CLT. O presidente Lula, por exemplo, não via problemas em reduzir a multa sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e em mexer no 13º salário. Lula chegou a revelar a jornalistas que a única garantia que não seria passível de alterações seria a multa de 30 dias. O restante poderia ser revisto numa reforma que deveria fortalecer a negociação entre empresários e trabalhadores.

(...) defendeu, sem detalhes, uma reforma trabalhista que "incentive a geração de empregos". Disse que as partes, trabalhadores, empresários e governo, devem "ter liberdade" e se dispor a fazer uma negociação. "Mas, se cada um pensar só em ganhar, paralisa."

Apesar de rejeitar o uso da palavra "flexibilização", disse que poderia ser revisto o mecanismo que prevê multa de 40% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) nas demissões e citou o parcelamento do 13º salário.

Para Lula, a única coisa inegociável são as férias de 30 dias: "Direito que existe em todo o mundo (sic)". (CANTANHÊDE, 13 fev. 2004).

Ou seja, a *Folha* não estava sozinha na defesa de uma reforma trabalhista com tal conteúdo. Era um desejo do governo que o negociado prevalecesse sobre o legislado, mesmo tendo diante de si a diferença de forças e conhecendo as arbitrariedades que são capazes a maior parte dos empresários para manter seus lucros e as condições de trabalho que mais lhes permitam produzir. A *Folha*, na verdade, dava vazão, difundia e defendia um discurso que não era só dela, era também de empresários e de parte do próprio governo. Fica claro, então, que a reforma trabalhista não avançou muito menos porque o governo não se interessava e muito mais porque encontrou uma série de obstáculos, como a oposição de parte do movimento sindical e a instabilidade política gerada por escândalos como o mensalão.

A posição do presidente gerou desconforto na relação com as centrais sindicais, que declararam ao jornal ver as idéias com “estranheza” e “preocupação” (SOFIA, 14 fev. 2004).

Diante da polêmica, o jornal mudou seu discurso. A mesma *Folha* que antes defendeu em editorial a superação do “detalhismo infinitesimal” da CLT - o que significa, em outras palavras, retirada de direitos (FOLHA DE S.PAULO, 23 abr. 2003) – e que publicou várias matérias mostrando a obsolescência da lei, agora vinha a público defender “os direitos históricos dos trabalhadores”:

Com efeito, resguardar apenas o direito de férias como algo fora da mesa de negociações numa reformulação da CLT é o tipo de declaração que poucos acreditariam ter partido de Lula. É conhecida a lógica pela qual líderes egressos da esquerda fazem as reformas que os conservadores não conseguem implementar. É o que vai ocorrendo na atual gestão.

Não que a legislação trabalhista em vigor não mereça aperfeiçoamentos. Antiquada, ela está a pedir atualização -o que não deveria ser confundido, muito menos por alguém com o perfil de Lula, com a supressão de direitos históricos de trabalhadores. (FOLHA DE S.PAULO, 15 fev. 2004).

A mesma *Folha* agora reconhecia que a CLT e o conjunto das regulamentações trabalhistas do país eram frutos da luta dos trabalhadores, embora tenha nos últimos meses execrado tal legislação, conseqüentemente, tais direitos, tais lutas. Seria esse o novo posicionamento da *Folha* um recuo estratégico, numa forma de agradar a todos os leitores? Seria uma forma de o jornal ironizar as mudanças do PT ou uma maneira de “ficar bem” com os leitores que discordavam da opinião do presidente? Poderia ser uma inversão no caminho traçado até aqui, numa forma de colocar a opinião pública contra o presidente que queria retirar direitos, num ano pré-eleitoral?

A última hipótese parece ser mais razoável. Até porque na maior parte do editorial, a *Folha* mostrou as semelhanças entre PT e PSDB, cuja fusão não era descartada pelo partido de Lula. Uma forma de desmascarar o PT, que antes se colocara contra as reformas que agora queria implantar e que não via problemas em mexer nos direitos dos trabalhadores.

Mas, ao mesmo tempo, opiniões de leitores podem ter contado para esse recuo, esse abrandamento no discurso pró-reformas, como mostra a opinião do leitor Adriano de Jesus Malachias Ferreira, cuja crítica às declarações de Lula foi publicada na coluna “Painel do Leitor” da edição de 16 de fevereiro de 2004, dia seguinte ao do editorial.

Reforma trabalhista

"É triste constatar, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu totalmente a sua identidade. Parece acreditar que a causa do desemprego no Brasil seja o trabalhador. Assim, bastaria acabar com os direitos conquistados, e todos os problema estariam resolvidos. Senhor presidente, diminua a carga tributária das indústrias, diminua as taxas de juros, não seja tão submisso aos mercados. Deixe esse discurso messiânico e não se esqueça de suas origens." Adriano de Jesus Malachias Ferreira (Ribeirão Preto, SP) (FOLHA DE S.PAULO, 16 fev. 2004).

Por outro lado, a opinião do leitor pode ser reflexo do posicionamento da *Folha* no editorial e sua publicação tenha sido uma forma de reforçar a inversão no sentido de desmascarar a gestão petista com o objetivo de evitar uma reeleição.

No decorrer dos dias, das matérias publicadas nas edições seguintes, viu-se que a *Folha* estava de fato muito pouco preocupada com os “direitos históricos dos trabalhadores”, já que continuou a reforçar a opinião de empresários anti-CLT e pró-precarização e a se posicionar nesse sentido.

Em 24 de maio de 2004, o jornal trouxe um artigo do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, em que o líder empresarial criticou o governo pelo modo como vinha encaminhando as reformas e reforçou o ataque a CLT - uma lei com raízes no passado - e a todo quadro político-econômico nacional.

Sejamos francos. Este país não conhece uma reforma tributária em profundidade. Possui um sistema previdenciário caótico. **Uma organização sindical e trabalhista com raízes profundas no passado.** Padrões políticos eivados de mazelas. E um quadro social pérfido e injusto: 54% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza.

A conseqüência das distorções se faz ver na assimetria crescente entre as esferas produtiva e financeira, com esta última acumulando capitais, que se descolam das atividades produtivas, prejudicando o desenvolvimento harmônico da sociedade. (SKAF, 24 maio 2004; grifo nosso).

Mais à frente, a *Folha* repetiu a comparação entre PT e PSDB, mostrando semelhanças entre os partidos e reforçando que o PT agora se colocava favorável à flexibilização de direitos contra a qual tinha sido posicionado, quando o PSDB estava no governo. Em 30 de setembro de 2004, noticiou que o governo tinha encaminhado um projeto ao Congresso que era um “embrião de reforma trabalhista” porque reduzia o valor do recolhimento do FGTS para empresas com faturamento

mensal de R\$ 3 mil e permitia simplificação tributária para pessoas jurídicas de pequeno porte (entre as quais certamente estavam aquelas que constituíam empresas para camuflar a relação entre empregado e empregador, as chamadas “empresas de uma pessoa só” criadas com o fim de se fugir das obrigações legais).

A *Folha* lembrou que a posição pró-flexibilização agora assumida pelo PT era incoerente com a postura histórica do partido:

Trata-se exatamente do que pregam os liberais para a reforma trabalhista: reduzir -ou, eufemisticamente, flexibilizar- os direitos trabalhistas hoje existentes para estimular a geração de empregos com carteira assinada, partindo do diagnóstico de que a legislação atual, na tentativa de proteger os trabalhadores, acabou por levar à informalidade mais da metade da população ocupada no país, estimada em 80 milhões de pessoas.

Embora o PT tenha se batido contra esse pensamento nos tempos de oposição, o governo Lula fala, desde a posse, em propor uma reforma trabalhista. O constrangimento político tem levado o governo a adiar sucessivamente a definição da proposta. (PATU, 30 set. 2004).

Percebe-se assim que era a mais válida a hipótese de que aquele editorial de 15 de fevereiro mostrava não uma sensibilidade do jornal às causas dos trabalhadores, mas sim uma forma de ironizar e de atacar o governo num ano pré-eleitoral.

O ataque a CLT continuou. Em 10 de outubro de 2004, o jornal mostrou que a lei era tão complexa que nem mesmo empresários e sindicalistas a conheciam completamente, mais uma vez ridicularizando a legislação:

A *Folha* preparou um teste com questões sobre as leis trabalhistas para verificar se o brasileiro conhece ou não as leis que o protegem. Empresários e sindicalistas participaram do teste (se você quer saber o quanto conhece esses direitos, faça primeiro o teste e depois continue lendo este texto).

Claudio Vaz, presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), acertou 76% das questões. Uma das questões que errou é a seguinte: qual trabalhador pode ser demitido por ser "caloteiro"? Ele respondeu: nenhum. O artigo 508 da CLT diz que o bancário pode ser, sim, demitido por esse motivo.

"Além de ganhar mal, o bancário pode ser demitido por não pagar as suas dívidas. Isso está na lei. A insuficiência de salário é tratada como insuficiência de caráter", afirma Luis Carlos Moro, advogado trabalhista.

O presidente da CUT, Luiz Marinho, obteve 78% de acertos no teste. Um dos seus erros foi responder que, em caso de violência física contra a trabalhadora, quem deveria ser acionado, por ordem, era o sindicato que representa a trabalhadora, a Polícia Militar e o Ministério Público do Trabalho. Pela lei, quem deve ser acionada é a Vigilância Sanitária.

"Pela lógica, deveria ser o sindicato, a polícia e o Ministério Público. É preciso modificar as leis trabalhistas para que sejam mais eficientes", diz Marinho. (FERNANDES, 10 out. 2004).

Assim, a *Folha* procurou mostrar que a CLT era um calhamaço de normas ultrapassadas, sem utilidade e desconhecidas. Sendo assim, não haveria motivo para não serem descartadas e darem lugar a um texto mais enxuto com princípios básicos que não engessassem a negociação entre empresários e trabalhadores. Uma mudança que iria modernizar a legislação, como a *Folha* ressaltou: "As alterações na CLT só devem ocorrer com a reforma trabalhista, que pretende modernizar as leis e reduzir o custo de contratação do trabalhador. Essa discussão deve começar em 2005." (FERNANDES, 10 out. 2005) Desconsidera assim o fato de a legislação trabalhista ser fruto da luta dos trabalhadores. Tira dela a sua relevância histórica e ainda esvazia a importância da legislação para regular a relação capital-trabalho de modo que ela perca importância sob os olhos da população e, com isso, o fim da CLT seja aceito.

Naquele período em que o governo retardava o encaminhamento da reforma, a *Folha* sintetizava e reiterava o que para ela seria uma das justificativas e um dos princípios da reforma: a "modernização" da relação capital-trabalho. Não problematizava nem explicava o que seria essa modernização, difundida como se fosse a solução para tudo e para todos.

O jornal ainda mostrou que a simplificação da CLT era uma vontade do empresariado nacional, que queria ver atendida no próximo governo. O presidente da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), Abram Szajman sintetizou essa vontade:

É com o objetivo de reverter essas condições desfavoráveis, associadas à burocracia e à complexidade do funcionamento das instituições em áreas fundamentais da economia, como a tributária e a trabalhista, que a Federação do Comércio do Estado de São Paulo vem trabalhando numa agenda de microrreformas, expressa pelo projeto "Simplificando o Brasil", apresentado para o debate com a sociedade. (SZAJMAN, 21 jun. 2006).

E reforça qual seria a reforma trabalhista ideal para o empresariado nacional, ou seja, a aquela que reduzisse garantias e privilegiasse o negociado em detrimento do legislado:

Para simplificar as relações trabalhistas, propõe-se consignar na Constituição apenas os direitos básicos dos trabalhadores, delegando tudo o mais à negociação entre empregados e empregadores. O FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) seria estendido aos

servidores públicos e usado como seguro-desemprego e fundo capitalizado de aposentadoria individual. (SZAJMAN, 21 jun. 2006).

2.4 - Solução para os problemas do Brasil: o fim da CLT

Além da obsolescência da CLT, a *Folha* disse que a reforma trabalhista era uma solução contra o problema da informalidade no país e uma das saídas para a retomada do crescimento econômico, já que a redução do número de regras e o aumento da flexibilidade via negociações diretas entre patrões e empregados garantiria maior geração de postos de trabalho e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Brasil.

Isso porque a rigidez, a antigüidade e a complexidade da CLT seriam entraves à formalização do trabalho no país e um dos motivos porque as taxas de desemprego não diminuam. As empresas queriam fugir das obrigações legais e dos custos financeiros e judiciários que elas acarretariam, o que, no diagnóstico certo da jornalista Eliane de Cantanhêde (10 ago. 2003), se traduzia: “Hoje, as grandes empresas driblam as regras e os ônus trabalhistas substituindo gente por informatização. As pequenas, trocando carteira assinada por informalidade. Sinal de que algo precisa ser revisto no sistema.”

Daí a necessidade de flexibilizar a legislação para reverter essa situação e assim diminuir a informalidade e gerar postos de trabalho. Essa é a síntese de um dos argumentos pró-flexibilização utilizados pela *Folha* e seus colaboradores ou, nas palavras do próprio jornal, em editorial: “Os encargos trabalhistas oneram excessivamente as contratações no setor formal, estimulando a informalidade e a sonegação, que tanto prejudicam a arrecadação da Previdência Social.” (FOLHA DE S.PAULO, 30 maio 2004).

Mais uma vez, a *Folha* escolheu um “bode expiatório” para atribuir a culpa por um dos principais problemas brasileiros: além dos sindicatos de trabalhadores, a CLT poderia ser facilmente vista pelos leitores como uma inimiga, a culpada pelo alto índice de desemprego, pelo trabalho sem registro em carteira. É um argumento que visa ganhar facilmente a adesão do leitor à “cruzada” contra a CLT, um mal a ser extirpado.

Para reforçar essa tese, a *Folha* expressou as boas intenções dos empresários:

A reivindicação histórica dos empresários é flexibilizar a lei para reduzir os encargos. Com isso, haveria diminuição do trabalho informal -ao desonerar a *Folha* de pagamento, as empresas registrariam os funcionários e aumentariam as contribuições para a Previdência-, além de evitar que o desemprego aumente.

"Não concordo com isso [a declaração do ministro]. As reformas sindical e trabalhista vão fazer com que o nível de desemprego não seja ampliado", disse o diretor do Departamento Intersindical da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Pedro Constantino Evangelinos. (ROLLI, 28 ago. 2003).

A declaração da Fiesp respondia ao ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que afirmava que as reformas sindical e trabalhista não iriam permitir a geração de empregos. Para ele, essa era uma ilusão, o que geraria emprego seria crescimento econômico.

Note que a *Folha* enfatizou que a flexibilização da lei para reduzir encargos é uma "reivindicação histórica dos empresários". Ou seja, a opinião do ministro contrariava algo que era histórico e clamado pelos empresários, aqueles que sabiam quanto pagavam em encargos, aqueles que saberiam quantos empregos poderiam gerar se tivessem menos despesas. Eles que queriam desonerar a folha de pagamentos para empregar mais eram os injustiçados, enfim. Uma forma clara de persuadir o leitor a acreditar que a flexibilização da lei seria a única maneira de gerar empregos, mesmo que isso pudesse significar alteração/ retirada de direitos.

Os empresários-colunistas da *Folha* também tiveram todo espaço para insistir nesse argumento. Benjamin Steinbruch, por exemplo, disse que empresas de vários portes não tinham alternativa senão recorrer à informalidade para fugir dos custos provocados pela CLT:

Empresas de todos os tamanhos, principalmente as pequenas, transformam postos assalariados, aos milhares, em contratos de pessoas jurídicas, os famosos PJ. Na prática, os empregados continuam fazendo o mesmo trabalho, nos mesmos lugares e cumprindo os mesmos horários, mas sem nenhum vínculo empregatício. Apenas apresentam, no fim de cada mês, uma nota fiscal de pessoa jurídica.

Tirando as grandes empresas organizadas, é difícil encontrar alguma que tenha a coragem de atirar a primeira pedra nas que adotam esse sistema aos olhos da velha CLT. A abertura econômica exige das empresas um tal grau de competitividade que as obriga a reduzir a estrutura e a enxugar custos incessantemente. A contratação formal de mão-de-obra impõe custos elevadíssimos, que superam 100% do valor do salário em muitos casos. Por isso, muitas empresas têm medo de

contratar e pagam qualquer multa para demitir. (STEINBRUCH, 30 set. 2003).

A informalidade era um fato, o qual não poderia ser negado nem pelo próprio governo, que num evento voltado para a divulgação de seu principal programa social, o Fome Zero, havia contato com diversos trabalhadores que não tinham registro em carteira. Em 13 de fevereiro de 2004, a *Folha* investigou as condições trabalhistas das cerca de 200 pessoas que haviam trabalhado nos *stands* montados na Expo Fome Zero por ONGs (Organizações Não Governamentais) e empresas que “apresentaram histórias do Brasil socialmente responsável”, como enfatizou a matéria. Mesmo essas iniciativas usavam o trabalho informal, o qual movimentava cifras expressivas, que, logo, não deveriam ser desprezadas:

A maior parte deles, postos cada vez mais comuns no país: temporários, sem registro nem contribuição previdenciária (os informais), que trabalham menos do que gostariam (os "precários", que cresceram 42,5% em 2003). Mais comuns ainda no ramo de eventos, que movimenta R\$ 37 bilhões anuais no país. (MARREIRO, 13 fev. 2004).

De acordo com a matéria o governo tinha diante de si um “nó” a desatar. Numa feira onde havia “ilhas de boas notícias”, os trabalhadores não tinham direito nem condições de desfrutar delas, já que viviam uma realidade contratual diferente da ideal, apesar de viverem em condições que poderiam enquadrá-los como possíveis beneficiários de um dos projetos sociais expostos na feira.

Entre sorrisos em grandes pôsteres, telas de cristal líquido exibindo projetos, Jocivânia da Silva, 17, da ONG Nossa Turma. Ela oferecia aos visitantes -passaram pela feira 5.000, segundo os organizadores- mudas de alface produzidas por ela em Vila Leopoldina (zona oeste).

Jocivânia e a irmã são monitoras num curso de jardinagem na ONG. Recebem R\$ 40/mês mais uma cesta básica cada uma. Fim da ilha. A última bolsa ela usou para comprar o material escolar. A mãe, sem registro ou 13º salário, sempre fica mais apertada nesta época do ano. Uma das cestas a família manda para a outra irmã (casada, três filhos), que passa por dificuldades. (MARREIRO, 13 fev. 2004).

Outra leitura possível sobre os casos citados na matéria é que pessoas em tais condições econômicas e sociais não estavam dependendo de recursos públicos para sobreviverem porque estavam trabalhando e a forma como esse trabalho era remunerado/ “garantido” era cada vez mais comum no país, a ponto de movimentar cifras significativas. Então por que não regulamentá-la, já que até numa atividade social

do governo tal prática existia? Era uma realidade a ser considerada pelo governo na hora de desatar o “nó” da reforma trabalhista, que a matéria disse existir: “Na Expo Fome Zero, um termômetro do nó que está em jogo na reforma trabalhista.” (MARREIRO, 13 fev. 2004)

No entanto, outra visão seria possível e preferível a nosso ver: empresas que movimentam volumes tão expressivos de recurso não teriam condições de registrar, dar mais estabilidade, garantias, respeito profissional a seus funcionários? Tal questionamento não aparece na matéria, que mais fez o “diagnóstico” de uma situação que precisava ser contemplada na reforma trabalhista, até porque era uma situação “cada vez mais comum no país”, uma realidade, um fato irrefutável.

Logo, a matéria foi mais uma forma de mostrar esse fato e a contradição detrás da não realização da reforma trabalhista, do que uma crítica aos empresários que impõem tal regime de trabalho ou ao governo que o utiliza, sendo que tais pessoas vivem em condições que poderiam enquadrá-las como beneficiárias de políticas públicas como a Previdência Social e o melhor caminho para isso seria o trabalho formal, devidamente regulamentado pela legislação existente, da qual tais empresas queriam fugir.

Em julho de 2004, a *Folha* publicou artigo do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo), Alencar Burti, em que a informalidade é comparada a um vírus, que tomava os “tecidos sadios da iniciativa privada graças aos excessos de burocracia, tributos e juros” (BURTI, 22 jul. 2004).

(...) o vírus poderoso da informalidade, que se espalha nos tecidos sadios da iniciativa privada graças aos excessos de burocracia, tributos e juros.

Apesar de o diagnóstico da "doença" ser conhecido há tempo, a terapia aplicada até o momento não tem surtido os efeitos necessários. O equívoco que se vem cometendo é não avaliar a velocidade dos fatos. Enquanto a demanda por empregos é crescente, o número de postos de trabalho diminui drasticamente.

Apesar da pequena sinalização positiva da evolução do emprego no último mês, detectada pelo IBGE, a área metropolitana de São Paulo continua abrigando mais de 2 milhões de desempregados, cuja principal saída é o empreender. Entretanto essa iniciativa bate de frente com o cipoal burocrático que regula o "existir empresarial": são mais de 55 mil artigos e 300 normas legais, além de uma carga tributária onerosa para uma pequena empresa em início de atividade. (BURTI, 22 jul. 2004).

O empresário disse que saída para “esse caos” era seguir exemplos de países como Espanha e a China, que reduziram o número de normas trabalhistas e conseguiram obter crescimento econômico.

Defendeu a criação de uma legislação que facilitasse a vida das micro e pequenas empresas e permitisse o crescimento econômico: “a criação de uma rede de proteção social, com simplificação das relações trabalhistas, garantindo assim os benefícios sociais aos empregados e estímulos à exportação e aos investimentos em tecnologia.” (BURTI, 22 jul. 2004).

Além de pressionar o governo a realizar a reforma trabalhista, Burti recorria a justificativas semelhantes às de outros empresários: o Brasil tinha muitas normas. Isso teria que ser revisto, como uma forma de acabar com a informalidade, aumentar a competitividade das empresas e, conseqüentemente, colaborar com o crescimento econômico do país. Uma receita aparentemente infalível; se não fosse pelos prejuízos que trariam aos trabalhadores, mas isso não é considerado em nenhum momento. A quem interessaria tal “simplificação”? Pelo discurso adotado pela *Folha* e seus colaboradores, a todos, ao Brasil; mas não fica claro a que custos para os trabalhadores. Acabar com a informalidade a partir da redução de garantias previstas em lei significaria nivelar por baixo todos os trabalhadores. É evidente que isso não significa um ganho.

Na matéria “Formalização reduz pobreza, diz Ipea”, de 9 de janeiro de 2005, a *Folha* apresentou a tese do economista do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), Ricardo Paes de Barros, que afirmava que a redução da informalidade era um meio para diminuir as desigualdades sociais no país. Para isso nem seria necessário muito esforço, ou seja, formalização completa de todos os trabalhadores. Bastaria apenas equiparar o salário daqueles que estavam na informalidade com o recebido por quem estavam no mercado formal.

Para a tese do economista, propagada pela *Folha*, tudo se restringiria a uma visão puramente econômica. A elevação salarial dessas pessoas reduziria os gastos públicos com elas, já que na maioria das vezes usufruem os serviços públicos sem pagar nada.

Mas, o economista fez a ressalva: nem todo mundo que havia migrado para o setor informal tinha necessidade de ser regularizado. Era o caso de empresas informais. Bastaria que o governo prestasse suporte técnico para que a produtividade dos trabalhadores aumentasse e assim seus salários crescessem. Ou seja,

tais empresas também utilizariam os serviços públicos para gerar lucros e manter seus trabalhadores. Tudo fica num plano econômico que ignora os direitos desses trabalhadores. O problema aqui discutido não é a necessidade de acabar com a informalidade para que tais pessoas tenham mais acesso à seguridade social e condições de desenvolvimento social, mas a necessidade de diminuir o número de informais puramente para dar sustentabilidade ao sistema.

Na seqüência, a matéria traz a explicação do economista da Unicamp, José Marcio Camargo, para o problema da informalidade. Ele diz que “grande parte da informalidade pode ser explicada pela tentativa de universalização de uma série de benefícios sociais.” (BILLI, 9 jan. 2005). A *Folha* prossegue na exposição da tese de Camargo:

De uma forma muito simplificada, o argumento de Camargo é o seguinte: um jovem hoje que tem na família um avô aposentado sabe que ele poderá também se aposentar sem ter contribuído para a Previdência.

O mesmo jovem, que tem algum suporte familiar, acaba exigindo um salário maior para entrar no mercado de trabalho. Os efeitos são dois: ele acaba optando por estar fora do mercado e, uma vez no setor informal, sabendo que poderá contar com uma rede de assistência social universal, prefere não pagar contribuições para a Previdência. (BILLI, 9 jan. 2005).

A explicação atribui a culpa da informalidade ao próprio trabalhador, que, a partir dessa tese pode ser visto, no mínimo, como um “acomodado”, que prefere ficar nas alças do governo a produzir. O trabalhador é culpado pela informalidade. A saída para isso tudo seria a reforma trabalhista e sindical.

Pouca ênfase foi dada ao argumento da terceira fonte consultada, o professor Claudio Deddeca, que atribui o aumento da informalidade à estagnação econômica dos últimos 25 anos.

O contraponto fica a cargo de Cláudio Deddeca, economista da Unicamp. Ele não nega a necessidade de reformas, mas avalia que o aumento da informalidade está mais ligado à estagnação econômica dos últimos 25 anos. "Não há reforma que faça com que o mercado de trabalho tenha desempenho maravilhoso se a economia não cresce", afirma. (BILLI, 9 jan. 2005).

A explicação que mostrava um ponto de vista diverso sobre o problema analisado é deixada para o final da matéria e citada de maneira superficial, pouco desenvolvida, mostrando que a *Folha* queria mesmo enfatizar que a informalidade era um mal a ser combatido via reforma trabalhista; mas um mal que não

precisaria ser totalmente extinguido, mas controlado. Até porque o Grupo Folha e os empresários que com ele colaboravam e financiavam certamente se valiam de trabalho informal (via empresas de uma pessoa só, por exemplo) ou de empresas informais para manter seus lucros.

Cada vez mais, a *Folha* demonstrava que a reforma trabalhista pretendida deveria conter regras mínimas, que não significariam melhoria de condições de trabalho para os informais, por exemplo. Cada vez fica mais evidente que o argumento de que a reforma trabalhista seria um meio de acabar com a informalidade era apenas uma desculpa para legitimar a reforma, conquistar apoio da opinião pública a algo que iria beneficiar somente as empresas.

O empresário Antonio Ermírio de Moraes, na sua coluna de 27 de março de 2005, “lamentou a informalidade brasileira”, que, praticada por empresas e por trabalhadores, seria um dos motivos para a situação preocupante da Previdência Social do país. A solução para isso, já pareceria óbvia: a reforma trabalhista. No entanto, fica evidente a preocupação de colocar a reforma trabalhista como meio para criar facilidades aos “investimentos” empresariais, ou seja, deixar o campo livre para as ações e os ganhos empresariais:

Concertar o sistema previdenciário é imprescindível, mas, no meio de tanta informalidade, será insuficiente. Modernizar as leis trabalhistas é essencial para estimular as empresas -em especial as micro e pequenas- a contratarem de maneira legal. Infelizmente, a reforma trabalhista foi jogada para baixo do tapete no momento em que o governo optou pela reforma sindical, também necessária, mas que pouco pode ajudar na redução da informalidade e na resolução dos graves problemas da Previdência Social e, portanto, dos investimentos e dos empregos. Para agravar a situação, a Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, uma série de novas despesas para o INSS -aliás, despesas de grande monta. (MORAES, 27 mar. 2005).

As empresas precisariam ser estimuladas a cumprir a lei, como se essa não fosse uma obrigação. O que os empresários queriam eram ter maior liberdade de atuação, para que pudessem agir segundo suas conveniências. Não havia qualquer preocupação com a seguridade social, nem com o trabalhador, muito menos com o país.

Essa liberdade vai bem ao encontro do que apregoava o FMI (Fundo Monetário Internacional). Um dos maiores símbolos e instrumentos para implantação das políticas neoliberais dizia que o governo deveria formular uma agenda

em favor do crescimento econômico, a qual deveria incluir reformas como a trabalhista, que desse uma liberdade bem específica às empresas:

[O diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), o espanhol Rodrigo de] Rato afirmou que, se o Brasil quiser aumentar sua taxa de crescimento, terá de promover mudanças na área trabalhista **para tornar contratações e demissões mais baratas** e desvincular receitas do Orçamento de despesas hoje obrigatórias, como são alguns dos gastos nas áreas de saúde e de educação. (CANZIAN, 15 abr. 2005; grifo nosso).

A intenção era facilitar a vida dos empresários, não havia qualquer preocupação social. Era mesmo tornar os trabalhadores cada vez mais descartáveis. O argumento de combate à informalidade era só uma cortina de fumaça.

Na edição de 30 de abril de 2005 – portanto, às vésperas de mais um 1º de maio, Dia do Trabalhador - a *Folha* usou a coluna “Tendências/Debates” para manter em foco o combate à informalidade via reforma trabalhista. Os dois artigos publicados naquele dia na coluna procuravam responder a pergunta: “A CLT é um entrave à expansão do emprego?” (FOLHA DE S.PAULO, 30 abr. 2005). Uma pergunta tendenciosa, já que a idéia de “entrave” já mostra ao leitor uma direção na qual sua interpretação deve caminhar, ou seja, de que a CLT é sim um obstáculo a ser removido para que o número de postos formais de trabalho crescesse.

Isso foi reforçado pelo artigo do presidente da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), Abram Szajman, que respondeu “sim” à pergunta, a CLT era uma saída para reduzir a informalidade, gerar empregos e crescimento econômico. O empresário explicou porque:

O tempo, entretanto, encarregou-se de revelar o quanto essa legislação -intervencionista, extensa e refratária a conceitos gerais-, em conluio com as imposições burocráticas, estabeleceu relações de trabalho mais prejudiciais do que benéficas para ambas as partes.

Os encargos trabalhistas multiplicaram-se para abranger, nos dias que correm, cerca de 20 itens, todos geradores de custos administrativos paralelos. O resultado deixa indignados tanto patrões quanto empregados, pois duplica a folha de pagamentos das empresas sem aumentar a renda de quem trabalha. Muitos desses encargos são necessários e inamovíveis, como as férias, o descanso semanal remunerado e o 13º salário. Mas outros, como a multa sobre o FGTS, poderiam ser graduados ou remetidos para a mesa de negociação coletiva entre as partes. (SZAJMAN, 30 abr. 2005).

Para Szajman, a lei também representaria uma ameaça às soluções que geraram empregos em outros países, como a terceirização e o trabalho

temporário (com pagamento proporcional às horas trabalhadas). De acordo com ele, tais modalidades “são entre nós praticadas de maneira nebulosa. Paira sempre sobre a cabeça do empregador que tenta reduzir seus custos por essas formas a possibilidade de a Justiça do Trabalho reconhecer nelas o vínculo celetista.” (SZAJMAN, 30 abr. 2005). Ele queria que tais práticas fossem assimiladas legalmente para que as empresas pudessem ter maior segurança para utilizá-las, sem ser importunadas.

A mudança na legislação seria então necessária, até porque essa legislação era inviável:

É preciso fazer algo antes que os trabalhadores sejam todos empurrados para a informalidade e as empresas todas acabem tendo que responder judicialmente por leis trabalhistas que continuam a existir no papel, mas sem a viabilidade de serem aplicadas. (SZAJMAN, 30 abr. 2005).

E reforçou: a solução para todos os problemas seria uma reforma trabalhista que fortalecesse o negociado sobre o legislado.

Penso que é preciso, sobretudo, retirar da lei aquilo que engessa as empresas sem necessariamente beneficiar os trabalhadores, substituindo o legislado pelo que pode e deve ser negociado de maneira livre e autônoma entre patrões e empregados, por meio de suas entidades representativas, cujo papel deve ser reforçado e prestigiado. (SZAJMAN, 30 abr. 2005).

A opinião de Szajman reiterou todos os argumentos utilizados até aqui pela *Folha*, confirmando que o jornal “jogava” a favor dos empresários.

O convidado para defender o “não”, isto é, a reforma trabalhista não é um entrave foi o professor de economia Paul Singer, que enfatizou que a lei era uma conquista dos trabalhadores, proporcionando-lhes diversas garantias:

A CLT é sinônimo de direitos trabalhistas que foram sendo conquistados pelos empregados, no Brasil, desde os anos 1940. Esses direitos protegem os trabalhadores contra condições adversas, insalubres, infra-remuneradas -em suma, degradantes- de trabalho, sendo de notar que boa parte deles está universalmente consagrada em convenções da Organização Internacional do Trabalho. (SINGER, 30 abr. 2005).

Rebatendo os argumentos empresariais e da própria *Folha*, Singer mostrou que alterações na CLT não gerariam empregos. Ocorreria um processo bem diferente:

O que ele em geral não percebe é que, se houvesse eliminação de direitos trabalhistas sob qualquer forma, o resultado seria uma

redistribuição regressiva da renda, dos empregados aos empregadores. Portanto tudo o mais mudaria, pois à perda do salário indireto pelos trabalhadores corresponderia um ganho adicional de lucro pelos empregadores.

Essa transferência de renda de pobres a ricos afetaria a demanda total por bens e serviços, porque a proporção da renda gasta em consumo é muito maior entre os empregados do que entre os patrões. A eliminação total ou parcial da CLT reduziria a demanda total de consumo, pois a queda do gasto dos trabalhadores não seria, nem de longe, compensada pelo aumento de gasto daqueles que os empregam. Essa redução da demanda total inevitavelmente diminuiria o nível de produção e de emprego. Mesmo sendo mais barato contratar trabalhadores, os empregadores não só não empregariam mais assalariados, mas despediriam parte dos que trabalham para eles, porque suas vendas decresceriam.

(...)

A poupança acrescida dos empregadores não seria utilizada para investimento, ficando depositada nos bancos e demais intermediários financeiros. O efeito de uma redução geral do salário indireto dos trabalhadores seria, portanto, uma forte recessão. Haveria expansão do desemprego, não do emprego. O que, aliás, tem se verificado sempre que os direitos dos trabalhadores são reduzidos. Os próprios empregadores acabam perdendo renda também, porque, mesmo que possam aumentar sua margem de lucro, ela passa a se aplicar a uma produção bem menor. (SINGER, 30 abr. 2005).

E reforçou: abolir a CLT significaria, na prática, legalizar o trabalho informal e aumentar o desemprego:

Nessas conjunturas de desemprego em massa e extensa precarização do trabalho, a bandeira da eliminação dos direitos trabalhistas ressurgiu com o argumento de que dessa forma o emprego poderia ser expandido. Como vimos, trata-se de um falso raciocínio. Abolir direitos legais, quando não estão sendo respeitados por muitos empregadores, significa legalizar o trabalho informal, estendendo-o a todos os empregados. A legalização do trabalho sem direitos transfere renda dos trabalhadores aos capitalistas, aprofundando a recessão e reduzindo o emprego. (SINGER, 30 abr. 2005).

Mas, argumentos como esses que mostram uma opinião bem diferente eram um grão de areia diante da enxurrada de matérias e artigos pró-derrubada da CLT, publicados pela *Folha*.

Cabe refletir: será que, de fato, todos os itens previstos na CLT seriam a razão do aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro? Seria a lei a única ou a principal culpada por isso?

Muito antes da discussão sobre a necessidade ou não de se mexer na lei, é preciso considerar que a informalidade nem o desemprego não são motivados pela legislação. Têm raízes muito mais estruturais, geradas pela lógica

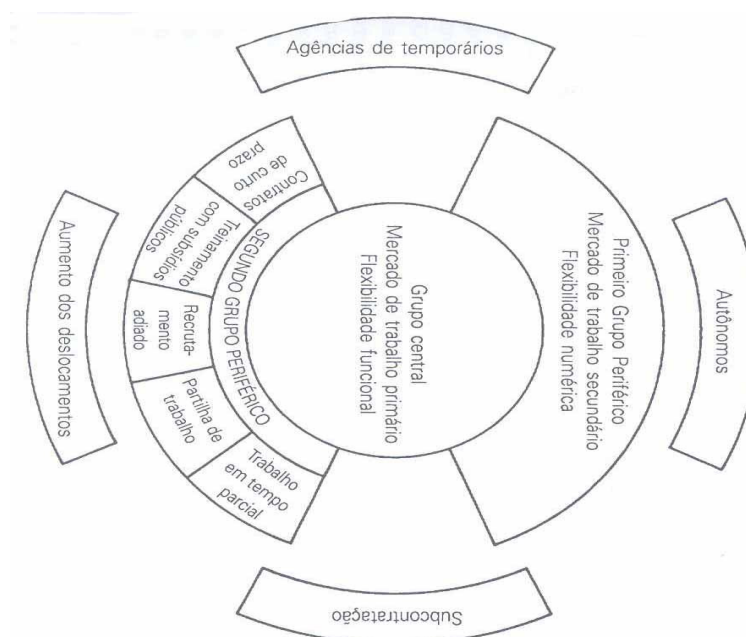
neoliberal de produção e gestão, pelo regime de acumulação flexível, que substituiu a lógica fordista, no pós-crise de 1973. É preciso voltar à explicação de Harvey (2008, p. 140), citada no primeiro capítulo deste trabalho:

(...) Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Mudanças nos padrões de desenvolvimento em regiões geográficas e em setores econômicos, o aumento do nível de emprego no setor de serviços e a criação de novas regiões industriais (como no Vale do Silício) e a “compressão do espaço-tempo”, proporcionada pelas novas tecnologias de comunicação são outras marcas da transformação que ganhou força a partir de meados dos anos 1970.

Tudo isso se voltou contra os trabalhadores: “Esses poderes aumentados de flexibilidade e de mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. (HARVEY, 2008, p. 141).

Os empresários se aproveitaram desse contexto para reestruturar o mercado de trabalho, impondo regimes e contratos flexíveis para satisfazer as necessidades de cada negócio, de cada empresa, originando uma estrutura de mercado de trabalho bem diversa daquela que marcou o período fordista, como ilustra Harvey (2008, p. 143):



O desejo do capital nacional de remover o “entrave” representado pela CLT é fruto dessa concepção. Buscava limpar o caminho para disseminação da terceirização, dos contratos flexíveis, para a precarização, enfim. Logo, a lei é um bode expiatório. Mas tal reflexão passou longe das páginas da *Folha*. A cobertura procura reforçar o contrário, procurando favorecer cada vez mais o lado empresarial.

Em meio à defesa da reforma trabalhista como uma saída para informalidade e diante da constatação de que essa reforma seria adiada pelo governo Lula, ganhou força nas edições analisadas uma outra linha argumentativa, utilizada pela *Folha* e seus colaboradores do meio empresarial: deveria ser criada uma legislação que diferenciasse as obrigações trabalhistas a serem honradas pelas micro e pequenas empresas daquelas devidas pelas grandes empresas.

Antonio Ermírio de Moraes sintetizou as razões para que as micro e pequenas empresas fossem vistas de maneiras diferentes:

Para as micro e pequenas empresas, que constituem a maioria, os custos de demissão são insuportáveis e apavoram os empresários a ponto de preferirem arriscar na informalidade do que contratar na legalidade -prática nefasta para os trabalhadores e para a Previdência Social, que nada recolhe dessas empresas e dos empregados. (MORAES, 19 nov. 2006).

No entanto, empresas de todos os portes utilizam a informalidade como meio para baratear sua produção, facilitar a contratação e dispensa de seus empregados e se ver livre de qualquer responsabilidade em relação a direitos trabalhistas, a responder a qualquer solicitação de seus empregado – que é tratado como uma empresa, no caso das PJs – ou de um sindicato, que nesse caso não tem muito a fazer.

As grandes empresas também se valem da produção de pequenas e médias empresas para baratear seus custos. Muitas vezes, o núcleo da empresa maior, contratante, tem muito poucos trabalhadores em comparação com a soma de pessoas que trabalham nas micro e pequenas empresas contratadas. Logo, qualquer benefício legal concedido às empresas menores iria beneficiar as maiores, que, além do mais, poderiam requerer no futuro a extensão de tal legislação para todas as empresas, alegando discriminação. Assim, o que Antonio Ermírio defendeu é que a vida de todos os empresários fosse facilitada ou “simplificada”, para usar uma expressão dele.

E para o trabalhador, o que sobraria? Sobraria o resultado da negociação entre empresa e sindicato, que deveriam decidir as normas do contrato de trabalho. Essa era a verdadeira legislação que deveria reger a relação capital-trabalho, na proposta do empresário:

Para que não se aviltem as condições do trabalho, essas transações precisam contar com a participação de sindicatos legítimos e que recolham a opinião dos representados pelo voto secreto e bem pensado e que sejam capazes de distinguir o momento de avançar do momento de moderar. É o mundo da negociação que, entre nós, está atrofiado - para não dizer inerte. (MORAES, 19 nov. 2006).

No entanto, o que se vê hoje é a dureza da maioria dos empresários na mesa de negociações, quando o assunto é a renovação ou a inclusão de cláusulas sociais na convenção coletiva de trabalho da maioria das categorias. Entre os metalúrgicos do Estado de São Paulo¹⁶, por exemplo, a cada negociação com o setor de lâmpadas e funilaria, por exemplo, tenta-se retirar a estabilidade prevista para vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, que é mais extensa que a prevista pela Previdência Social. Rejeita-se ainda a inclusão de direitos específicos às mulheres, segundo relatos de sindicalistas que participam das negociações. Muitas vezes a alegação é que itens como licença-maternidade ou garantias às trabalhadoras que são vítimas de violência doméstica já estão na lei brasileira, não precisariam constar da convenção coletiva.

Mas, então, o que será desses trabalhadores se essa mesma lei for reduzida a orientações genéricas e tudo mais for remetido à mesa de negociações? Vão ter que esperar que a postura dos empresários mude, quando mesmo com a existência da lei muitos se recusam a estabelecer conversas com os sindicatos e a respeitar os direitos garantidos pela CLT e pela própria convenção coletiva?

As propostas de Antonio Ermírio condensaram assim a opinião de uma série de empresários e especialistas que escreveram ou deram depoimento para a *Folha*. Condensa um projeto que a elite econômica nacional queria ver aprovado e em vigor para facilitar a exploração da mão-de-obra brasileira. Um projeto do qual não abrem mão. Daí o tema não ter saído das páginas da *Folha* ao longo do período analisado.

¹⁶ Setor acompanhado de perto pela autora, já que durante a elaboração do trabalho era assessora de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região.

2.5- Precarização: um meio para o crescimento econômico?

Como adiantamos, outra justificativa utilizada pela *Folha* para mostrar a necessidade de mudanças na legislação trabalhista foi que essa seria uma condição para que a economia brasileira voltasse a crescer. A CLT seria culpada pela baixa competitividade das empresas, seria um entrave para instalação de novos empreendimentos e um problema para quem queria contratar, mas não queria pagar pelo “ônus” inerente à lei. Assim, reduzir a lei a alguns enunciados pontuais era uma condição para que a economia do país prosperasse.

Essa foi outra forma de se colocar a CLT como um “bode expiatório”, de atribuir a ela uma culpa que não era sua e sim de anos de implantação de políticas neoliberais que mais achataram salários, diminuíram postos de trabalho, enxugaram políticas públicas e todas as condições que eram necessárias para que o Estado agisse como promotor do desenvolvimento econômico e os trabalhadores, enquanto agentes de transformação social (afinal, como dissemos no primeiro capítulo, as políticas neoliberais tiveram implicações negativas sobre a organização dos trabalhadores, principalmente, por meio de seus sindicatos).

Para defender esse ponto de vista que culpabilizava a CLT, novamente, a *Folha* falou por meio de seus articulistas e seus empresários-colaboradores, que juntos unificaram e difundiram o discurso pró-flexibilização em prol do crescimento do país, o que beneficiaria a eles próprios.

Em 4 de fevereiro de 2003, Benjamin Steinbruch justificava o fato de 44,9% dos participantes da pesquisa de aprovação do governo Lula indicar a reforma trabalhista como uma das reformas mais urgentes que deveriam ser implantadas pelo governo que então começava. O empresário dizia: “a população identifica a reforma trabalhista como aquela que mais poderá contribuir para atenuar o problema angustiante do desemprego.” E dava razão ao povo: “Não está errada a percepção popular. A mudança da legislação do trabalho ajudará a criar empregos, desde que reduza encargos e liberalize as relações entre empregado e empregador.” (STEINBRUCH, 4 fev. 2003)

É como se essa fosse mesmo uma opinião da população, que teria tido acesso a diferentes fontes de informação, a debates com diferentes pontos de vista e assim tivesse tido parâmetros para definir que sim, queria mudanças em seus direitos como uma forma de reduzir o desemprego. Quando na verdade veículos de

comunicação como a *Folha*, que poderiam ter dado subsídios para essa reflexão, se posicionaram favoravelmente a precarização, sem críticas, sem reflexão, como se essa fosse a única saída, como foi exposto anteriormente. Qual trabalhador não iria dizer que achava inútil a lei, um entrave à geração de empregos, se esse foi o discurso que ouviu de fontes como a imprensa e o próprio governo e até de certos sindicalistas? Além do mais, poucos trabalhadores deixam de lado o imediatismo de famílias a alimentar em prol de uma visão mais ampla, de longo prazo, que pesa os prós e contras de uma medida defendida pelos patrões. Ou seja, o empresário e a *Folha* colocavam palavras na boca da população e, se esses as repetiam, davam-nas como algo certo porque era a “vontade do povo”, quando de fato era uma vontade fabricada. Ao fazer isso, validavam a idéia que queriam difundir entre os leitores.

Além do mais, é duvidoso o argumento aparentemente bem intencionado de que a precarização da CLT seria um meio para reduzir o desemprego. O desemprego não é um mal execrado pelos neoliberais; pelo contrário, governos como o de Thatcher mostraram que o desemprego era muito proveitoso, porque era um meio de rebaixar rendimentos e o poder dos sindicatos. Não interessa ao neoliberal acabar com o desemprego:

O restabelecimento de uma “taxa natural” de desemprego, segundo a terminologia dos think tanks thatcheristas (ver Meneleu Neto, 1998, e Anderson, 1995), teria a mesma função e deveria funcionar de forma semelhante à explicação dada por Marx, em *O Capital*, do movimento ascendente do exército industrial de reserva como uma forma de exercer pressão sobre os salários do exército ativo, aviltando-os. (ARRUDA, 2007, p. 150)

De acordo com o autor:

O aumento do desemprego foi deliberadamente utilizado como um instrumento de pressão sobre os sindicatos e a classe trabalhadora. Isto ficou patente quando Alan Budd, um assessor próximo a Thatcher, declarou com bastante franqueza que...

Aumentar o desemprego foi uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária (...) o que se procurou forjar - para falar numa linguagem marxista - foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante. (ARRUDA, 2007, p. 151).

Abram Szajman (25 dez. 2003) foi outra voz a alegar que a reforma trabalhista era um pré-requisito para que o país voltasse a crescer:

Em resumo, o problema não é 2004 ser melhor do que este ano. O desafio é garantir, por meio de reformas como a tributária e a trabalhista, entre outras medidas, que novos investimentos assegurem

um crescimento sustentado que vá além do mero aproveitamento da capacidade ociosa do aparelho produtivo.

Pior, sindicalistas ecoaram a posição pró-reforma trabalhista como saída para o crescimento econômico, embora enfatizassem que não aceitariam a retirada de direitos. Foi o caso de João Felício, então presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), central cujas principais lideranças tinham se incorporado ao governo ou viriam a fazê-lo. De acordo com a *Folha*, Felício declarou: “O Brasil só voltará a crescer e o desemprego a cair depois das reformas trabalhista, previdenciária e tributária.” (FERNANDES, 16 fev. 2003), disse o presidente da maior central de trabalhadores do país, que um dia fora símbolo de resistência às políticas conservadoras, opressivas, restritivas, concentradoras por parte de governos e do capital nacional e internacional. Felício só não disse como seria possível mexer na lei e manter direitos.

Nesse sentido, a central fazia coro com empresários dos mais diferentes setores da economia nacional e com os intelectuais que legitimavam e explicavam a necessidade da reforma trabalhista, como o economista Paulo Leme, do banco americano Goldman Sachs, que colocou a realização dessa e das demais reformas como meio para que o país crescesse 7% ao ano: “Seriam marco regulatório mais claro, reforma do Judiciário, a autonomia do Banco Central, a conclusão da Lei de Falências, a reforma trabalhista, a reforma sindical.” (BARROS, 2 jan. 2004).

A própria *Folha* se colocou explicitamente no sentido pró-reforma pela geração de empregos e crescimento econômico, mesmo diante de resultados que mostravam que a economia do país voltava a crescer, sem que a reforma na legislação trabalhista tivesse sido feita:

Segundo dados divulgados pelo IBGE, no primeiro trimestre do ano a economia completou nove meses de expansão, tendo alcançado o maior ritmo de crescimento desde o final de 1999. Os sinais de melhoria da atividade econômica, no entanto, não devem turvar a percepção dos grandes desafios que se apresentam para o país sustentar um processo de crescimento mais vigoroso e combater o desemprego e a queda de poder de compra dos trabalhadores. A lista é extensa e gira em torno de fatores que inibem o crédito, o investimento, o consumo, a continuidade da alta das exportações e uma aceleração sustentada das contratações, em particular no setor formal.

(...)

Os encargos trabalhistas oneram excessivamente as contratações no setor formal, estimulando a informalidade e a sonegação, que tanto prejudicam a arrecadação da Previdência Social. A reforma trabalhista que se faz necessária não avançou. (FOLHA DE S.PAULO, 30 maio 2004).

O argumento era o mesmo utilizado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), um dos símbolos da política neoliberal:

[O diretor-gerente do FMI, Rodrigo] Rato enfatizou a importância de seguir com reformas estruturais, como a aprovação de uma nova legislação trabalhista, a criação de um ambiente mais favorável ao investimento privado e o estímulo a uma maior concorrência entre os bancos, para manter o ritmo de crescimento. "Estamos num momento muito adequado, numa janela de oportunidade para continuar num processo de reforma." (SOLIANI, 4 set. 2004).

Ou seja, além da própria *Folha*, todos aqueles que poderiam soar como fontes confiáveis a grande parte dos leitores dos jornais, dadas suas posições sociais, diziam numa só voz: o governo brasileiro deveria reduzir a CLT, diminuir o número de exigências legais; logo, reduzir direitos, precarizar, se quisesse ver a economia do país entrar em rota de expansão. Mas a que custo social e trabalhista isso aconteceria? Ninguém perguntou, muito menos a *Folha* provocou essa reflexão. Pelo contrário, garantiu espaço àqueles que compartilhavam de opinião semelhante e poderiam contribuir com a solidificação desse posicionamento pró-reforma entre os leitores.

Foi o caso, por exemplo, do professor do departamento de Economia da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), José Marcio Camargo, convidado a participar de um debate sobre “neodesenvolvimentismo”, suscitado pelo colunista Antônio Ermírio de Moraes e por um artigo do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, dias antes.

No artigo “A sutileza de um Estado forte”, de 26 de setembro de 2004, Camargo falou da transição vivida pelo país naquele momento, entre um modelo de desenvolvimento que focava o Estado como indutor de crescimento e o modelo de economia de mercado em que o Estado não teria papel central. Disse que o primeiro modelo provocou três efeitos “perversos”: concentração de renda, estrutura produtiva “ineficiente e não competitiva” e endividamento.

Para que o novo modelo desse certo, superando as bases e os efeitos provocados pelo modelo anterior, o professor disse que era preciso reformar as instituições desenhadas para aquele modelo intervencionista, incluindo a legislação trabalhista. Essa era a saída para nossa economia crescer:

Como nossas instituições foram desenhadas para sustentar um modelo de estado intervencionista, reformá-las tornou-se fundamental para

que os mercados dêem os sinais corretos aos empresários e aos trabalhadores e os investimentos, tanto em capital físico quanto em capital humano, sejam realizados de forma eficiente. Daí a necessidade das reformas microeconômicas, como a nova Lei de Falências, a reforma da legislação trabalhista, a reforma da legislação tributária etc. Sem elas, a competitividade da economia diminui e ela não cresce.

Ou seja, o Brasil está transitando de um modelo de economia de comando, com planejamento estatal impositivo e concentrador de renda, para um modelo no qual a indução por mecanismos de mercado é a mola mestra do crescimento. (CAMARGO, 26 set. 2004).

Assim, o professor defendeu que as leis de mercado predominassem ainda mais sobre a relação capital-trabalho. Deixou claramente delimitado o projeto que seria ideal para a expansão econômica brasileira. Pensa reforma das instituições como meio de garantir eficiência na alocação de recursos, mas não considera o ser humano, nem mesmo os direitos que devem ser preservados na relação desigual que é a relação capital-trabalho; até porque numa relação marcada pela lógica de mercado tal consideração é desprezível, já que não há o fator humano nela e sim demandas, compra e venda.

Camargo prosseguiu explicando qual seria o papel do Estado nesse modelo de desenvolvimento:

[...] E, nesse novo modelo, além de reformar as instituições de tal forma a fazer com que elas tenham o papel de induzir eficiência na alocação de recursos, cabe ao Estado direcionar os recursos fiscais disponíveis para aqueles setores nos quais o investimento têm uma taxa de retorno privada menor que a taxa de retorno social, como educação, saúde e ciência e tecnologia. Um papel mais sutil do que no modelo anterior, porém mais sofisticado e não menos importante. (CAMARGO, 26 set. 2004).

Assim, o professor claramente defendeu e expôs como inevitável a adesão do país a esse modelo, que ele não nomeou, mas que é certamente o modelo neoliberal. Como todo discurso ideológico, naturaliza, universaliza, toma como inevitável algo que serve mais à legitimação do poder político de uma classe social que propriamente à sinalização de outras possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

O texto veio para justificar a tese de que medidas como a reforma trabalhista eram conseqüências de uma ordem econômica dada e que se o país não quisesse ficar para trás teria que fazer tal reforma, sob o preço de ser menos competitivo e, conseqüentemente, crescer menos. Não fazer a reforma trabalhista

significaria um anacronismo que sacrificaria o futuro do país. Era favorecer a posição dos perdedores (entre os quais poderia se incluir os críticos de tal modelo, como parte dos intelectuais, movimentos popular e sindical): “E é neste momento que a persistência no caminho escolhido, apesar das resistências redobradas dos perdedores, será capaz de gerar crescimento sustentável com melhor distribuição da renda.” (CAMARGO, 26 set. 2004)

Como bom discurso que visa à reprodução e sedimentação ideológica, os argumentos de Camargo naturalizam, tomam como inevitável uma medida que serve à elite econômica, a precarização da legislação trabalhista. Seria um destino ao qual o país estava fadado, não haveria como mudar. Assim, o artigo foi mais uma peça argumentativa que procurou mostrar a inevitabilidade da reforma trabalhista e os riscos para a economia nacional, caso tal medida não fosse implantada. Assim, a *Folha* procurou sedimentar a interpretação/ posição pró-reforma na mente de seus leitores, uma maneira de também pressionar o governo a realizá-la, segundo bases bem delineadas pelo jornal e os grupos empresariais com ele relacionados.

Na primeira edição de 2005, foi publicado artigo do diretor-executivo do Banco Itaú, Sérgio Werlang, intitulado: “Como crescer mais sem inflação”, no qual o banqueiro insistiu na tese da necessidade de o governo realizar a reforma trabalhista, entre outras medidas que tinham como preocupação garantir segurança para que o setor privado pudesse agir sem ser incomodado nem por movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nem pelo governo:

(...) é necessário um conjunto de reformas para que o Brasil volte a ter taxas de crescimento de longo prazo mais altas. A lista é longa, mas, sem dúvida, o item mais importante é a defesa do estado de direito e dos direitos de propriedade. Com efeito, para que uma empresa esteja disposta a investir no país, é fundamental que as regras sejam estáveis, que o governo não interfira em contratos (como o fez, por exemplo, no caso de telecomunicações, ao incentivar o público a entrar na Justiça contra o uso do índice de preço vigente nos contratos de concessão), que seja protegida a propriedade privada e que a Justiça seja ágil para determinar a solução de qualquer disputa.

Assim, dentre as medidas necessárias nessa parte estão: (1) controle eficaz das invasões de terra causadas, sobretudo, pelo MST (foi feito com sucesso no governo Fernando Henrique Cardoso); (...) (WERLANG, 1º jan. 2005).

Para o banqueiro, essas eram algumas das medidas que iriam propiciar um crescimento econômico mais expressivo que a média de 2,5% registrada

no período de 1991 a 2004. Medidas privatizantes, que mais procuravam assegurar a liberdade de agir sem ser incomodado para a elite econômica nacional, do que conotavam qualquer preocupação com o desenvolvimento do país que propiciasse redução da miséria e crescimento sustentado. A velha fórmula do Estado mínimo aparece aqui. Também não se poderia esperar outra opinião de um banqueiro, um dos setores que mais lucraram e se expandiram com a disseminação das políticas neoliberais.

Opinião que era compartilhada pela *Folha*, evidenciada pela edição do artigo, em que o jornal destaca no “olho” (trecho marcante do texto que é destacado graficamente para chamar a atenção do leitor):

É necessário um conjunto de reformas para que o Brasil volte a ter taxas de crescimento de longo prazo mais altas. O mais importante é a defesa do estado de direito e dos direitos de propriedade

Se fosse possível aumentar o superávit para 6% do PIB (via corte de gastos), o efeito seria muito benéfico, com os juros reais podendo baixar e a relação dívida/ PIB caindo fortemente (WERLANG, 1º jan. 2005).

Podia-se entender que a *Folha* tivesse escolhido destacar tais opiniões de seu convidado, devido à polêmica na qual elas se inseriam, já que, por exemplo, a idéia de aumentar o superávit primário era combatida por muitos movimentos sociais, por economistas, por parcelas do PT e de outros partidos políticos. Mas, o acompanhamento feito até aqui do discurso construído pela *Folha* não dá margem a essa visão mais superficial. O jornal destacou aquilo que ia ao encontro do argumento que vinha difundindo: as reformas (incluindo a trabalhista) eram pré-requisitos para o crescimento econômico. Era um recado para o governo no ano que começava e no qual haveria disputa eleitoral para a Presidência da República. Nas entrelinhas, pode-se ler um recado também para o leitor-eleitor: um governo que não implementara uma medida tão necessária à prosperidade do país deveria ser reeleito?

Em 15 de abril daquele ano, a *Folha* publicou matéria em que mostrava que a reforma trabalhista como meio para a retomada do crescimento era uma receita do FMI a ser seguida:

[...] o diretor gerente do FMI, Rodrigo de] Rato afirmou que, se o Brasil quiser aumentar sua taxa de crescimento, terá de promover mudanças na área trabalhista para tornar contratações e demissões mais baratas e desvincular receitas do Orçamento [...]

"Uma agenda de reformas clara é a melhor maneira de o Brasil conseguir aumentar seu potencial de crescimento nos próximos anos e

reduzir suas vulnerabilidades", disse Rato, ao comentar o fato de o FMI prever para a economia brasileira um crescimento abaixo da média mundial e da América Latina em 2005.

[...]

"A agenda é extremamente importante em termos de fazer com que o setor financeiro seja mais competitivo, para que o sistema orçamentário fique mais flexível e para que haja um aumento da capacidade de criar novos empregos por meio de uma reforma trabalhista", afirmou. (CANZIAN, 15 abr. 2005).

Faltava ao país uma agenda pró-reformas neoliberais, em síntese. O FMI cobrava a ação do governo neste sentido. Cobrança semelhante a que era feita pela *Folha* e seus colaboradores, demonstrando o quão o jornal contribuía para difundir e sedimentar a ideologia neoliberal.

O colunista Elio Gaspari escreveu artigo em que se colocava como favorável a tais posições, sem deixar de atacar o movimento sindical (incluindo entidades patronais como o Sistema S):

A referência do diretor-geral do FMI, Rodrigo de Rato, à necessidade de reforma das leis trabalhistas brasileiras é um caso clássico de jabuti em forquilha. O patronato e os chamados "mercados" estão prontos para transformar o tema numa prioridade do debate nacional. É bom que o façam.

Pelos furos e pelo cheiro, a Consolidação das Leis do Trabalho, a popular CLT, transformou-se num queijo suíço. Metade da mão-de-obra nacional está na informalidade. Portanto, quando os "altos companheiros" das centrais sindicais falam em defender direitos dos trabalhadores, referem-se quase sempre à banda que lhes sustenta o poder. É sempre bom lembrar que cada empregado com carteira assinada trabalha ao menos um dia por ano para custear o aparelho sindical.

O patronato, que detesta pagar encargos, está de olho nos direitos da metade do mercado formal. No barato, gostariam de diluir o 13º salário e acabar com a multa de 40% sobre o FGTS dos trabalhadores demitidos sem justa causa. Vale lembrar que as guildas patronais e o famoso Sistema S apropriam-se de cinco dias de serviço do mesmo trabalhador que entrega um ao seu sindicato. Basta falar em mexer nessa caixa-preta para que os doutores mudem de assunto. Desde 1965, quando o governo Castello Branco criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, substituindo a indenização por dispensa e estabilidade dos trabalhadores com mais de dez anos de casa, não se vê uma batalha do tamanho da que vem por aí. A ekipekonômica do doutor Roberto Campos estava mais próxima dos interesses dos trabalhadores do que seus críticos.

O tamanho da economia informal, as microempresas de fancaria, os planos de saúde e a previdência privada indicam que a defesa pura e simples da CLT pode vir a ser um erro semelhante ao que se cometeu no combate ao FGTS. A entrega do assunto a grupos de trabalho semicorporativos, como se tentou fazer com a reforma sindical em 2003, acabará em nova montagem de um camelo anfbio. É bonito fingir que a defesa do interesses dos trabalhadores pede a

blindagem da CLT, para depois dizer que ela foi mudada por culpa do FMI, do Consenso de Washington e da conversão de Lula à teologia das sungas coloridas. É bonito, mas é demagogia inútil. A informalidade (estimulada durante os oito anos de tucanato) implodiu a CLT. O mercado de trabalho brasileiro só retornará à racionalidade quando o mercado negro de mão-de-obra for atraído de volta ao mundo das leis sociais e tributárias. (GASPARI, 15 jan. 2005).

Gaspari contribuía para a tese de que não fazer a reforma trabalhista era não permitir que o país crescesse, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, atribuía principalmente ao movimento sindical de trabalhadores e a CLT a culpa pelo atraso do país. Frente a tantos argumentos, quem poderia discordar da *Folha* e de seus renomados colaboradores?

Quem iria duvidar de Rogelio Golfarb, presidente da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores)? Frente à crise da gigante Volkswagen, a *Folha* publicou entrevista com o líder empresarial, que explicava o documento que a entidade preparava para ser entregue ao novo presidente da República, “alertando sobre a necessidade de o país ser mais competitivo no cenário internacional”, como destacou o jornal na abertura da entrevista. Para tanto, o texto iria propor: “corte de despesas de custeio, reformas da Previdência e trabalhista e até em flexibilização para importações em alguns segmentos”. E a *Folha* destaca a constatação que não era só do empresário, mas também dela própria, como pode-se concluir a partir de tudo que foi visto até aqui: “‘O Brasil precisa crescer mais’, diz.” (PRADO, 17 set. 2006).

E o empresário continuou:

Uma das preocupações para o país crescer mais é aumentar a taxa de investimento. Aí tem a questão do ajuste fiscal, que é o ponto de partida. Tem que trabalhar as despesas de custeio do governo e a Previdência, que é um dos grandes problemas da dívida interna brasileira. A reforma trabalhista também é importante. Se fizermos isso, a redução de custos permitirá que o governo tenha mais dinheiro para investir e que ele possa reduzir a carga tributária do setor privado para que este possa crescer. Esse é o caminho. Temos também que fazer o alerta da questão competitiva. É preciso atacar a competitividade brasileira como questão fundamental. (PRADO, 17 set. 2006).

Ou seja, o empresário deixou clara sua preocupação de que o próximo governo criasse condições para garantir a “competitividade” e o crescimento da economia brasileira. Para isso, era necessário facilitar a vida do empresário, fazendo a reforma trabalhista e reduzindo custos. Essas eram as reivindicações do setor

automotivo que seriam apresentadas (e cobradas) do próximo governo. Em nenhum momento se comenta quanto de tudo isso iria sobrar para a maioria da população, incluindo aí os trabalhadores, cujos direitos seriam colocados em risco em prol desse tal crescimento.

Passadas as eleições e conhecido o resultado que dava ao presidente Lula o segundo mandato, a preocupação da *Folha* e de seus colaboradores era que a agenda pró-reformas fosse retomada, como uma forma de garantir mais investimentos para o país e tal crescimento econômico. Foi o que disse o economista José Marcio Camargo, em entrevista à coluna “Mercado Aberto”, de Fernando Barros, em 16 de novembro de 2006, intitulada: “Lula deve atacar incertezas para fazer o PIB crescer 5%”.

Para elevar a taxa de crescimento do PIB para 5%, o economista José Márcio Camargo, sócio da consultoria Tendências, diz que o governo deveria ter como prioridade eliminar as incertezas que ainda predominam sobre a economia. Só com o fim delas será possível aumentar os investimentos privados.

São muitas as incertezas que povoam a economia. Entre elas, Camargo cita, por exemplo, a falta de um marco regulatório para diversos setores, as dúvidas que ainda existem sobre a autonomia das agências regulatórias, a complicação tributária e a insegurança quanto aos investimentos em infra-estrutura.

(...)

Só mesmo se o governo reduzir as incertezas, segundo o economista, o país terá ganhos de produtividade sobre os investimentos. Camargo também afirma que seria importante, para melhorar essa relação entre investimento e PIB, o governo encaminhar as reformas estruturais, principalmente a tributária e trabalhista, já que existem muitas resistências à reforma previdenciária. (BARROS, 16 nov. 2006).

O caminho indicado por Camargo não destoava daquele traçado por outros empresários, intelectuais e do FMI a quem a *Folha* deu voz. Tanto é que dias depois, o jornal publicou a notícia: “FMI diz que país precisa se livrar de ‘taxa de crescimento anêmica’” (PATU, 1º dez. 2006), em que enfatizou a cobrança do Fundo pela retomada da agenda reformista como condição para o crescimento:

A diferença é que [a diretora do Departamento Fiscal do FMI] Ter-Minassian não se preocupou com as conveniências políticas que limitam as opções do governo. No seu entender, limites quantitativos para os gastos -uma das principais opções em estudo na área econômica- são insuficientes. Ela defendeu reformas estruturais nas áreas trabalhista, judiciária e previdenciária, além de mais abertura comercial e maior liberdade para conter despesas sociais. (PATU, 1º dez. 2006).

Uma cobrança do Fundo, dos maiores empresários do país, de intelectuais e da *Folha*, não da maioria da população, nem de lideranças sindicais, muito menos dos trabalhadores. É sempre preciso ressaltar. O jornal canalizava e difundia o projeto esperado do governo, no qual a reforma trabalhista continuava em pauta. Um projeto que não era do interesse de todos, mas para reforçar a divisão de classes e a estrutura econômica e social desigual.

Assim, a *Folha* contribuiu para a arquitetura e a difusão de um discurso pró-reforma trabalhista, recheado de muitos argumentos que não davam margem à discussão e construído de maneira a praticamente calar vozes destoantes, que problematisassem tais argumentos e tal projeto. Ainda que em algumas edições o jornal tenha trazido artigos de sindicalistas e intelectuais que tinham visões destoantes do discurso construído pelo jornal, apenas um ponto de vista sobre a medida prevalece, como será visto a seguir. Assim, como a maioria dos leitores poderia pergunta algo senão “como uma medida tão importante para gerar empregos e para o país crescer é adiada pelo governo”? Como o governo pode ser tão negligente, irresponsável?” O leitor é levado a aceitar como válida e imprescindível mais uma medida da agenda (para usar o termo do FMI) neoliberal, sem que haja de fato margem para a crítica, para o debate que pudesse mostrar o contexto e as relações que estavam por trás de tal proposta, vendida como a “salvação nacional”, mas que de fato atendia aos anseios de classe da elite econômica neoliberal nacional e internacional.

Afinal, que tipo de crescimento era defendido por tal classe, senão aquele que garantisse maior liberdade para o lucro e para o trânsito de capital, para especulações, para “investimentos” que mais mascarariam ações voltadas para a exploração da mão-de-obra, sem qualquer preocupação com as condições de trabalho e de vida da população? Crescimento para quem? É o ideário neoliberal, concentrador de renda e criador de desigualdades que está sob as alegações aqui apresentadas. Era com a difusão desse ideário que a *Folha* estava comprometida. A idéia de crescimento econômico era só uma desculpa para fazer com que a reforma trabalhista ganhasse a adesão da maioria da população e assim forçasse o governo a realizá-la. Afinal, mexer na relação capital-trabalho é um item fundamental da agenda neoliberal.

2.6 - Fontes “adequadas”

Como qualquer veículo de comunicação, a *Folha* não fala só por si e para si. A construção do discurso neoliberal pró-reforma trabalhista foi feita com a ajuda de jornalistas da própria *Folha*, intelectuais e com diversos nomes relevantes do empresariado nacional. Foi a eles que o jornal deu amplo espaço, foram suas opiniões aquelas repercutidas e amplificadas e dificilmente problematizadas. Fontes e colaboradores foram escolhidos para dizer aquilo que o jornal queria dizer, para validar posições e, ao mesmo tempo, contribuir para a legitimidade da idéia de que as leis trabalhistas deveriam ser flexibilizadas e, conseqüentemente, a relação capital-trabalho fosse precarizada, dando maior liberdade de atuação para o grande capital, que precisava contar com todas as condições favoráveis para ampliar seus lucros, mesmo que às custas da abolição de direitos resultantes de lutas históricas travadas pelos trabalhadores.

Foi dando voz àqueles que compartilhavam da mesma ideologia, que a *Folha* difundiu e cobrou a realização da reforma trabalhista. Até porque não basta querer e ter opinião fundamentada sobre o assunto ou ter uma posição representativa na sociedade para que o jornal permita a publicação de um artigo na coluna Tendências/ Debates, por exemplo. É preciso que essa opinião e essa posição social estejam sintonizadas com a linha editorial do jornal, que por sua vez é a manifestação de uma ideologia defendida e difundida por ele.

Assim, empresários e intelectuais que defendem a flexibilização das leis trabalhistas tiveram muito mais espaço que sindicalistas, partidos de esquerda ou outros especialistas que discordavam da necessidade de uma reforma trabalhista ou do conteúdo das mudanças que deveriam ser feitas. Antonio Ermírio de Morais, Benjamin Steinbruch, Abran Szajman, Paulo Skaf, Cláudio Vaz, Guilherme Afif Domingos, José Pastore, Ruy Martins Altenfelder, Leôncio Rodrigues, Marco Antonio Oliveira e José Marcio Camargo foram os expoentes consultados e convidados pela *Folha* para reforçar e contribuir com o discurso pró-precarização.

Eles tiveram muito mais espaço que o concedido a lideranças e intelectuais como Plínio de Arruda Sampaio, Ricardo Antunes, Paul Singer, João Felício, Paulo Pereira da Silva, José Maria de Almeida, que até tiveram suas opiniões divulgadas, mas em menor número que o das fontes empresariais, embora também não sejam os únicos a ter uma opinião dissonante sobre a reforma trabalhista.

Aliás, não é exagerado dizer que as fontes empresarias e os intelectuais alinhados a elas tiveram espaço garantido para alimentar o discurso neoliberal pró-reforma trabalhista, já que foram fontes constantes para entrevistas e tinham colunas semanais no jornal (caso de Steinbruch e Antonio Ermírio, por exemplo).

São eles que, junto aos jornalistas responsáveis por colunas, editoriais e matérias, ajudaram a pouco a pouco apresentar ao leitor um conjunto de motivos para ser favorável à reforma trabalhista e a calar, ocultar, ignorar, desqualificar a opinião, os argumentos contrários a essa posição.

Durante o período analisado, a *Folha* chegou a consultar fontes como Ricardo Antunes, Paul Singer, os então dirigentes das maiores centrais sindicais brasileiras - Paulo Pereira da Silva (Força Sindical) e João Felício (CUT) – ou lideranças de esquerda não alinhadas com o governo Lula, como José Maria de Almeida. Mas suas opiniões foram pouco repercutidas ou inseridas num contexto em que pareciam “um grito na multidão”, frente à avalanche de matérias pró-precarização que foi publicada. A presença do “outro lado” foi tímida nas edições analisadas.

Em 19 de abril de 2005, a *Folha* publicou uma entrevista com Ricardo Antunes, professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp e pesquisador das relações trabalhistas e das transformações vividas pelo mundo do trabalho, especialmente a partir da implantação das políticas neoliberais. Antunes era uma das vozes descontentes com os rumos do governo Lula. Uma voz que poderia ter sido “explorada” no melhor sentido da palavra para dar ao leitor uma outra visão sobre o que poderia ser a reforma trabalhista e sobre o movimento sindical brasileiro, apontando outros pontos de vista, alternativas diferentes daquelas publicadas até então. Mas, não foi esse o enfoque dado pelo jornal à conversa com sua fonte.

A entrevista tocou na história do novo sindicalismo, praticado nos anos 1970 e 80, no qual o presidente Lula se fez enquanto liderança social, e tratou das transformações pelas quais passou o movimento sindical desde então e, principalmente, durante o governo Lula.

Folha - E o sindicalismo hoje?

Antunes - Ele adquiriu traços novos, que podem ser vistos na configuração da CUT. Ela abandonou o vínculo que tinha com as lutas sociais e hoje é muito mais negociada e distante da base. A simbiose entre CUT e governo Lula é intensa, um tipo de neogetulismo.

Folha - Como agiu o Lula nessa mudança?

Antunes - Lula passou por um monumental processo de regressão social, política e ideológica. Lula foi nosso líder sindical mais importante no século 20. Nunca houve um líder sindical com a densidade social dele. Essa densidade, desnecessário dizer, ficou nos anos 80. A densidade dele hoje é de outro tipo. Tornou-se um político profissional, líder de uma máquina partidária que pratica o poder de modo igual aos partidos que criticou. Hoje valem a política tradicional e muito pouco os interesses dos trabalhadores. (MACHADO, 19 abr. 2005).

A *Folha* explorou na seqüência as incoerências de Lula, questionando se ele poderia “ser alvo das críticas que ele fazia 30 anos atrás”. Antunes respondeu: “Certamente. Ele foi tragado por aquilo que ele, como ninguém, denunciou nos anos 70. Hoje ele é a expressão daquilo que condenava há 30 anos.” (MACHADO, 19 abr. 2005).

Em seguida, o jornal quis saber o que Antunes esperava do futuro do sindicalismo brasileiro:

Folha - Quais são as perspectivas para o sindicalismo?

Antunes - Um desafio fundamental é representar a totalidade da classe trabalhadora, que é estável e instável, qualificada e não-qualificada. O quadro atual nos coloca um desafio: não basta um sindicalismo herdeiro do peleguismo e não basta o sindicalismo negocial. A terceira alternativa é um sindicalismo que faça a reivindicação econômica articulada com uma atuação sociopolítica.

Folha - Por qual caminho o sindicalismo vai seguir?

Antunes - Se a reforma sindical proposta pelo governo for aprovada, o que penso que seria negativo, teremos uma cupulização forte e vai fortalecer especialmente a segunda tendência. Se não for aprovada, fortalecerá a retomada do sindicalismo de base. (MACHADO, 19 abr. 2005).

E Antunes mostrou, novamente, a incoerência entre o Lula presidente e o Lula metalúrgico, em relação à legislação trabalhista:

Folha - Ou seja, o governo Lula não contribui...

Antunes - Ao contrário. A legislação social no Brasil foi criada por Getúlio, um estancieiro que, sob pressão dos trabalhadores, foi forçado a criar uma legislação social protetora do trabalho. Falo da legislação trabalhista -que é positiva-, não da sindical. Agora cabe a um artífice metalúrgico, sob pressão dos capitais, destruir a legislação do trabalho criada por Getúlio e, desse modo, reestruturar a dimensão sindical no Brasil ao contrário das bandeiras que os sindicatos lutavam na segunda metade dos anos 70 e 80.

Folha - Essas mudanças são positivas ou negativas?

Antunes - Negativas. Os traços negativos ele preserva, e os traços positivos do getulismo, que eram decorrentes das lutas sociais, esses traços da legislação social do trabalho, pela qual os trabalhadores lutavam desde o século 19, esse traço o Lula está desmontando. (MACHADO, 19 abr. 2005).

Antunes expôs sua avaliação sobre o governo Lula e a postura deste frente à legislação trabalhista, evidenciando as incoerências do ex-líder metalúrgico e do movimento sindical, especialmente o cutista, em relação às lutas dos trabalhadores. Uma rara vez em que a *Folha* permitiu a publicação de uma opinião tão destoante, tão contundente, que mostrava que o governo Lula não era o sonho que a maior parte da esquerda brasileira e dos movimentos sociais acreditava que seria, quando apoiaram as sucessivas candidaturas.

Contudo, a entrevista foi publicada no contexto em que a *Folha* atacava duramente o movimento sindical brasileiro, levantando dúvidas sobre a honestidade dos líderes sindicais e sobre a necessidade de ainda existirem sindicatos, como foi dito anteriormente. Assim, a entrevista foi inserida num quadro em que o jornal procurava desabonar o movimento sindical e as críticas feitas por Antunes podem ter servido muito mais para reforçar que o movimento sindical já não era tão necessário, embora Antunes diga que é possível a retomada do sindicalismo de base. Mas, frente ao conjunto de matérias com conteúdo anti-sindical, tal entrevista pode não ter contribuído para que o leitor diferenciase formas de fazer sindicalismo, dirigentes sindicais e enxergasse esperanças para as entidades de trabalhadores. Assim, na prática, ao invés de apresentar um outro ponto de vista, a matéria pode ter servido para reforçar a crítica ao governo e ao presidente que já vinha sendo feita pela *Folha*.

Percebe-se que, ao jornal não interessava repercutir a possibilidade indicada por Antunes, somente acusar os sindicatos. Tanto é que, dias depois, na já mencionada matéria “Para especialistas, sindicato perdeu identidade”, a opinião de Ricardo Antunes sobre os rumos do movimento sindical foi secundarizada, frente à dos demais especialistas que tinham discurso anti-sindical.

José Maria de Almeida também foi uma das fontes da esquerda mais citadas pela *Folha* no período analisado. Foram seis ocasiões dispersas nas edições analisadas, incluindo dois artigos na coluna “Tendências/Debates” (nada aproximado às inserções semanais de Benjamin Steinbruch ou de Antonio Ermírio de Moraes, muitas das quais foram utilizadas para defender a necessidade da reforma trabalhista). Um número expressivo frente ao de outras lideranças que tinham opiniões diferentes daquelas que eram majoritariamente divulgadas pelo jornal.

No caso das matérias, José Maria (como é mais conhecido) foi uma fonte requisitada em pautas que tinham como enfoque a crítica ao governo ou a

alguma medida governamental, como, por exemplo, a proposta de reforma sindical formulada pelo Fórum Nacional do Trabalho, a qual não retirou das centrais sindicais o poder que a *Folha* apregoava que fosse retirado.

As críticas feitas por José Maria e outras lideranças e especialistas eram no sentido de que o projeto que concentrava poder nas mãos das centrais sindicais, em detrimento dos demais sindicatos - inclusive aqueles que criticavam as políticas adotadas pela Força Sindical e CUT – e que assim inviabilizava tais entidades e atrelava o movimento sindical ao governo. Além disso, ao fortalecer as centrais, a reforma poderia abrir as portas para a flexibilização da legislação trabalhista, já que, atreladas ao governo como estavam, não tenderiam a organizar os trabalhadores para resistir a qualquer ataque.

Correntes sindicais de esquerda da CUT já manifestaram no passado interesse em transformar sindicato regional em uma organização nacional com a intenção de aumentar o poder de negociação em nome dos trabalhadores, o que não foi para a frente. "Agora a CUT tem o apoio do governo e dos empresários para implementar o que já queria, a subordinação dos sindicatos", diz.

O banco de horas, por exemplo, iniciativa que flexibilizou a jornada de trabalho em troca na manutenção de empregos, é algo aceito pelas centrais e contestado por parte das correntes que atuam dentro da entidade. "Se as centrais obtiverem o direito de negociar e contratar sem ouvir a base, elas podem flexibilizar direitos que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] através da própria negociação. Isso gerou um terremoto na base da CUT", afirma Almeida. (FERNANDES, 1º mar. 2004).

Foi neste momento em que parte do movimento sindical se preparava para resistir àquilo que lhe era uma ameaça e para *Folha*, um projeto que não interessava porque não enfraquecia o movimento sindical como apregoava (como foi exposto anteriormente), que a matéria divulgou o protesto que seria feito pela parte descontente do movimento sindical:

Reação

Sindicatos descontentes com o andamento da reforma sindical marcaram para 13 e 14 de março um encontro em Brasília para lançar um movimento contra o modelo sindical delineado no fórum. "A reforma fere um princípio da OIT [Organização Internacional do Trabalho], que é o da liberdade sindical. A criação de sindicatos agora terá de ser autorizada pela central", diz Almeida.

Para Jorge Luís Martins, diretor da Executiva da CUT que disputou com Luiz Marinho a eleição da central, a organização sindical proposta pelo fórum "engessa" o movimento sindical. (FERNANDES, 1º mar. 2004).

Tanto era manifestação de oportunismo que o espaço concedido pela *Folha* a tais críticas foi pontual, nas edições seguintes não se viu mais qualquer repercussão sobre o movimento contra a reforma sindical por parte de entidades de trabalhadores e partidos como o PSTU.

Somente um ano depois é que o jornal publicou o artigo “Reforma cria superpelegos”, na coluna “Tendências/ Debates”, em que José Maria expôs as críticas à reforma sindical:

O projeto da reforma sindical articulada pelo governo Lula, CUT, Força Sindical e empresários é um tiro certo nos direitos históricos dos trabalhadores. Como se não bastasse dar maior poder às cúpulas pelegas das centrais sindicais e restringir duramente o direito de greve, o próprio projeto antecipa a reforma trabalhista, colocando em xeque direitos fundamentais, como o 13º, as férias e a licença-maternidade. O projeto, da forma como foi remetido ao Congresso, exclui o "princípio do uso da norma mais benéfica aos trabalhadores". Hoje, caso duas leis sobre o mesmo assunto se choquem, prevalece a que mais beneficia o trabalhador. No atual projeto esse item some, abrindo caminho para a retirada de direitos.

Dessa maneira, a reforma sindical quer instituir o princípio de que o negociado prevalece sobre o legislado. Ou seja, todas as conquistas dos trabalhadores seriam passíveis de negociação entre patrões e empregados. Férias, licença-maternidade, 13º, horas extras, tudo isso poderia ser "negociado". Como se não bastasse, o empresariado ainda está fazendo uma mobilização para que a reforma sindical tramite juntamente com a trabalhista, a fim de garantir a completa retirada de direitos. (ALMEIDA, 21 abr. 2005).

Foi uma rara oportunidade de uma voz destoante combater argumentos pró-precarização e anti-sindicais, no mesmo espaço que fora usado por empresários e intelectuais pró-reformas trabalhista e sindical. Como dito antes, um “grito na multidão” - à semelhança do que ocorreu com a opinião de Ricardo Antunes - em meio à sucessão de matérias, entrevistas e artigos que apregoavam a preponderância do negociado sobre o legislado e o fim das entidades sindicais.

Contudo, a publicação de tal artigo pode ser vista como um meio de combater o projeto que não era do agrado de boa parte dos empresários e da *Folha*, que antes desejavam a reforma trabalhista ou preferiam que a reforma sindical fosse discutida em conjunto com a trabalhista. Assim, ao mesmo tempo em que passa um verniz democrático sobre todo o ataque feito à organização dos trabalhadores e a legislação trabalhista, o jornal pode ter se aproveitado da opinião divergente para criticar o governo por agir de forma desinteressante ao empresariado nacional, incluindo os detentores do Grupo Folha.

Outra oportunidade como essa foi concedida somente um ano e oito meses depois, noutro texto em que José Maria utilizou o espaço da coluna “Tendências/ Debates” para atacar bases do discurso pró-reformas (da Previdência, trabalhista e tributária) utilizados por empresários e pela própria *Folha*. Quanto à reforma trabalhista, ele disse:

Por outro lado, atacam as leis trabalhistas e a organização sindical para permitir a flexibilização ou mesmo eliminação de direitos trabalhistas. Demonizam o FGTS e a multa de 40% a ser paga sobre o seu saldo ao trabalhador demitido, querem "limpar" a CLT e o artigo 7º da Constituição, atingindo férias, 13º, licença maternidade etc. Com a maior "cara-de-pau", dizem que isso permitiria gerar mais empregos e renda ao trabalhador.

Tampouco tem fundamento. Todas as experiências de flexibilização de direitos tiveram efeito contrário: geraram aumento do desemprego e empobrecimento da maioria da população. Na Espanha (décadas de 1980 e 1990), o desemprego saltou de 10% (antes da flexibilização) para 22%; na Argentina, o desemprego, que estava em 6% no final da década de 1980, chegou a 20% com o processo de flexibilização iniciado em 1991; no Chile, o desemprego cresceu e chegou a 20% depois da reforma de 1978/1979; na Colômbia, foi de 5% ou 6%, em 1985, para 20% depois de aprovada a reforma trabalhista. (ALMEIDA, 19 dez. 2006).

Outro momento raro, em que a *Folha* se lembrava de um dos postulados do modo de fazer jornalismo que ajudou a difundir e consolidar, lembrava-se de ouvir o “outro lado”, de dar vazão para opiniões divergentes. Momentos raros, que mais procuravam reforçar o rótulo de veículo plural e democrático que tornou o jornal famoso na época das “Diretas Já”; enfim, mais uma demão de verniz pluralista, do que de fato uma preocupação com a tal imparcialidade e com o nível e diversidade de informação proporcionada ao leitor.

Paul Singer foi requisitado em duas ocasiões. Ambas na coluna “Tendências/ Debates”. Singer é professor de economia da USP e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho na gestão Lula. Foi também secretário de Planejamento da gestão da petista Luiza Erundina, prefeita de São Paulo (1989-1993). A história dele se entrelaça com a história do PT, partido que ajudou a criar, é uma das principais referências no pensamento de esquerda no país. Mas com ele não foi diferente, foi pouco requisitado, frente ao conhecimento e as contribuições que poderiam trazer para o debate sobre a legislação trabalhista e mudanças na relação capital-trabalho no país.

Diferente disso, a *Folha* entrevistou Singer apenas uma vez, em fevereiro de 2003, pouco mais de um mês após a posse de Lula em seu primeiro mandato. A entrevista abordou a manutenção da política econômica do governo petista sobre as mesmas bases daquela implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, reforma da previdência, Fome Zero, mas se concentrou mais sobre a opinião de Singer de que naquele momento ainda havia pouco debate no PT sobre os rumos do governo. Embora o economista achasse muito cedo para conclusões - até porque via que existia dentro do partido uma torcida para que o governo desse certo - a *Folha* fez de tal avaliação o título da entrevista, num tom crítico ao governo que então se iniciava: “Falta debate no governo, diz Paul Singer” foi o título.

Ou seja, muito diferente de explorar o conhecimento que o economista tinha sobre o Partido dos Trabalhadores e suas expectativas e projetos para o novo governo, o jornal procurou enfatizar críticas ao governo que então se iniciava.

Singer só voltou às páginas do jornal dois anos depois, em 30 de abril de 2005, na mencionada edição em que a *Folha* perguntava na coluna “Tendência/ Debates”: “A CLT é um entrave à expansão do emprego?”. Singer disse “não”, dizendo que a legislação era uma conquista dos trabalhadores e explicando que

O que ele em geral não percebe é que, se houvesse eliminação de direitos trabalhistas sob qualquer forma, o resultado seria uma redistribuição regressiva da renda, dos empregados aos empregadores. Portanto tudo o mais mudaria, pois à perda do salário indireto pelos trabalhadores corresponderia um ganho adicional de lucro pelos empregadores.

Essa transferência de renda de pobres a ricos afetaria a demanda total por bens e serviços, porque a proporção da renda gasta em consumo é muito maior entre os empregados do que entre os patrões. A eliminação total ou parcial da CLT reduziria a demanda total de consumo, pois a queda do gasto dos trabalhadores não seria, nem de longe, compensada pelo aumento de gasto daqueles que os empregam. Essa redução da demanda total inevitavelmente diminuiria o nível de produção e de emprego. (SINGER, 30 abr. 2005).

Outro especialista que poderia dizer mais do que lhe foi permitido foi Plínio de Arruda Sampaio. Militante político desde os anos 1950 e um dos fundadores do PT, Plínio teria muito a contribuir com o debate sobre mudanças nas relações trabalhistas no Brasil, como resume a abertura de uma entrevista feita pela revista *Caros Amigos* a Plínio:

Ele é militante há cinquenta anos – começou na Juventude Universitária Católica, a JUC, nos anos dourados, entrou na AP (Ação Popular) quando atuava como deputado do PDC no governo João

Goulart, e seguiu na esquerda durante o exílio logo após a sua cassação. Socialista e católico, foi um dos idealizadores do PT. Professor, promotor, advogado, duas vezes deputado, Plínio de Arruda Sampaio irradia a integridade dos que lutam a vida inteira por uma causa: a dos mais fracos. O longo caminho ideológico percorrido entre o berço de ouro e a esquerda do PT é resultado dessa devoção. Em nome dela, ele está mais uma vez disposto a lutar. Agora para salvar o partido que lhe parece cada vez mais distante do sonho libertário que o gerou. Seu recado: o PT tem de voltar a ser PT. (GLASS, 2005).

Plínio rompeu com o PT em 2005, passando a militar pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Por sua história e sua visão crítica seria uma fonte importante para ampliar o debate sobre a reforma trabalhista e suas implicações. Seria. Ao longo do período analisado, porém, apareceu apenas uma vez na coluna “Tendências/ Debates”, quando era candidato ao governo do Estado de São Paulo. O assunto foi o desfecho da greve na montadora Volkswagen. Não foi requisitado em nenhum momento para opinar no “debate” sobre a reforma trabalhista.

Se intelectuais renomados e reconhecidos como Ricardo Antunes, Plínio de Arruda Sampaio e Paul Singer despertaram pouco interesse da *Folha*, o que dizer de lideranças sindicais? O movimento sindical brasileiro foi reduzido a três representantes: Paulo Pereira da Silva (presidente da Força Sindical), João Felício (enquanto era presidente da CUT e, depois, como secretário de relações internacionais da entidade) e Luiz Marinho (enquanto presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de ABC, depois como presidente da CUT e, mais tarde, ministro do Trabalho e da Previdência do governo Lula). Ainda sim, eles apareceram em poucos momentos.

Foram seis os momentos em que Paulo Pereira da Silva foi fonte em matérias relacionadas com a reforma trabalhista ou a reforma sindical. A posição do sindicalista não foi um contraponto em relação à linha de argumentação da *Folha* nem do governo, no entanto.

O espaço mais expressivo que o sindicalista teve foi na coluna “Tendências/Debates”, de 24 de março de 2005. Nela Paulinho, como é mais conhecido, defendeu o projeto de reforma sindical que havia sido produzido pelo Fórum Nacional do Trabalho e encaminhado ao Congresso. O sindicalista procurou rebater críticas ao projeto.

Não é segredo que existem centenas de sindicatos de fachada, de trabalhadores e patronais, cujos dirigentes se apoderam do Imposto Sindical e das contribuições de forma vergonhosa, imoral e antiética, para usar o dinheiro em benefício próprio, sem prestar contas ou qualquer serviço aos trabalhadores e empregadores que representam.

[...]

A proposta de reforma aponta caminhos e mudanças importantes na estrutura sindical. E, deixemos bem claro, ela não tira direitos dos trabalhadores, cujas conquistas continuam preservadas. Mente quem afirma o contrário.

Que a atual estrutura sindical é arcaica e ineficiente todo mundo sabe. Ela foi criada em 1930, numa dada situação histórica, com grandes vantagens para os trabalhadores, é claro. Mas nessas sete décadas a economia mudou e as relações trabalhistas se transformaram. Hoje, por exemplo, há mais diálogo do que confronto. (SILVA, 24 mar. 2005).

O sindicalista era favorável ao projeto e chamou de “mentirosos” aqueles que tinham opinião divergente, desqualificando qualquer crítica.

Posteriormente, na matéria “Para especialistas, sindicato perdeu identidade”, que atacou o movimento sindical mostrando o quão inútil seria as entidades de trabalhadores, Paulinho colaborou com a visão preconceituosa difundida pela *Folha*, ao não rebater qualquer crítica ao movimento sindical:

Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, diz que, hoje, os sindicatos são voltados à negociação. "A greve só é usada em último recurso. Boa parte dos sindicatos está se adaptando à nova realidade. Alguns ficaram no radicalismo. Outros foram para a direita e se "pelegaram" de vez." (FERNANDES, 1º maio 2005).

Paulinho atestou a mudança de conduta do movimento sindical, mais voltado à negociação com os empresários do que ao embate em prol dos trabalhadores, da qual a Força Sindical foi precursora a partir de sua fundação, em 1991. Ou seja, o sindicalismo não era mais o mesmo, o que reforçava a tese anti-sindical defendida pela *Folha*.

João Felício foi mencionado pela *Folha* em sete ocasiões, em matérias e também numa coluna “Tendências/ Debates”. Mas, assim como aconteceu com Paulinho, as consultas à CUT foram esparsas. Foram três ocasiões nos anos de 2002 e de 2003. Depois, a entidade só voltou a ser citada, em matérias relacionadas com as reformas trabalhista e sindical, três anos mais tarde, no último ano do primeiro mandato de Lula.

Em todas as vezes que sua opinião foi citada, o sindicalista mostrou-se mais contundente, no primeiro momento, na cobrança por participação das entidades sindicais nos conselhos e fóruns governamentais e, depois, na defesa do conteúdo que acreditava ser ideal para ambas as reformas. No entanto, tal contundência não implicou num posicionamento veemente diante da possibilidade de retirada de

direitos, tão alardeada pela *Folha* e do interesse dos empresários, a qual o próprio governo não fez muita questão de refutar. Até porque a própria CUT cada vez mais se misturava ao governo, quer estando em conselhos e fóruns, quer ocupando ministérios e outros cargos de confiança, como comemorou Felício, em 2003:

Temos participado com prazer de todos os fóruns propostos pelo atual governo para discutir questões relativas à vida dos trabalhadores e da população. Nunca, nestes 20 anos de existência, tivemos um interlocutor que nos respeitasse e reconhecesse a nossa importância. Com o presidente Lula, essa possibilidade é real. (FELÍCIO, 1º maio 2003).

Assim, a CUT não era mais profunda em suas críticas a qualquer possibilidade de retirada de direitos, muito menos arrojada no tipo de reforma trabalhista que reivindicava. O conteúdo da reforma trabalhista reivindicada pela CUT se restringia à redução da jornada semanal de trabalho e limitação do número de horas extras. Foi o que disse Felício na coluna “Tendências/ Debates”, o maior espaço que o sindicalista obteve no período analisado:

No âmbito da reforma trabalhista, a CUT propõe alterações importantes na CLT, todas baseadas na ampliação do atual patamar de direitos já assegurados. É necessário um novo código trabalhista para o país.

Mais do que uma legislação sobre direitos mínimos, o equilíbrio nas relações de trabalho requer a existência de sindicatos livres, autônomos, representativos e independentes, por isso a necessidade da legalização imediata das centrais sindicais e a implementação dos contratos coletivos nacionais e a organização por local de trabalho. A CUT também defende a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e benefícios e a limitação das horas extras, bem como a efetiva fiscalização e coibição do trabalho escravo e degradante e do trabalho infantil. No entanto sabemos que só haverá emprego digno e salário decente com crescimento econômico, e esse é o grande desejo da classe trabalhadora.

Em todas as demais matérias, as declarações do representante da CUT foram igualmente genéricas em relação àquilo que a entidade esperava que o governo fizesse ao tratar dos direitos trabalhistas. Aqui, pode-se apontar prováveis edições feitas pela *Folha*, mas também é fato que a entidade estava com e no governo, não viria a público se indispor com o governo que ajudara a eleger nem provocar qualquer tipo de mal-estar que pudesse trazer problemas ao Planalto.

Luiz Marinho teve mais espaço que seu companheiro cutista: 11 matérias trouxeram ao menos uma declaração sua a respeito da reforma trabalhista ou de assuntos relacionados com a reforma sindical. Mas, Marinho usou a maior exposição

para reforçar a linha de argumentação pró-governo adotada pela entidade. O sindicalista não foi veemente nem quando a organização dos trabalhadores estava sob ataque. À semelhança do que fez Paulinho, na matéria “Para especialistas, sindicato perdeu identidade”, ele reconheceu que o movimento sindical não era mais o mesmo, acrescentando que os sindicatos também buscavam cada vez mais se relacionar com o poder público (caso da CUT que estava visceralmente envolvida com o governo Lula).

"Não façam comparação entre o sindicalismo que produzíamos em 1980 e o que se produz em 2005 [...] O sindicato era um órgão contestador. Nossa luta era diretamente no enfrentamento com o empresariado. Hoje, o sindicato não tem só que se preocupar com a pauta de reivindicação, que é importante, mas com sua relação com o poder público", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista ao presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Luiz Marinho. (FERNANDES, 1º maio 2005).

Os próprios dirigentes sindicais atestaram o apaziguamento do movimento. Até pela sua prática governista durante o governo Lula e o acúmulo de transformações vividas pelas entidades desde o início das políticas neoliberais no Brasil, não tinha como ser diferente. Porém, assim, contribuía para desacreditar as entidades de organização dos trabalhadores.

Defesa mais incisiva da CLT foi feita pelo presidente da Anamatra (Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Grijalbo Coutinho, na coluna Tendências/ Debates:

Não custa recordar que o nascimento do direito do trabalho tem origem na luta organizada dos trabalhadores. O caráter protetor que lhe é inerente parte da premissa de que há desigualdade na relação entre capital e trabalho. Sem uma tutela regulatória, o empregador, economicamente mais forte, fixa livremente as condições contratuais e prevalece a lei da selva. (COUTINHO, 14 nov. 2003).

Grijalbo pontuou os itens fundamentais que na sua avaliação deveriam ser contemplados pela reforma trabalhista:

Para enfrentar a nova realidade, é preciso reduzir a jornada de trabalho, sem a diminuição remuneratória, coibir as horas extras e instituir política básica de desenvolvimento econômico que privilegie a criação de empregos e de programas de educação e treinamento da mão-de-obra, com a manutenção do sistema de proteção ao trabalho integrado pelas normas gerais e irrenunciáveis contidas nas convenções da OIT e na Constituição. Democratizando a relação entre capital e trabalho e tornando-a mais humana -ou menos selvagem-, o Brasil deve seguir o exemplo de outros países e dar cumprimento à convenção 158 da OIT, que proíbe a dispensa arbitrária. Reconciliando-se com seu próprio código genético, o presidente Lula

precisa cancelar a denúncia feita pelo seu antecessor, tornando efetiva a norma constitucional que assegura proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa.

A reforma trabalhista terá importância no contexto atual se souber preservar as conquistas históricas dos trabalhadores. Sua principal tarefa, no entanto, será a de mudar conceitos equivocados sobre o custo do trabalho e conscientizar os setores empresariais de que é imprescindível distribuir as riquezas, dando dignidade às pessoas. (COUTINHO, 14 nov. 2003).

No entanto, a Anamatra só estaria presente em mais uma matéria publicada posteriormente sobre o tema, sempre com posição pró-trabalhadores, o que provavelmente explica o desinteresse da *Folha* por essa fonte.

Outra fonte mais crítica ao conteúdo neoliberal das reformas trabalhista e sindical foi o professor da área de relações do trabalho da PUC-SP e da USP, Arnaldo Mazzei Nogueira, que apresentou avaliações como:

Os sindicatos não conseguiram propor -e fazer- mudanças nas relações do trabalho que permitissem "amenizar o ímpeto do movimento global do capital e seus efeitos negativos no mundo do trabalho", segundo afirma Arnaldo Mazzei Nogueira, professor da PUC-SP e da USP. "Na transição para o governo Lula, apostava-se em um conjunto possível de mudanças. Imaginava-se que havia chegado a hora do trabalho no Brasil. Mas não chegou."

A expectativa, na análise do professor, era enterrar o passado neoliberal e adotar medidas que pudessem não só aumentar o emprego e a renda mas também colocar em prática a liberdade sindical - bandeira histórica da CUT- e promover uma reformulação "completa" da estrutura e legislação sindicais. Mas, segundo ele, o projeto de reforma sindical passa longe disso. "Arquive-se a proposta de reforma sindical. Chega de corporativismo, de processos pelo "alto" [feitos pela cúpula das centrais] e dessa modernização conservadora", diz. (FERNANDES, 1º maio 2005).

A crítica do professor também resvalava sobre o movimento sindical. Tanto é que a fonte foi consultada somente três vezes, nas quais a orientação das matérias tinha como objetivo atacar as centrais sindicais, principalmente; embora o professor não restringisse sua avaliação negativa as essas entidades, mas também às políticas neoliberais e ao governo Lula.

Em contraposição, empresários e especialistas alinhados com as propostas de redução da CLT ao mínimo necessário tiveram amplo espaço na cobertura da *Folha* sobre a reforma trabalhista, como foi exposto nas últimas páginas e como se pode ver no quadro comparativo a seguir:

Fontes “adequadas”		
Fonte	Função	n° de participações*
Ruy Martins Altenfelder	Advogado e presidente do Instituto Roberto Simonsen. Foi secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo (governo Geraldo Alckmin - PSDB)	2
José Pastore	Professor de economia da USP e consultor da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo)	3
Francisco Fausto	Presidente do Tribunal Superior do Trabalho	6
Paulo Skaf	Presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)	1
Guilherme Afif Domingos	Presidente da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e da Facesp (Federação das Associações Comerciais de São Paulo)	1
Alencar Burti	presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo)	1
Claudio Vaz	Presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)	5
Abram Szajman	Presidente da Fecomercio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo) e presidente do conselho de administração do grupo VR	3
Vantuil Abdala	Presidente do Tribunal Superior do Trabalho	7
FMI		7
Rogelio Golfarb	Presidente da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores)	1
José Márcio Camargo	Professor de Economia da PUC-RJ e sócio da Tendências Consultoria Integrada	5
Ramez Tebet	Senador (PMDB-MS)	1
Sérgio Werlang	Diretor-executivo do banco Itaú	1
Ricardo Paes de Barros	Pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas)	1
Walter Brasil Mundell	Vice-presidente da Sul América Seguros. Foi também diretor dos bancos: Banco Lloyds TSB, Banco Real de Investimentos e Unibanco	1
Gesner Oliveira	Sócio-diretor da consultoria Tendências	2
Leôncio Martins Rodrigues	Professor de Ciências Políticas da Unicamp	1
Marco Antonio Oliveira		1
	Total:	50

* quantidade de vezes que a fonte se manifestou favorável a precarização das relações trabalhistas, reforçando o conteúdo da reforma trabalhista e/ ou os argumentos pró-reforma.

Os colunistas da *Folha* reforçaram o posicionamento de tais fontes:

Colunista	Função*	n° de colunas
Benjamin Steinbruch	Presidente do conselho de administração da Companhia Siderúrgica Nacional	7
Antônio Ermírio de Moraes	Presidente do Grupo Votorantin	5
Eliane Cantanhêde	jornalista	2
Valdo Cruz	jornalista	2
Mônica Bergamo	jornalista	1
Fernando Rodrigues	jornalista	2
Roberto Mangabeira Unger	jornalista	1
Guilherme Barros	advogado	2
	Total:	22

*Em relação aos jornalistas, foram contabilizadas somente as colunas em que trataram da reforma trabalhista, não as matérias que abordaram o tema, as quais foram contempladas no corpo deste capítulo.

E os trabalhadores? A parte mais interessada em toda essa discussão foi esquecida pela *Folha de S.Paulo*. Não houve uma única matéria que se preocupasse em saber o que os trabalhadores achavam da possibilidade de reforma trabalhista, de se alterar a CLT. A maioria da população, aquela que sofreria os impactos de tal mudança não foi ouvida. Por que?

Um dos ensinamentos básicos que se aprende em boa parte (e deveria ser em todos) os cursos superiores em jornalismo é que se deve buscar todas as partes envolvidas com o fato investigado com o objetivo de fazer a cobertura mais abrangente possível e também de evitar erros causados pela interpretação das fontes frente àquilo que presenciaram, entre outras razões. É um preceito do jornalismo dito imparcial, o qual a própria *Folha* ajudou a construir. Mas o jornal - que não se interessou em tornar o assunto mais palpável a seus leitores, mostrando a diversidade de avaliações sobre a reforma trabalhista por parte de lideranças sindicais e de pesquisadores – também não buscou saber o que os trabalhadores achavam de ver desaparecerem muitas das garantias existentes na CLT.

Muito menos foi encontrado nas diversas matérias, artigos e editoriais publicados ao longo de quatro anos qualquer tentativa de se dimensionar a realidade que a reforma trabalhista iria alterar e de que modo isso aconteceria. Qual é a realidade dos trabalhadores brasileiros? De que forma essa realidade poderia ser alterada pela reforma? Como isso poderia ser positivo ou negativo no curto, médio e longo prazo? Qual o resultado de reforma semelhante realizada em outros países? O que

acham os trabalhadores desses países que passaram por esse processo? Perguntas como essas ficaram sem respostas.

Tudo isso mostra que a *Folha* se posicionou a favor de um tipo específico de reforma trabalhista e voltou todos seus instrumentos de produção jornalística para difundir apenas a idéia que lhe era ideal: só existiria uma forma de fazer a reforma trabalhista e essa forma consistia em reduzir a CLT a alguns enunciados genéricos, com garantias mínimas a serem obedecidas pelas empresas. O restante deveria ser definido na mesa de negociações, por patrões e empregados, de acordo com a realidade do mercado da empresa ou do setor econômico, conferindo assim maior flexibilidade às relações trabalhistas no Brasil. A supremacia do negociado sobre o legislado, enfim, a qual, como já assinalamos aqui, sob a expressão “flexibilização” camufla o verdadeiro propósito desse ideal: a precarização da relação capital-trabalho para adequar a mão-de-obra brasileira à lógica de exploração neoliberal.

Daí que para dizer isso, a *Folha* não precisaria (nem queria) inserir em suas coberturas divergências que levantassem qualquer dúvida sobre a tese que era defendida. Ao jornal só interessava aqueles que reforçassem o discurso que já estava traçado e esses eram as partes que realmente seriam beneficiadas pela reforma: os empresários que compõem a elite econômica nacional e, conseqüentemente, os intelectuais com eles relacionados. Só uma versão do fato foi passada ao leitor, a versão que interessava à *Folha* e aos grupos a ela relacionados.

Capítulo III

As práticas neoliberais do Grupo Folha

3.1 - O interesse do Grupo *Folha* na precarização da relação capital-trabalho

Comparando-se e relacionando-se a análise aqui exposta com a história do conglomerado que constitui o Grupo Folha, identifica-se muitas explicações para a postura adotada pelo jornal em relação ao movimento sindical, a reforma trabalhista e ao neoliberalismo. Afinal, o que esperar de um jornal que 24 anos após os anos de chumbo no Brasil se atreveu a chamá-los de “ditabranda”, num editorial que gerou polêmica e revolta entre aqueles que sentiram toda força daquele período¹⁷?

Mas, como as próprias vítimas do regime reconhecem, não é de se admirar tal comportamento:

“Fiquei horrorizada, pois como um veículo como a Folha de S.Paulo pôde se colocar de uma maneira dessas? Sem prestar o mínimo de solidariedade àqueles perseguidores? Mas, aí, me lembrei que a história da Folha nunca foi de solidariedade. Ela estava a serviço da ditadura, houve uma colaboração. Mesmo assim, a gente esperava um pouco de respeito” lamenta Cecília Coimbra, psicóloga e uma das fundadoras do grupo Tortura Nunca Mais. (RAMOS, 2009, p. 8-9).

No episódio, a *Folha* não fez a menor questão de fazer jus ao papel que reivindica a si pela campanha das “Diretas Já!”¹⁸, do qual tanto se vangloria.

¹⁷ No editorial, a Folha comentava a vitória do presidente da Venezuela Hugo Chávez no referendo que lhe deu o direito de reeleição ilimitada e fazia um paralelo desrespeitoso com a ditadura brasileira:

“Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a reaperatar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota. Tãmanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.

Mas, se as chamadas “ditabrãdas” -caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente. Em dez anos de poder, Hugo Chávez submeteu, pouco a pouco, o Legislativo e o Judiciário aos desígnios da Presidência. Fechou o círculo de mando ao impor-se à PDVSA, a gigante estatal do petróleo.” (FOLHA DE S. PAULO, 2009).

¹⁸ Taschner (1992) mostra que a Folha “abraçou” a campanha das “Diretas Já!” muito mais porque enxergou nela uma necessidade de mercado do que por uma completa antipatia ao regime ditatorial, mais porque percebia o desgaste do regime e a crescente demanda da população pelo seu fim, mais para estar do lado do mais forte do que por algum altruísmo:

Isso só mostra que tanto no caso da ditadura, quanto nas Diretas e no neoliberalismo, ao Grupo só interessou uma coisa: estar a favor dos ventos para expandir o negócio da família Frias e de seus investidores. Respeito não faz parte do vocabulário e das práticas do Grupo.

Principalmente quando isso está relacionado com o “respeito” aos direitos trabalhistas dos funcionários do Grupo, particularmente dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* (que é apenas uma das empresas do conglomerado)¹⁹. O jornal é um

“[...] se ocorre um deslocamento entre Estado e sociedade, como acabou ocorrendo no caso brasileiro, a partir de determinado momento, se surgem movimentos de protesto por todos os lados, como surgiram, até que ponto os jornais podem permanecer omissos? A imprensa, apesar de toda a parte de esportes, lazer etc., é, de todos os meios de comunicação de massa, o que mais trabalha sobre a realidade imediata. Na medida em que seus leitores participem ou presenciem fatos que consideram relevantes, até que ponto o jornal pode silenciar sem que seja “depreciado como mercadoria” e venha a perder seu espaço no mercado?

Talvez esta tenha sido uma das razões pelas quais alguns jornais começaram a participar da campanha pela redemocratização do regime, assim que seus proprietários sentiram algumas condições para isto. Entre eles, destaca-se a *Folha de S. Paulo*.

Essas condições aparecem quando começou a se rearticular o bloco de poder e se esboçou o projeto de “distensão” do governo Geisel.” (TASCHNER, 1992, p. 120).

Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, Guto Camargo, a *Folha* não tinha muito o quê perder com sua participação nas Diretas. Além disso, com tal estratégia ela só reafirmou sua preocupação com o negócio:

“A *Folha de S. Paulo*, a *Folha da Noite*, *Folha da Manhã*, *Projeto Folha* é marginal no jornalismo brasileiro, porque não é resultado de uma tradição no jornalismo brasileiro como é o *Estadão* ou foi o resultado de experiências como do Samuel Wainer ou do Chateaubriand. Ela foi até o começo dos anos 70, dos anos 80, um jornal pequeno, a rigor sem muita importância junto aos centros de decisão do Brasil, junto à elite paulistana, junto aos industriais. Não tem uma tradição política, uma tradição de posição a defender. [O jornal] é pensado como negócio, que viu que era necessário, na época da abertura, do final da ditadura, romper com aquilo lá, porque a sociedade civil estava rompendo. Essa sociedade era porta-voz da então sociedade civil, que era contrária àquele estado de coisas. [A *Folha*] se tornou porta-voz porque era uma oportunidade clara, porque nenhum jornal pegou isso, até porque eles tinha uma história de cem anos atrás, de posicionamento frente às coisas. Neste ponto o grande jornal que realmente afrontou a ditadura teria sido o *Estadão*, quando ele escancarou: olha nós estamos sendo censurados, está aqui uma receita de bolo, está aqui os *Lusíadas*, de *Camões*. No entanto, ele não tinha intenção de fazer uma ruptura com aquele passado mais tradicional. Só não concordava com aquele estado de coisas e se posicionou firmemente contra, mas não tinha intenção nenhuma de mudar aquilo. O *Estadão* tinha sido ao longo de cem anos um jornal com postura liberal, que apoiava o desenvolvimento nacionalista, da indústria nacional, porta-voz das elites que construíram esse país. Ele não queria romper com essa tradição. A *Folha* não tinha um passado para romper. Aliás ela tinha que romper com o passado dela, que era um passado subserviente a essa ditadura. Ela teve uma situação social que permitiu isso. Daí para frente, ela foi seguindo essa lógica. Se apropriou daquilo, conseguiu uma projeção muito grande. Continuou com essa idéia de que estava rompendo com o passado e que portanto temos que ser pós-modernos. Isso é um desdobramento lógico daquele projeto inicial que era de romper com aquele estado de coisas, com a sua própria história, se aproveitar e tentar ser aquilo que ela identificava que seria a opinião pública. Tenho certeza que as pessoas que estão lá acreditam que aquilo que fazem traduz a opinião pública.” (CAMARGO, 2009).

¹⁹ BIONDI; CHARÃO (2008, p. 16-17) mostram a expansão do Grupo *Folha* a partir das mudanças em relação aos grupos que se alternaram no poder no país.

“A Empresa *Folha da Manhã S.A.* vê a sua principal publicação aumentar seu prestígio quando resolve inverter a imagem deixada pelas histórias de colaboração direta com o regime militar, apostando em episódios de cunho nacional, como a campanhas das Diretas e o *impeachment* de Collor. A identidade com a classe média intelectualizada paulistana garantiu à *Folha de S. Paulo* o primeiro lugar em tiragem (309 mil exemplares diários) e circulação e a “modernização” da empresa, gerando lucros que permitiram aos Frias alçar vôos em outras mídias.”

dos precursores de uma das práticas que mais exemplificam o modo do neoliberalismo se relacionar com os trabalhadores. Lá, aliás, trabalhadores com carteira assinada se misturam a PJs (pessoas jurídicas) ou prestadores de serviço ou empresas de uma pessoa só. O Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo estima que 40% dos cerca de 300 jornalistas que trabalham na redação seja PJ. Ao invés de contratar todos funcionários como manda a legislação em vigor, a *Folha* obriga tais pessoas a se tornarem prestadores de serviços, configurando assim uma relação entre empresas, não entre patrão e trabalhador. Assim, o jornal não é obrigado a lhes pagar hora extra, 13º salário, FGTS, não é responsável em caso de acidentes de trabalho, não tem que conceder férias remuneradas para parte dos jornalistas que diariamente fazem o jornal e a empresa.

Outra figura existente na redação é a do “frila fixo”, também chamado de “bóia frila”, que são profissionais aparentemente contratados como freelancers²⁰, ou seja, temporários e eventuais, mas que na prática têm carga horária e demais responsabilidades de qualquer outro trabalhador da empresa.

Mas, agressões aos direitos dos jornalistas já fazem parte da história da *Folha*, já que, como nos mostra Ghedini (1998, p. 67), o momento das “Diretas Já” também foi a deixa para que os Frias dessem início ao novo momento empresarial que o jornal viveria nas décadas seguintes. Não negando suas raízes capitalistas, combater a organização dos trabalhadores era uma forma de quebrar resistências às mudanças que seriam implantadas e de resfriar os ânimos dos jornalistas que viveram a cobertura das “Diretas Já” e que se achavam motivados ao ativismo político (GHEDINI, 1998, p. 118).

Hoje, a famílias Frias em conjunto com sócios como Portugal Telecom, Organizações Globo e Grupo Estado detêm: os jornais Folha de S. Paulo, Agora São Paulo e Valor Econômico; os portais e provedores UOL e BOL e o portal de notícias Folha Online; as agências Folha, InvestFolha e Folha News; o instituto de pesquisa DataFolha; as editoras Plural Editora e Gráfica, Publifolha e Folha Gráfica; e as empresas de distribuição Transfolha e a São Paulo Distribuição e Logística. Com isso, em 2006, o faturamento do Grupo Folha chegou a marca de R\$ 1,434, segundo estimativas de Biondi e Charão (2008, p. 16-17).

²⁰ Na verdade, a partir do final dos anos 1990, a categoria se defronta e aprende a conviver (muitas vezes, naturalizando) com a figura do freelancer. Tal figura começou a aparecer em meio ao enxugamento do mercado de trabalho dos jornalistas no pós-grevo de 1979 e a proliferação de cursos de Jornalismo, como aponta Ghedini (1998, p. 81):

“A hipótese portanto é que em 1978 a categoria profissional começa a sofrer um processo lento mas permanente de erosão nas suas bases enquanto uma categoria de trabalhadores com um mercado regular de trabalho. Na segunda metade dos anos 1990, com o fenômeno da terceirização e do crescimento do mercado de trabalho informal, essa tendência se radicaliza. Passa a ser comum no mercado a existência de veículos, principalmente revistas, que só têm um ou dois profissionais empregados, responsáveis pela edição, enquanto todo o material é produzido por freelancers. A derrota da greve de 1979 iria acelerar ainda mais este processo.”

Foi o momento da elaboração do Projeto Folha e da transferência do comando da empresa para Otávio Frias Filho²¹, mudanças que se tornaram responsáveis por uma intensa transformação na forma de fazer jornalismo e também explicam boa parte da apatia dos jornalistas da *Folha* frente à organização sindical de sua e de outras categorias²². De acordo com Arbex Júnior (2001, p. 60), o Projeto *Folha* “caracterizava a notícia como mercadoria, destinada a gerar lucros”, o que exigia como pré-requisito o fim da politização da redação: “O Projeto impunha, portanto, um ‘saneamento ideológico’ da redação”, como aponta o autor.

²¹ O Projeto Folha e a entrada de Frias Filho no comando da empresa marcam o início de um processo de administração empresarial que se encarregou de liquidar com qualquer divergência. Isso significou principalmente a eliminação de jornalistas combativos, que se rebelavam quanto ao novo modo de administrar de Frias Filho e da truculência com que o Projeto Folha era implantado. Novamente, recorremos a Ghedini (1998, p. 84) para detalhar esse momento:

“[...] O que estava ocorrendo era uma série de iniciativas buscando o enquadramento dos jornalistas da Folha nas normas estabelecidas pela nova direção. Não tendo condições de ter sua liderança reconhecida como resultado de sua trajetória profissional, a nova direção comandada por Otávio Frias Filho adotou um longo processo de discussões e elaborações apresentadas aos jornalistas da Folha sob uma cobertura “democrática”. Mas, na hora dos conflitos, aparecia claramente a necessidade da imposição de novos métodos de trabalho e de novas modalidades de relacionamento entre chefes e chefiados. O recurso da demissão foi utilizado à exaustão, como reconhece Lins da Silva, ele próprio integrante do núcleo dirigente na qualidade de secretário de redação para a área de produção.

[...]

Mas a rotatividade é apenas um dos elementos a ser considerado na análise do Projeto *Folha*. Há uma série de mecanismos que buscam enquadrar o trabalho dos jornalistas através de um emaranhado de regras. Entre outros objetivos, essas regras visavam afastar qualquer possibilidade de ação coletiva dos jornalistas, o que era importante para manter de pé a nova sistemática de administração da redação que estava sendo implantada. **Por isso sempre foi tão importante para Otavio Frias e seu grupo mais próximo de auxiliares, manter o Sindicato à distância. E, conseqüentemente, os jornalistas da Folha longe do Sindicato.** [grifo nosso]”

O autor assinala ainda que o Projeto Folha

“[...] forneceu as linhas metodológicas e o quadro teórico embaixadores da implantação de um jornalismo assentado sobre o relacionamento autoritário entre editores e repórteres, em métodos de inspiração taylorista e no aliciamento de profissionais recém-saídos das faculdades de jornalismo [...]. (GHEDINI, p. 122).

Arbex Júnior (2001, p. 60) – com a visão de quem viveu parte desse processo - afirma ainda que, enquanto para o público externo a Folha utilizava um discurso democrático como forma de ganhar mercado, em relação a suas rotinas internas e a seus jornalistas, a direção do jornal se utilizava de práticas autoritárias:

“A direção do jornal inaugurava, com essas atitudes aparentemente contraditórias, uma prática ambígua, que marcaria toda a história posterior. A FSP parecia, aos olhos da sociedade, como porta-voz da democracia, ao mesmo tempo em que, internamente, praticava uma política autoritária de rígido controle industrial e ideológico. O ‘paradoxo’ apenas aparente, resolve-se com a constatação de que a FSP apenas adotou a estratégia de transformar a luta pela democracia em *marketing*. Em outros termos, a FSP implantou na imprensa nacional a defesa da democracia-para-o-mercado”.

²² Uma postura que destoa daquela que tornou a redação do jornal conhecida como uma das mais combativas em meados dos anos 1970, principalmente sob o comando de Cláudio Abramo e até certo momento da gestão de Boris Casoy. Isso pode ser percebido no relato de Luzia Rodrigues a Ghedini (1998, p. 76). Luzia foi chefe de reportagem de Economia, no período de 1978 a 1995, e contou que os repórteres da Folha se identificavam muito com os movimentos sociais:

“[...] Nas assembleias dos metalúrgicos do ABC estavam lá os repórteres cobrindo, mas também muitos jornalistas que trabalhavam na Folha iam lá prestar solidariedade. Alguns de nós trabalhávamos em jornais alternativos. [...]”

Ghedini também trata dessas transformações:

Mas, a mobilização ampla da sociedade acabou – o Congresso Nacional optou pela eleição indireta do próximo presidente no Colégio Eleitoral – e a direção da *Folha* já vinha pensando que, para continuar no agrado do “leitor médio”, era preciso arrefecer os ânimos dentro da redação. Esse processo casou-se com o assalto às últimas resistências que ainda havia dentro da redação ao novo poder emergente. Octávio Frias de Oliveira, o “velho”, viu nesse momento a oportunidade que necessitava para quebrar essas resistências ao mesmo tempo em que criava as condições para fazer a passagem de bastão no comando da redação.

Nesse processo, a direção da *Folha* contou com mais um elemento favorável. A derrota que os jornalistas de São Paulo sofreram na greve geral da categoria de 1979 enfraqueceu o poder de mobilização dos jornalistas paulistas e deixou o campo aberto às empresas. Foi assim que a *Folha* informatizou a redação em 1983 e, logo a seguir, implantou o Projeto *Folha*. (GHEDINI, p.67).

Arbex Júnior (2001, p. 59-60), acrescenta que o Projeto *Folha* foi uma opção empresarial que ia ao encontro das políticas neoliberais:

[...] Não se deveu a uma mera coincidência o fato de sua implantação ter acontecido ao longo dos anos 80, embora ele já estivesse em gestação desde os anos 70. Foi a década de expansão do neoliberalismo, no cenário internacional, e de profundas transformações políticas no Brasil (1984 foi o ano das Diretas Já, momento em que a democratização do país exigia uma redefinição dos rumos que a imprensa nacional teria de adotar após duas décadas de ditadura). Nem foi um acaso a nomeação, em 24 de maio de 1984, de Otávio Frias Filho como diretor de redação: apesar da retórica e dos métodos supostamente “modernizadores” adotados pela FSP, a empresa preservava seus traços fortemente marcados por uma estrutura familiar de poder”.

A *Folha* também é vista como uma das precursoras no combate à exigência de diploma de ensino superior em jornalismo para exercício da profissão²³, de acordo com Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas).

A *Folha* tem um papel relevante e original no sentido de dar origem a essa falsa polêmica [sobre a necessidade do diploma]. Parte de um motivo pessoal do Otávio Frias Filho, que, por não ser jornalista, toma a iniciativa de questionar [o diploma]. Essencialmente por vaidade, a *Folha* toma a iniciativa de questionar e envolver demais empresas nesse processo.

Tem motivação ideológica [também] porque cabe a eles usufruírem o princípio da liberdade de imprensa em sua plenitude, não é por acaso

²³ A exigência do diploma para exercício do jornalismo foi instituída em 17 de outubro de 1979 pelo decreto-lei 972, que também estabeleceu a jornada de cinco horas, definiu funções jornalísticas e o piso salarial. (GHEDINI, 1998, p. 68).

que toda iniciativa de normatizar, por menor que seja, a atividade desses grupos é logo vinculada à censura ou controle do Estado. [Isso] reside na concepção essencialmente liberal que tem a liberdade de imprensa.

[Tem motivação] econômica também porque uma categoria, um amontoado sem identidade, é muito mais fácil de precarizar²⁴ (ANDRADE, 2009).

A polêmica em torno do diploma dura mais de 20 anos²⁵, ganhando adeptos de outras empresas de comunicação. Mas a *Folha* sempre esteve à frente. O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Fred Ghedini, relata em sua dissertação de mestrado que a empresa Folha da Manhã S.A. foi a primeira “a contratar de forma pública e assumida”, profissionais que não haviam passado pelo ensino superior em Jornalismo, “o que passou a ocorrer de forma mais sistemática depois do debate travado durante o processo Constituinte, em 1986 e 1987” (GHEDINI, 1998, p. 115).

A Fenaj complementa:

O exercício ilegal da profissão está mais ou menos disseminado por todo o Estado. A Folha de S.Paulo é o grande destaque nesse quesito porque tem, há algumas décadas, uma política definida de desrespeito à nossa regulamentação profissional. Mas, enquanto no geral o desrespeito da profissão acontece por razões bastante mezinhas, como, por exemplo, pagar salários abaixo do piso, ou simplesmente contemplar um parente ou um picareta qualquer no lugar de um jornalista profissional, na Folha essa burla cerca-se de arcos mais sofisticados. Há, até, uma justificativa ideológica para o não cumprimento da legislação [...]: tal exigência atentaria contra a liberdade de expressão. (FENAJ, 2004).

Em 17 de junho de 2009, os patrões, encabeçados pelo Grupo Folha, finalmente venceram a disputa quanto à necessidade do diploma para exercício

²⁴ Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2009, por telefone.

²⁵ Segundo Ghedini (1998, p. 113), a contestação sobre a necessidade do diploma para exercício do jornalismo ganhou força após um incidente entre Sindicato e Frias Filho. Em fiscalização, a pedido do Sindicato, Frias Filho foi autuado pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT-SP) porque não tinha em sua carteira de trabalho o registro de estagiário de jornalismo. A autuação foi equivocada porque a carteira era uma segunda via, na qual Frias Filho havia esquecido de pedir à DRT-SP o carimbo do estágio. O fato é que o caso acirrou os ânimos do diretor da *Folha* em relação à necessidade do diploma e ao Sindicato. Frias chegou a proibir a entidade de entrar na redação.

Após este fato e em meio à Constituinte de 1988, a Folha intensificou sua ofensiva contra o diploma. Ofensiva para a qual contou com o apoio das outras empresas de comunicação e com a simpatia do Sindicato, que naquela época estava dividido quanto à necessidade da formação específica, de acordo com Ghedini (1998, p. 114). Mas, com a publicidade que deu ao assunto, a Folha tornou-se expoente da campanha anti-diploma:

“Num período de três meses, entre abril e julho de 1986, a Folha publicou mais de 30 matérias sobre a obrigatoriedade do diploma para jornalistas e 10 artigos na página 3, de opinião, além de ter promovido um debate e de ter participado de outros três.” (GHEDINI, 1998, p. 114).

da profissão. Por 8 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal foi favorável à alegação patronal de que a exigência do diploma fere a liberdade de expressão.

A *Folha* expôs (como outros veículo de comunicação, de todos os portes) sua satisfação diante da vitória conquistada:

EXTINGUIU-SE finalmente, numa decisão histórica tomada pelo Supremo Tribunal Federal, a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. (...)

A decisão do Supremo Tribunal Federal vem, finalmente, contribuir para que esse árduo compromisso -que é o da Folha- não encontre em dispositivos cartoriais, desconhecidos na ampla maioria dos países democráticos, um impedimento anacrônico, incompatível com o direito à informação, com a liberdade profissional e com a realidade, cada vez mais complexa, do jornalismo contemporâneo. (FOLHA DE S.PAULO, 19 jun. 2009).

Tal decisão deve abrir o caminho para que a necessidade da formação acadêmica seja abolida para outras categorias, já que pessoas como o relator do Recurso Extraordinário 511961, Gilmar Mendes, dizem que "Se não houver a necessidade de conhecimento científico [em uma profissão], [a exigência de diploma] vai ser considerada inconstitucional". (FOLHA DE S.PAULO, 19 jun. 2009)²⁶.

O fim da obrigatoriedade do diploma também mostrou o quão desarticulada, dispersa, é a categoria dos jornalistas, que não fez nenhum tipo de pressão para defender sua profissão, que não atentou, não deu importância a mais essa forma de precarização, que não pressionou seus sindicatos a serem mais incisivos na questão, que não se mobilizou enquanto a ação corria na Justiça, muito menos após tal decisão. Uma categoria que não se reconhece como categoria, que não tem solidariedade entre si, que não age enquanto trabalhadores, alienada e entregue às vontades dos patrões (lógico que com honrosas, mas raras, exceções). Jornalistas que procuram sobreviver na selva que

²⁶ É uma completa desqualificação do fazer jornalístico e do jornalista e, em decorrência, de outras profissões e profissionais. Não passou pela cabeça de tal senhor conhecer a produção científica dos alunos de graduação, mestrado e doutorado de cursos de jornalismo ou de jornalistas, nem a consideração de que o fazer jornalístico é outro - muito mais rico, qualificado - quando tem como fundamento as discussões feitas na academia, sob a ótica da comunicação e do jornalismo. Não passou ou não quis fazer tal avaliação. Até porque o senhor Gilmar Mendes e boa parte de seus colegas de Judiciário não têm como forte a abertura para o debate público, para ouvir todos os lados, até parece que aprendeu com os mesmo veículos de comunicação que estavam por trás da contestação do diploma. Na verdade, tal autoridade agiu em favor das empresas de comunicação, utilizando-se inclusive de seu *modus operandi*. Não é de se estranhar porque eliminar bons profissionais, com formação intelectual crítica - a qual pode ser proporcionada pela vida acadêmica, combinada com a vivência pessoal e as opções feitas pelo jornalista - interessa a empresas como o Grupo Folha e a pessoas sob muitas suspeitas como o senhor Gilmar Mendes.

caem, como explica o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Guto Camargo²⁷:

Não existe nenhum manual de comportamento que profíba nada. Mas o que os trabalhadores fazem (isso vale para qualquer profissão)? O trabalhador constrói sua forma de relacionamento com a empresa, sabe os limites, as margens, como se posicionar no interior de uma empresa para sobreviver ali profissionalmente. Isso acontece com o jornalismo. O jornalista aprende a se posicionar na empresa dentro da sua linha editorial, em nome da preservação do seu emprego começa a trabalhar dentro desse sistema. É isso o que acontece (CAMARGO, 2009).

Diante de tudo isso, não é de se estranhar que boa parte dos jornalistas aceita cobrir notícias relacionadas com os trabalhadores da forma como foi aqui explicitada: quem não luta, não reconhece a importância da luta²⁸. O pior é que isso tende a se proliferar com a nova dinâmica pensada para a profissão, que terá uma marca muito mais prática que reflexiva, quando, na verdade, ambas não devem ser descoladas²⁹.

Mas a natureza da atividade do jornalista é totalmente outra: é aprofundar, é criticar, é procurar divergências, é polemizar, é contribuir com a construção do conhecimento sobre a realidade que nos cerca. Como nos diz Abramo (1993, p. 79):

“[...] No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. **É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da**

²⁷ Entrevista concedida à autora em 3 de junho de 2009.

²⁸ Abramo (1993, p. 82) critica a apatia ideológica dos jornalistas:

“O que a maioria dos jornalistas pensa? Qual é sua ideologia? Inventaram que as ideologias morreram, mas as pessoas têm objetivos na vida que se encaixam nesta ou naquela ideologia. O sujeito tem que ser comunista ou facista, não há meio termo. Ou então, católico ou budista. Qual é o objetivo dos jornalistas brasileiros? É fazer carreira, ganhar dinheiro? Então já não sou mais jornalista, já pertencço a uma espécie em extinção.”

O pior é que jornalistas que tenham a coragem de se posicionar ideologicamente são cada vez mais raros em meio a profissionais que querem fazer carreira, ganhar dinheiro, somente, não importa a que verdades tenham que faltar ou com quais pessoas possam se igualar ou a que poderes possa servir. Daí o tipo de cobertura que podemos verificar na análise aqui apresentada, que está alinhada com a “ética do dono do jornal” (usando a expressão de ABRAMO, 1993, p. 79) e sua ideologia, a ideologia neoliberal.

²⁹ “A comissão de especialistas que analisa mudanças no curso de jornalismo irá propor um estágio obrigatório para quem quiser obter o diploma.

A idéia será levada na semana que vem ao ministro Fernando Haddad (Educação) pelos oito professores universitários que ele convocou para analisar o currículo do jornalismo.

A comissão quer também ampliar a carga horária do curso de 2.700 horas para 3.200, já com 200 horas do estágio obrigatório.

Também será recomendado às universidades que abram mais mestrados profissionais (com mais ênfase na prática) após o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Serão propostas diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo, hoje tratado apenas como uma habilitação da área de comunicação social.” (FOLHA DE S. PAULO, 1º julho 2009)

maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista”. (ABRAMO, 1993, p. 79; grifo nosso).

Diferente disso, a tendência é que os novos jornalistas sejam cada vez mais especialistas no Manual de Redação, pessoas que tendam a conhecer profundamente e a aplicar tais regras de forma exemplar, sem questionamentos, agindo como verdadeiras “focas”. Aprofundando-se assim o processo de adestramento iniciado com os cursos oferecidos pelos grandes jornais para “formar” seu pessoal. Um jornalismo cada vez mais adequado, adestrado, e menos autoral. É o que as empresas de comunicação irão solidificar, intensificando um processo iniciado nos últimos anos. Perde com isso a categoria e toda a população.

Guto Camargo vê nessa ofensiva mais uma forma de dominação ideológica:

A questão do diploma é uma questão ideológica, uma tentativa de domínio sobre a produção jornalística, porque se você escolhe os seus jornalistas a seu bel prazer dentro do estoque, você escolhe aqueles que estão mais próximos daquilo que você quer passar. Se você é obrigado a escolher os jornalistas de um universo o qual você não formou, tem que selecionar dentre aqueles que saem da faculdade, é outro grupo com que você está trabalhando. É o domínio ideológico sobre as pessoas que vão formular a mensagem. O que de certa forma já é feito, com os jornalistas que saem da faculdade, mas é uma coisa muito mais sutil. Se você acaba com o diploma, o estoque de jornalistas a que você vai recorrer é o estoque que você mesmo faz. (CAMARGO, 2009).

O fim do diploma, para Guto, é uma maneira de dominar a “matéria-prima”, a informação, sobre a qual os empresários da comunicação teriam antes pouco domínio:

A rigor a empresa de comunicação não é dona do produto que ela faz, da informação, ela é dona do meio de veiculação. O jornalista escreve a matéria, pesquisa, vem o dono da empresa, transforma isso em jornal, rádio, TV e vende, mas a rigor ele não domina a matéria-prima que é a informação, ele domina a transmissão, a divulgação, de certa forma [o combate ao diploma] essa é uma forma de dominar a produção da informação. (CAMARGO, 2009).

Por todas essas práticas, Sérgio Murillo, da Fenaj, classifica a *Folha*, em especial, como “um laboratório de perversidade”. A relação com as entidades representativas da categoria segue a mesma lógica. De acordo com o presidente da

Fenaj, a *Folha* não respeita os sindicatos e federações de jornalistas: “É um absoluto desrespeito às entidades. Temos empresas como a *Folha* que impedem o acesso do sindicato à redação. Tudo que hipocritamente defende em seus editoriais faz ao contrário (ANDRADE, 2009)”.

Logo, não é de se estranhar a forma com que a *Folha* tratou o movimento sindical na cobertura da reforma trabalhista descrita anteriormente. “Não consegue conviver com quem se organiza e tem condição de questionar esse poder. Quando defendem como defendem a desestruturação do trabalho organizado, eles têm muito mais interesses de classe”, completa Sérgio Murillo.

No entanto, de acordo com Guto Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, a *Folha* não se opõe abertamente à prática sindical, não impedindo declaradamente a entrada do Sindicato na redação; mas com a prática, as idéias defendidas no dia-a-dia incute nos jornalistas a visão anti-sindical, anti-organização. Uma amostra disso é que numa redação de cerca de 300 jornalistas, apenas 10% é sindicalizada. Jornalistas que não se aproximam do seu sindicato para fortalecê-lo, muito menos participam de sua diretoria³⁰.

Há alguns anos não tem um dirigente sindical que trabalhe na Folha. Faz dez, doze anos. Lógico que não é só porque tem uma carência, é porque essa situação cria uma reserva, um problema de relação com o Sindicato. Não é uma coisa agressiva, ostensiva; mas está longe de ser uma relação entusiasta, porque lá dentro eles [os jornalistas] convivem com pessoas que não são jornalistas, que não podem ser sindicalistas, uma relação a qual, mesmo não sendo agressivo, por nossa parte há um questionamento. Não é escancarado, mas tem muito mais do que qualquer outra redação. (CAMARGO, 2009).

Sérgio Murillo identifica traços claros da ideologia neoliberal em todas essas práticas:

A Folha é um dos porta-vozes do liberalismo. Os veículos de comunicação, de modo geral, foram instrumentos de propagação dessa ideologia. Essa transformação do modo de produção e de acumular riquezas só foi eficiente por causa dos veículos de mídia. (ANDRADE, 2009).

Junto a isso, o presidente da Fenaj percebe a permanência de marcas de um modo retrogrado de administração:

³⁰ Claro que essa não é a única explicação para isso, certamente tem relação também com os rumos tomados pelo movimento sindical de jornalistas. Além disso, a ausência de dirigentes da Folha não significa que nas chapas de oposição a atual diretoria não houvesse pessoas oriundas daquela redação.

São grupos que têm heranças familiares e muito recentemente passaram por uma profissionalização na sua gestão. Carregam a cultura do senhor de escravo, do senhor de terras, trazem herança cartorial, clientelista, de resistência ao debate, a diversidade de opiniões. (ANDRADE, 2009).

Taschner (1992) também identificou tais traços na análise que fez sobre o início do conglomerado *Folha*:

Na estrutura das Folhas articulam-se, pois, elementos de pequena e grande empresa, da era artesanal e da era da automação. Mas nessa articulação os elementos “modernos” parecem ter caráter subordinado e, em certa medida, compensatório, ao menos no nível das redações. (TASCHNER, 1992, p. 170).

Um jeito de administrar e de conduzir o negócio que nada deixa a dever a muitos outros capitalistas e que tem total sintonia com o modo como o jornal cobriu a reforma trabalhista e seu completo descaso e desprezo com a organização e a opinião dos trabalhadores e de qualquer outra fonte cuja opinião/ posição política fosse contrária àquela defendida/ assumida pela *Folha*, contrária a qualquer forma de expressão que não tivesse relação com a política neoliberal.

Assim, a adesão da *Folha* ao discurso neoliberal se dá também porque o Grupo Folha é parte interessada na disseminação da precarização das relações trabalhistas e no completo extermínio do movimento sindical. Vide as práticas adotadas pela empresa, que começou a precarização por si só, sem que ela fosse aprovada no Congresso Nacional. Além disso, como dissemos, a *Folha de S.Paulo* é parte de um conglomerado empresarial, que se entrelaça com empresas de outros setores econômicos, quer na forma de associações quer na forma de financiamento e de mercado, que deixam claro qual é o lado do jornal: o lado da precarização neoliberal. A “objetividade”, a cobertura desinteressada e democrática, o “interesse público” são só argumentos para vender jornal e jogar uma cortina de fumaça sobre a participação das empresas de comunicação - incluindo o Grupo Folha - no jogo de poder para a manutenção do *status quo*.

Considerações Finais

A análise do discurso encontrado nos exemplares compreendidos no período escolhido para a amostra não deixa dúvidas de que a *Folha* era partidária de uma reforma trabalhista que não só flexibilizasse direitos, mas também retirasse garantias, ou seja, precarizasse as relações de trabalho, esvaziasse a CLT e não colocasse nada no lugar. Ficou evidente, assim, que a *Folha* ajudou a difundir o discurso neoliberal anti-direitos trabalhistas e, evidentemente, anti-sindical.

A reforma trabalhista foi um dos itens permanentes na pauta do jornal *Folha de S.Paulo*, ao longo do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde o início do período de transição - em que a equipe de Lula começava a conhecer de perto a situação deixada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso - até a certeza de que Lula teria mais um mandato para governar o país, a *Folha* manteve o assunto em pauta, mesmo quando o próprio governo já dizia claramente que seria necessário adiar a reforma.

O jornal foi um insistente defensor da reforma, como poucas vezes acontece numa cobertura feita por um veículo de imprensa, dada a extensão do período e o conjunto de fatos que ocorreram, os quais facilmente poderiam ter feito o assunto cair no esquecimento, diante de escândalos como: mensalão, mensalinho, sanguessugas, entre muitos outros assuntos que estiveram na pauta da imprensa e encheram a cabeça dos brasileiros no período escolhido para esta análise.

Ainda que em alguns momentos o tema fosse menos repercutido, a *Folha* não deixou de fazer menção a ele, mesmo que de forma rápida. Mas, na maior parte do tempo, o jornal não só citou a reforma trabalhista como meio de aprimorar a relação capital-trabalho, como colocou toda sua equipe de repórteres, articulistas e colaboradores para falar sobre o tema, dissecando-o com o objetivo de mostrar o quão necessária era a reforma e o quão prejudicial para o país seria o governo Lula não fazê-la.

Ao mesmo tempo, fez uma intensa cobertura anti-sindical, numa forma de minar qualquer oposição ao projeto que defendia. O jornal buscou desqualificar, denegrir a imagem, minar qualquer tipo de confiança que o movimento sindical e as centrais sindicais, particularmente, pudessem ter junto à população. Deram como morta, como fora de moda, como sem identidade, sem propósito a organização dos trabalhadores. A intenção era clara: retirar qualquer possibilidade de reação

organizada ao ataque aos direitos trabalhistas que a *Folha* e a elite empresarial pretendiam. Para isso, pressionaram o governo Lula a realizar uma reforma sindical que minasse tal organização e, ao mesmo tempo, empreenderam uma verdadeira campanha anti-sindical. Para tanto, concedeu amplo espaço para a argumentação de intelectuais orgânicos, empresários e organismos internacionais que são símbolos do neoliberalismo.

Além disso, embora se diga plural e democrática, o jornal não se preocupou em ouvir o que os trabalhadores tinham a dizer sobre a reforma trabalhista e a possibilidade de alteração/ retirada de direitos. Não convinha ao discurso formulado qualquer possibilidade de objeção. Pelo contrário, garantiu mais espaço, deu voz àqueles que reforçavam a idéia de que era necessário fazer uma “faxina” na CLT, remover todos os entulhos, tudo que não interessava aos patrões.

A partir das matérias aqui analisadas e do acompanhamento do governo Lula, percebeu-se que a reforma trabalhista não foi realizada porque houve muitos embaraços que dificultaram o avanço do programa de reformas idealizado pelo governo: escândalos como o mensalão conturbaram o governo e ainda colocaram para fora boa parte dos principais “homens de confiança” do presidente (como Antonio Palocci, José Dirceu, Luiz Gushiken), desestabilizaram tal governo. Junto a isso, houve a resistência de parte do movimento sindical, que se recusou a participar da discussão do projeto de reforma sindical e de qualquer outro projeto que retirasse direitos ou restringisse a organização dos trabalhadores.

A análise permitiu ainda perceber que de pluralista a *Folha* não tem nada, confirmou aquilo que muitos leitores já perceberam: o jornal toma partido, o partido da elite econômica nacional. Pode ser considerada como uma arquiteta e difusora do discurso e da ideologia neoliberal.

Como foi aqui exposto, tudo isso é feito por meio de colaboradores, jornalistas, empresários, que ajudam a dar a *Folha* o “verniz” socialmente comprometido, uma máscara que cai toda vez que os interesses do Grupo estão ameaçados.

Um Grupo que por meio de seu principal jornal fala em compromisso, que se diz defensor do direito à informação³¹, mas que na verdade atua

³¹ “EXTINGUIU-SE finalmente, numa decisão histórica tomada pelo Supremo Tribunal Federal, a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. (...)”

como verdadeiro censor. Foi a direção do Grupo Folha quem não deu a palavra para opositores à reforma trabalhista. É esse mesmo Grupo que quer posar de defensor do direito à informação? Fica evidente pela análise aqui exposta que não é a obrigatoriedade do diploma a verdadeira responsável pela falta de acesso à informação e à diversidade de opiniões e sim interesses capitalistas que se valem de meios de comunicação para se impor.

Não se poderia esperar outra postura. O Grupo *Folha* é uma das partes interessadas na precarização das leis trabalhistas. Prova disso é o desrespeito à legislação trabalhista e a regulamentação da profissão de jornalista que se vê no cotidiano da redação das empresas do Grupo, como foi relatado pelos dirigentes sindicais entrevistados. Na redação da *Folha*, jornalistas com registro em carteira trabalham lado a lado com prestadores de serviço (que também deveriam ter seus direitos garantidos) e se misturam a profissionais que exercem funções de jornalistas sem terem formação acadêmica para tal. Há ainda aberrações como os “freelas fixos”, o que faz de um trabalho que deveria ser eventual (freelancers) se tornar freqüente, prática que faria jus ao registro em carteira porque tal jornalista têm os deveres e a rotina de qualquer outro trabalhador; contudo, não têm os direitos.

É um Grupo que não respeita um dos direitos democráticos: a organização sindical. De acordo com os entrevistados, despreza os sindicatos e incute em seus funcionários a visão de que tais entidades são desnecessárias. Logo, não seria de se esperar outra atitude que não a identificada no estudo aqui apresentado. A *Folha* é neoliberal, embora não se admita enquanto tal e até propague uma imagem bem diferente do que de fato ela é.

Enfim, após a análise, ficamos diante de um exemplo marcante de como a imprensa pode insistir num assunto quando lhe é conveniente, dado seus interesses empresariais, e de como um jornal pode agir para difundir uma idéia, um ideal: a precarização das leis trabalhistas em prol da criação de maiores facilidades para que o capital pudesse expandir seu poder, sem amarras legais, sem entidades sindicais que lhe representasse uma afronta, com liberdade para lucrar e explorar, em detrimento

A decisão do Supremo Tribunal Federal vem, finalmente, contribuir para que esse árduo compromisso - que é o da Folha- não encontre em dispositivos cartoriais, desconhecidos na ampla maioria dos países democráticos, um impedimento anacrônico, incompatível com o direito à informação, com a liberdade profissional e com a realidade, cada vez mais complexa, do jornalismo contemporâneo”. (FOLHA DE S. PAULO, 19 jun. 2009).

das condições de trabalho da maioria dos trabalhadores brasileiros; como, enfim, pode contribuir para a sedimentação de uma ideologia, a ideologia neoliberal.

Bibliografia

ALMEIDA, José Maria de. **Reforma sindical cria superpelegos**. 21 abr. 2005. Folha de S.Paulo. Tendências/ Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2104200510.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

ANDRADE, Sergio Murillo. **Sérgio Murillo Andrade**: entrevista. [20 maio 2009]. Entrevistador: Cristiane Alves. São Paulo: [s.n.], 2009. [Não publicada].

ANTUNES, Arnaldo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Direitos trabalhistas e políticas de confrontação com o sindicalismo britânico: 1979-90**. Lutas sociais. Ed. 17-18. 1º semestre 2007. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUC-SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_pedro.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2009.

BARROS, Guilherme. **Palocci cogita perda de trabalhador em pacto**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 17 nov. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1711200204.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **"Programa de Lula é voluntarista", diz Leme**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 30 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3008200601.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Para analista, crescer 4% é pouco**. *Folha de S.Paulo*. Dinheiro. 2 jan. 2004. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0201200406.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

BENETTI, Márcia; LAGO, Claudia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 107 – 122.

BILLI, Marcelo. **Economistas vêem "agenda perdida"**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 7 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0712200514.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Indústria nacional deu salto de produtividade, diz Mantega**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 3 jan. 2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0301200618.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Formalização reduz pobreza, diz Ipea.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 9 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0901200516.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

BIONDI, Antonio; CHARÃO, Cristina. **Terra de Gigantes.** Revista Adusp. Ed. 42. Disponível em: <www.adusp.org.br/revista/42/r42a01.pdf>. Acesso em 17 fev. 2009.

BOMBIG, José Alberto. **Tarso quer reforma trabalhista neste ano.** Folha de S.Paulo. Brasil. 1 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0102200322.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

BOITO JÚNIOR, Armando. **A presença do sindicalismo na história política do Brasil.** Revista PUC Viva. Ed. 7. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r07_r05.htm>. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. **O Sindicalismo na Política Brasileira.** Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. 309 p. (Coleção Trajetória; 8).

_____. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Crítica Marxista, n° 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM3armando.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2008.

_____. **O sindicalismo tem futuro?** Revista PUC Viva Ed. 11. jan a mar. 2001. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r11_r01.htm>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BURTI, Alencar. **O desafio da inclusão.** Folha de S.Paulo. Tendências/Debates. 22 jul. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2207200410.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

CAMARGO, José Marcio. **A sutileza de um Estado forte.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 24 set. 2004. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2609200415.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

CAMARGO, José Augusto de Oliveira. **José Augusto de Oliveira Camargo: entrevista.** [3 jun. 2009]. Entrevistador: Cristiane Alves. São Paulo: [s.n.], 2009. [Não publicada].

CANTANHÊDE, Eliane. **A terceira reforma.** Folha de S.Paulo. Opinião. 10 ago. 2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1008200304.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Lula quer flexibilização da CLT em 2005.** Folha de S.Paulo. Brasil. 13 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1302200409.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

CANZIAN, Fernando. **FMI cobra reformas fora da agenda do Brasil.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1504200527.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC**. Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, São Paulo, 2004.

CONLUTAS. **Coordenação Nacional de Lutas - História**. Disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/historia.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório Consolidado: reforma trabalhista e sindical**. Jun. 2003. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/exec/notainformativa/exibe_notainformativa.php?p=f01200e46c415cdd58c0f13ee445ed652ad501b9bc>. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. **Objetivos**. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/exec/notainformativa/exibe_notainformativa.php?p=f01200e46c415cdd58c0f13be742ed652ad506be>. Acesso em: 20 jan. 2009.

CRUZ, Valdo. **Encrenca demais**. Folha de S.Paulo. Opinião. 8 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0809200305.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Bom, não o melhor**. Folha de S.Paulo. Opinião. 1 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0106200604.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Mínimo terá aumento real, diz ministro**. Folha de S.Paulo. 3 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0309200612.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

DELGADO, Malu; ZANINI, Fabio. **Programa de governo de Lula não prevê redução da carga tributária**. Folha de S.Paulo. Brasil. 30 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200606.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores: 2008**. 9 ed. São Paulo: Dieese, 2008. p. 114, 169 e 170.

_____. **Reduzir a Jornada de Trabalho é Gerar Empregos de Qualidade**. Nota Técnica. n° 57. novembro 2007.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. Trad.: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Unesp; Editora Boitempo, 1997.

FENAJ. **Contra a Precarização**: Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas. 2004. SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <jornalistasp.org.br>. Acesso em 27 mai. 2009.

FERNANDES, Fátima; ROLLI, Claudia. **"Faxina" na CLT vai ficar para o próximo ano**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 9 nov. 2003. Disponível em: <

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0911200316.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Fim de "subsídio" expõe caixa-preta sindical.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 17 nov. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1711200218.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Sindicatos levarão denúncias a Lula hoje.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 26 nov. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2611200216.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma sindical exige cautela, diz Unicamp.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 1 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0112200216.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Sindicato só é bom para poucos, diz professor.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 1 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0112200218.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma sindical também desafia Lula.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 23 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2302200328.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma pode flexibilizar leis trabalhistas.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 1 mar. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0103200402.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Para especialistas, sindicato perdeu identidade.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 1 mai. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0105200508.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Ex-sindicalistas defendem ação no governo.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 30 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3004200616.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Governo Lula prepara "limpeza" na CLT.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 22 abr. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2204200304.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Justiça do Trabalho só atende desempregado.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 5 mai. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0505200302.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma nas regras trabalhistas emperra.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 10 out. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1010200413.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma sindical também desafia Lula.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 23 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2302200328.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

FERREIRA, Adriano de Jesus Malachias. **Reforma trabalhista.** Folha de S.Paulo. Painel do Leitor. 16 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1602200411.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

FOLHA ON LINE. **Severino Cavalcanti renuncia ao mandato e diz que voltará.** 25 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u72194.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

FOLHA DE S.PAULO. **Após a festa, o governo.** Opinião. 3 jan. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0301200301.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Normas do Trabalho.** Opinião. 23 abr. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2304200301.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Com alívio, sem ilusões.** Folha de S.Paulo. Opinião. 30 mai. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3005200402.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Discurso de Lula será para apressar reformas.** Folha de S.Paulo. Brasil. 15 fev. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1502200526.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **50 perguntas para Lula.** *Folha de S.Paulo.* Brasil. 7 set. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0709200621.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Reformas Petistas.** Folha de S.Paulo. Opinião. 15 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1502200401.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **A CLT é um entrave à expansão do emprego?** Folha de S.Paulo. 30 abr. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3004200510.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Para centrais, situação só melhora com reforma.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 16 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1602200317.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Limites a Chávez.** Folha de S.Paulo. Opinião. 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>>. Acesso em: 27 maio 2009.

_____. **STF já não sabe se deve exigir o diploma de seus jornalistas.** Folha de S.Paulo. Brasil. 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1906200914.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2009.

_____. **Um jornalismo melhor.** Folha de S.Paulo. Opinião. 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1906200901.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2009.

_____. **Comissão irá propor estágio obrigatório.** Folha de S.Paulo. Brasil. 1 jul. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0107200915.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2009.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado:** a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO. **Regimento Interno.** Ministério do Trabalho e Emprego. 2003. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

_____ b. **Objetivos.** Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

_____ c. **Proposta de Emenda à Constituição.** 2 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

FRIEDLANDER, David. **"É hora de medidas de exceção".** O Estado de S. Paulo. Economia e Negócios. 14 dez. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081214/not_imp293488,0.php>. Acesso em: 10 abr. 2009.

GALVÃO, Andréia. **Reforma Sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso.** In: Revista PUC Viva, ano 6, nº 23, jan a mar 2005. São Paulo, Apropuc.

_____. **As Reformas Sindical e Trabalhista em Perspectiva Comparada:** uma análise dos governos FHC e Lula. 31º Encontro Anual da Ampocs. Caxambu, Minas Gerais, 22 a 26 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/andrea%20galvao.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Circulo do Livro, 1982.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Trad.: Ângela Ramalho Vianna; Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GHEDINI, Frederico Barbosa. **Os Jornalistas na Empresa-Escola:** As iniciativas da Editora Abril, de O Estado de S. Paulo e da Folha de S.Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1998.

ITIRO, Andrea. **Flexibilização do mercado de trabalho:** uma análise do debate brasileiro na década de 1990. Dissertação (Mestrado em Economia), PUC, São Paulo, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914–1991. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=tunga&cod=185802>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

ITIRO, Andrea. **Flexibilização do mercado de trabalho**: uma análise do debate brasileiro na década de 1990. Dissertação (Mestrado em Economia), PUC, São Paulo, 2003.

KRAKOVICS, Fernanda. **2004 ainda não será o "ano dos sonhos", afirma Lula**. Folha de S.Paulo. Brasil. 23 dez. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2312200302.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

LO PRETE, Renata. **Fase de Maturação**. Folha de S.Paulo. Painei. 28 jul. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2807200301.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

LOWY, Michel. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994. 220p.

LUCIO, Clemente Ganz. **As negociações coletivas num cenário de crescimento**. Dieese. Ago. 2006 [Apresentação em Power Point; não publicado].

MAGALHÃES, Vera. **Companheiros**. Folha de S.Paulo. Painei. 30 dez. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3012200601.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

MAISONNAVE, Fabiano. **FMI elogia, mas alerta sobre riscos ao país**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 16 abr. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1604200516.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**: Jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARREIRO, Flávia. **Trabalho precário sustenta Expo Fome Zero**. Folha de S.Paulo. Brasil. 13 fev.. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1302200414.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas : 1845-1846 / Karl Marx, Friedrich Engels. Trad. Rubens Enderle, Nelio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo : Boitempo, 2007.

MANUAL DE REDAÇÃO. Folha de S.Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2005.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia**. Trad.: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORAES, Antonio Ermírio. **E as reformas estruturais?** Folha de S.Paulo. Opinião. 17 set. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1709200606.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Os tempos das reformas**. Folha de S.Paulo. Opinião. 11 mai. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200306.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **A lamentável informalidade brasileira**. Folha de S.Paulo. Opinião. 27 mar. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2703200506.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____. **Reforma trabalhista**. Folha de S.Paulo. Opinião. 19 nov. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1911200606.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

MUNDELL, Walter Brasil M. **Agenda para a "Fase Dois"**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 26 mai. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2605200305.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

OLIVEIRA, Gesner. **Rumos do governo Lula**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 22 mai. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2205200404.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios & fundamentos**. 6 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

PATU, Gustavo. **Agenda econômica de Lula pára no Congresso**. Folha de S.Paulo. Brasil. 6 jun. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200418.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Continuísmo e falta de agenda**. Folha de S.Paulo. Brasil. 30 ago. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200614.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

_____; SOLIANI, Andre. **Projeto prevê flexibilizar direito trabalhista**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3009200419.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

PASTORE, José. **Reforma Trabalhista: O que pode ser feito?** Cadernos de Economia da Fecomercio, São Paulo, novembro de 2006. Disponível em: http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_136.htm. Acesso em 20 out. 2008.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. 2 ed. São Paulo: Hacker Editores, 1999. p. 13 – 43.

POCHMANN, Marcio. **A superterceirização dos contratos de trabalho.** SINDEEPRES: Campinas, abril de 2007.

PRADO, Maeli. **País tem de voltar a ser competitivo, diz dirigente da Anfavea.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 17 set. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1709200619.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

RAMOS, Camila Souza; MELHADO, Marília. **Branda. Pra quem?** Revista Fórum. Ed. 73, abril 2009. p. 8-15.

RODRIGUES, Fernando. **A coragem que falta.** Folha de S.Paulo. Opinião. 5 fev. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0502200305.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Ritmo.** Folha de S.Paulo. Opinião. 9 fev. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0902200405.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Produção do Congresso no 1º semestre frustra o Planalto.** Folha de S.Paulo. Brasil. 9 jul. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0907200403.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

ROLLI, Claudia. **Para professor, mudança depende de consenso político.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 1º dez. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0112200217.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Força quer "minirreforma" sindical; empresários pedem leis flexíveis.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 2 set. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0209200513.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. **Reforma trabalhista não vai criar postos de trabalho, diz ministro.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 28 ago. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2808200310.htm>>

_____. **Sob Lula, emprego cresce, mas renda cai.** Folha de S.Paulo. 30 abr. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3004200613.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

SANTOS, Anselmo Luis dos. **Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil.** Cadernos do CESIT, nº19, dez. 1995. São Paulo, Unicamp. Disponível em <www.eco.unicamp.br/downloads/publicacoes/cesit/cadernosdocesit19.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2009.

SCOLESE, Eduardo; LEITE, Pedro Dias. **Lula sinaliza reformas de trabalho e Previdência.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 14 dez. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200610.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

SILVA, Cristiane Alves. **Democracia e Fórum Nacional do Trabalho**: conseqüências para os trabalhadores da integração dos sindicatos ao poder. Agosto 2008. [Trabalho não publicado]

SILVA, Cristiane Alves da. **Emenda 3 na Folha de S.Paulo**: imprensa e a precarização das relações de trabalho. 2007. [Trabalho não publicado]

SKAF, Paulo. **Ação com resultados**. Folha de S.Paulo. Tendências/ Debates. 24 mai. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405200410.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

SOFIA, Juliana. **Wagner quer negociar direitos trabalhistas**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 24 dez. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2412200205.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

_____. **Reforma trabalhista pode não sair até 2006**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 31 out. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3110200417.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

_____. **Lula tentará acalmar as centrais sindicais**. Folha de S.Paulo. Brasil. 14 fev. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200405.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

SINGER, Paul. **Os direitos trabalhistas e o emprego**. Folha de S.Paulo. Tendências/Debates. 30 abr. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3004200509.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

SOLIANI, Andre; CRUZ, Ney Hayashi da. **FMI sinaliza com alívio no aperto fiscal**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. 4 set. 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0409200402.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

STEINBRUCH, Benjamin. **Mãos à obra, presidente**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 31 dez. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3112200209.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

_____. **Desemprego zero**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 4 fev. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0402200304.htm>>. Acesso em 20 fev. 2007.

_____. **O desembarque**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 4 jul. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0407200606.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **Interesses da pátria**. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 26 set. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2609200605.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **Se Getúlio Vargas soubesse...** Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 30 set. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3009200303.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **Carro na frente dos bois.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. Opinião Econômica. 15 mar. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1503200504.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **O desafio de 2004.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 25 dez. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2512200307.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

SZAJMAN, Abram. **Um roteiro para simplificar e crescer.** 23 jun. 2006. Folha de S.Paulo. Dinheiro. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2306200605.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **Só depende de vontade política.** Folha de S.Paulo. Tendências/Debates. 7 jun. 2004. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0706200410.htm>. Acesso em 21 fev. 2008.

_____. **Reformar para empregar.** Folha de S.Paulo. Tendências/Debates. 30 abr. 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3004200510.htm>>. Acesso em 21 fev. 2008.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZANINI, Fabio. **Reforma trabalhista deve ser feita 'sem atropelo', afirma Vicentinho.** Folha de S.Paulo. Brasil. 1 dez. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0112200204.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

ZORZAN, Patrícia. **"Lula depende de audácia nas reformas".** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 3 jan. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0301200329.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WAGNER, Jaques. **O futuro do sindicalismo brasileiro.** Folha de S.Paulo. Dinheiro. 23 fev. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2302200327.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.